



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

ACTA N.º 7/06

2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2006

24 de Outubro de 2006

A Sessão teve início às 20 horas.

Mesa da Assembleia: **Presidente, António Ramos Preto.**

Primeiro Secretário, Rui Miguel Queiroz Correia.

Segundo Secretário, Elisabete da Silva Ferreira.

Membros presentes: Todos, conforme constam da relação anexa.

Estiveram presentes por parte da Câmara Municipal, o Senhor Presidente, Joaquim Raposo e as Senhoras Vereadoras Carla Tavares, Rita Mafalda Madeira, Clotilde Cunha e Silva, e os Senhores Vereadores João Bernardino, Gabriel Oliveira, Carlos Manuel Reis, António Nunes, Eduardo Rosa, Filipe Ferreira e António Moreira.

Verificado o Quórum, Senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a Sessão.

I – TOMADA DE POSSE

Senhor **Presidente da Assembleia**: “Ao abrigo do n.º 1 do Artº. 77.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, o Senhor António Luís Andrade Silva, do BE, solicitou a suspensão do mandato por um período de três meses (Documento anexo à presente Acta).”

Não havendo intervenções o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou a Suspensão do Mandato à aprovação, sendo aprovada por unanimidade dos 44 membros presentes. (Documento anexo à presente Acta).

De seguida informou ainda que, em conformidade com o Artº. 79.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, tomou posse, pelo BE, o Senhor Belmiro Batalha Lopes (Documento anexo à presente Acta).

II – SUBSTITUIÇÃO

O Senhor **Presidente da Assembleia** informou que, ao abrigo do n.º 1 do Artº. 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, solicitaram a sua substituição, nesta Sessão, o Senhor José Manuel Rosado Gorgulho Evangelista, do PS, no período de dezoito de Outubro a catorze de Novembro (Documento anexo à presente Acta), da Senhora Patrícia Alexandra Pedrinho Paula Ferreira, do PSD, para o dia vinte e quatro de Outubro (Documento anexo à presente Acta), e do Senhor António Carlos Ribeiro da Costa da Silva Guedes, do PSD, para o dia vinte e quatro de Outubro (Documento anexo à presente Acta).

De seguida informou ainda que, em conformidade com o Artº. 79.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, tomaram posse, pelo PS o Senhor Rui André Mendes de Medeiros (Documento anexo à presente Acta), pelo PSD o Senhor Luís Manuel de Almeida Sampaio (Documento anexo à presente Acta), e o Senhor Paulo Miguel Oliveira Martins Torres (Documento anexo à presente Acta).

III – ORDEM DO DIA

PROPOSTA:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

1 – Apreciação, nos termos da alínea f) do n.º 2 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“Lançamento da Derrama para o Ano de 2007 (Proposta n.º 397/2006)”*;

2 – Apreciação e votação, nos termos do n.º 4 do Artigo 112.º, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, publicado em Anexo ao Decreto Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“Lançamento do Imposto Municipal sobre Imóveis para o Ano 2007 (Proposta n.º 398/2006)”*;


3 – Apreciação e votação, nos termos do n.º 6 do Artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de Junho, da proposta da C.M.A. relativa a *“Concurso Público para a Construção do Mercado da Brandoa - Reforço de Verba (Proposta n.º 396 /2006)”*;

4 – Apreciação, da proposta da C.M.A. relativa a *“Interpretação de Normas do Regulamento do Plano Director Municipal da Amadora (Proposta n.º 389/2006)”*;

5 – Apreciação e votação, nos termos da alínea s) do n.º 2 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“Descentralização de Competências de Gestão do Polidesportivo da Cova da Moura para a Junta de Freguesia da Buraca (Proposta n.º 407/2006)”*;

6 – Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M. A. relativa a *“Projecto de Regulamento dos Mercados Municipais e Venda Ambulante no Município da Amadora (Proposta n.º 418/2006)”*;

7 – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do n.º 1 do Artigo 87.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da *“Proposta de Recomendação - Informação à População Sobre Níveis de Ozono no Município da Amadora”*.





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

segundo eles era perigoso. Eu quando recebi a carta em Agosto achei interessante terem-me mandado a carta em Agosto, pois é um pequeno pormenor, tendo cinco dias úteis para recorrer, quando eu recebi a carta eu pensei: ora bem! Um animador social nunca vai sozinho para o terreno, pois continuei a pensar tranquilamente e comecei a pensar numa situação real em que uma pessoa que passou por uma situação de toxicod dependência ou que está a passar, que tem uma vida difícil, que tem necessariamente uma vida difícil, se uma pessoa com deficiência até que ponto é que não seria uma ponte de inspiração para que essa pessoa fosse lutar, sim, porque eu sendo cego naturalmente que eu tenho uma dificuldade acrescida a vocês e sendo eu cego, tendo eu passado por dificuldades será que a minha experiência é de deitar fora, é de rejeitar, é de excluir simplesmente por eu ser cego, posto na rua do concurso, será que a minha experiência é de deitar fora, simplesmente por uma pessoa ser cega e simplesmente não participa no concurso nem sequer é ouvida como excluída, eu nem sequer fui ouvido como excluído, não tive direito a nenhum tipo de participação no concurso, nem sequer me viram a cara, liminarmente posto fora. Eu acho isto um comportamento da absoluta discriminação e eu acho sinceramente que estão a deitar fora um capital humano que tendo dificuldades poderia servir para de inspiração a outras pessoas com dificuldades para darem a volta à vida.

Eu por mim apresentei um recurso hierárquico, caso a Câmara persista nesta aberração provavelmente terei que ir para os tribunais, agora acho isto em termos de discriminação absolutamente inqualificável.”

Senhor **José Bernardo**: “Então boa noite a todos Senhor Presidente, eu sou um ex-trabalhador da ex-Sorefame e venho aqui exactamente para perguntar ao Senhor Presidente depois de ter entrado o processo para espartilhar a parte que é para REFER.

- Qual é o passo que a Câmara pensa dar e qual é o timing que isso leva?
Porque é muito importante, nós sabermos isso, visto o Governo dizer que toda a responsabilidade do processo está agora na Câmara.”

Não havendo intervenções o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou a Ordem do Dia à aprovação, sendo aprovada por unanimidade dos 44 membros presentes. (Documento anexo à presente Acta).

III – CORRESPONDÊNCIA

O Senhor **Presidente da Assembleia** informou que, no início da Sessão foi distribuída ao Representante de cada Grupo Municipal a relação do expediente, conforme o estipulado no n.º 2 do Artº. 30.º do Regimento.

IV – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Senhor **Presidente da Assembleia** iniciou o período com a explicação regimental e inscreveram-se os Senhores Nuno Antunes, José Bernardo.

Senhor **Nuno Antunes**: “Eu venho aqui por uma razão que, sinceramente preferia não ter que estar aqui neste momento, mas o que se passa, é assim: a Câmara da Amadora criou um projecto com o nome de Abre a Pestana, para a, era um projecto de apoio a prostitutas e toxicod dependentes. A questão que se passa, entretanto, eu sou animador social e concorri a este concurso, que a Câmara abriu. O que é que se passa? Eu concorri ao concurso pensando que a minha candidatura teria em pé de igualdade com todas as outras candidaturas, qual não é o meu espanto, quando a Câmara da Amadora me manda uma carta, depois do concurso público estar feito, depois das pessoas admitidas excluindo-me do concurso, dizendo que eu não poderia participar no concurso por ser cego, em virtude de que, o concurso, em virtude que a vaga para a situação que era não permitia que pessoas cegas, que participassem, porque

Senhor **Presidente da Câmara**: "Muito obrigada Senhor Presidente, eu pedia que fosse a Vereadora Carla na questão do concurso, naturalmente, podia dar explicações, Senhora Vereadora."

Senhora **Vereadora Carla Tavares**: "Muito obrigada Senhor Presidente, Senhores Deputados e Municípes muito boa noite, relativamente à questão colocada pelo Senhor Nuno Antunes, relativamente ao concurso para o projecto que referenciou.

Em primeiro lugar, a Câmara não criou este projecto, ou seja, este projecto penso como tem conhecimento, resulta com uma parceria com o Comissariado da Saúde para a intervenção com grupos de risco, e por isso é um trabalho que será, é um projecto a um ano numa fase inicial que tem financiamento e pelo facto de ter financiamento permiti-nos também abrir um concurso para admissão de recursos para este projecto específico, uma vez que ele é financiado e que por isso está fora do artigo 17.º e da Lei de Enquadramento do Orçamento de Estado a que as Autarquias estão obrigadas neste momento relativamente aos recursos humanos. É um projecto como penso que tem conhecimento decorre essencialmente em exemplo de outro, que já tivemos há dois anos em Bairros Sociais e em Bairros Degradados do nosso Concelho, com públicos muito específicos, penso também que terá conhecimento que tem que ser utilizado muitas vezes em termos de viatura auto condução, e por isso com certeza tive oportunidade de conversar com o Júri e como sabe os eleitos não podem nem devem e muito bem, presidir nem pertencer a este tipo de Júris de Concurso, foi isso que presidiu relativamente a esta exclusão.

O Senhor salienta aqui que não foi ouvido como excluído, e penso que nem tão pouco essa questão é necessária num processo destes. Dar-lhe nota de uma questão, por isso volto a reforçar que não é um lugar de admissão para o quadro da Câmara Municipal, reforçar também que não é pratica da Câmara e estamos aqui a falar num processo de admissão específico, para uma área específica de trabalho essencialmente no terreno, como já lhe referi penso que terá conhecimento disso também auto condução, a Câmara tem, como sempre teve abertura para trabalhar com qualquer tipo de pessoa mesmo que seja portadora de algum tipo de deficiência, temos um conjunto de pessoas na Câmara que tem necessidades especiais,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

temos uma situação, aliás temos mais do que uma situação neste edifício, temos noutros locais do Concelho em edifícios municipais e a prestar serviço à Câmara, por isso não tem haver como sua exclusão, pela sua deficiência em concreto não foi essa a questão, trata-se de facto de um processo específico, o Senhor Nuno como disse e muito bem, apresentou um recurso hierárquico que neste momento está a ser analisado pelo nosso Gabinete Jurídico, relativamente a este processo também o próprio Júri com certeza que terá que se pronunciar e por isso enquanto Vereadora dos Recursos Humanos, não tenho até ao momento nenhuma razão para não ter confiança no Júris que temos tido em todos os concursos e é essa confiança que mantenho até à análise por parte do Gabinete Jurídico do seu recurso hierárquico."

Senhor **Presidente da Câmara**: "Muito obrigado Senhor Presidente, Senhor José Bernardo, bem eu acho que esta questão enfim, é evidente que não reajo de ver aqui as pessoas colocar a questão. Os Senhores Delegados Sindicais e os Responsáveis Sindicais que têm acompanhado este problema sabem bem e conhecem o problema e sabem o que estamos a fazer e não vale a pena vir aqui agora dizer, permitam-me a expressão, dizer que afinal o Governo a partir de aqui a responsabilidade é da Câmara. Essa é uma falsa questão, não vale a pena, quer dizer é daquelas coisas que não adianta querer pôr a culpa nos noutros, quando a culpa é dos próprios, é bom que fiquemos claros sobre isso. A questão da posição da Câmara, a Câmara amanhã tem uma reunião de Câmara extraordinária para tomar uma posição, por isso sobre essa matéria também não vou, naturalmente adiantar aquilo que é a decisão da Câmara dado que amanhã, às dez da manhã a Câmara reúne em reunião extraordinária sobre este tema para decidir em relação aquilo que foi colocado cá, não foi colocado cá nenhum destaque, foi colocado cá um loteamento que é um bocadinho diferente do que aquilo que era a proposta inicial. Por isso não é o destaque do terreno necessário para a EMEFE é um loteamento dividir o terreno em quatro lotes, essa é que é a questão que está colocada e sobre essa matéria a Câmara amanhã tomará uma posição e agirá em conformidade."

VI – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor **Presidente da Assembleia** informou que o Grupo Municipal da CDU apresentou um projecto de Moção, para ser apreciado e votado neste período, que foi admitido pela Mesa. (Documento anexo à presente Acta).

Abriu o Senhor **Presidente da Assembleia** as inscrições.

Senhora **Deputada Luísa Jubilado**: “Boa noite, tendo tomado conhecimento Senhor Presidente da Assembleia, tendo tomado conhecimento que irá ser discutida a proposta de Recomendação Sobre a Informação à População Sobre Níveis de Ozono no Município da Amadora apresentada pelo CDS/PP, e depois de ter ouvido os Líderes de Bancada das forças presentes, acho que todos, peço a V. Exa. que seja marcada uma Comissão de Ambiente antes do próximo dia trinta, a ver se será discutida no dia trinta.

Passo agora a ler uma declaração minha, que não vincula o meu Partido, embora quase todos estejam de acordo mas é absolutamente pessoal. (Documento anexo à presente acta).”

Senhor **Deputado António Tremoço**: “Em primeiro lugar boa noite a todos. Senhor Presidente da Câmara vai-me desculpar, mas eu vou voltar novamente aqui ao tema BOMBARDIER, e vou voltar porquê? Porque isto é um folhetim parece não ter fundo estes trabalhadores à mais de dois anos que andam a lutar pela reabertura da empresa e mais concretamente no governo anterior, houve um compromisso da parte do governo que esta empresa ia reabrir em Setembro de dois mil e cinco, ia novamente fabricar material ferroviário e Portugal passava a ter, não, a situação que lhe foi criada com o fecho da empresa de não poder construir mais em Portugal material ferroviário, mas o governo dizia na altura que entretanto em Setembro de dois mil e cinco reabria novamente a parte ferroviária da empresa e que, Portugal ficaria novamente com capacidade tanto técnica como de produção, para poder continuar a fabricar material ferroviário. Bom desde essa altura até hoje muitas voltas foram dadas, muitos passos foram dados, muitos quilómetros foram feitos, muita chuva passou por cima dos trabalhadores e o que é certo é que estamos praticamente em dois



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

mil e sete e a empresa continua encerrada, isto quase que nos apetece dizer que nós merecemos aquilo que temos ou nós merecemos o país que temos, porque de facto têm sido uma cambada de aldrabões, uma cambada de mentirosos, que não têm coragem de assumir exactamente aquilo que deviam ter assumido, porque ninguém tem coragem de dizer claramente Portugal não deve ser um país que possa fabricar material ferroviário, porque as encomendas existem, porque neste momento se eles tivessem coragem vinham ai dizer claramente que estamos a fazer o Metro do Sul em Espanha, vamos fazer o Metro agora do Porto novamente que foi agora passada à BOMBARDIER na Áustria, e que vamos fazer as locomotivas para a CP não sei aonde, esta é que é a verdadeira razão, e depois vêm-nos dizer que o país está mal que não há emprego, que têm de criar emprego, que a economia está deficiente não sejam aldrabões tenham coragem, que raio de país é que nós queremos, que raio de país é este mas estamos a construir, mas que raio, isto de facto é uma situação que às vezes já temos vergonha, eu sinceramente tenho vergonha das pessoas não terem coragem, não assumirem com coragem de facto as situações, andam aqui a camuflar, andam as esconder e de facto chegamos a esta situação em praticamente em dois mil e sete e passado todo este tempo de luta então que situação é que temos agora, é uma situação engraçada, é uma situação em que eles de facto mandaram um papel aqui para a Câmara da Amadora, dizendo que queria os tais quarenta e cinco por cento que foi assinado o ano passado, que foi assinado o ano passado, que já havia um documento de compra e venda, eu nunca vi o documento mas o governo diz que há e eu acredito que haja um documento de compra e venda dos tais quarenta e cinco por cento, mas agora falta fazer o destaque desses quarenta e cinco por cento para fazer a escritura, e neste momento então puseram na Câmara da Amadora, na mão da Câmara da Amadora não o problema do destaque como disse o Senhor Presidente, mas o problema para resolvido não sei ainda bem como, eu penso que neste momento nós devíamos de tirar toda a argumentação ao Governo para esta situação. Das duas uma, ou tem coragem dizer que não quer reabrir a Amadora ou então reabre a Amadora. Desde o princípio na primeira reunião que tivemos com a Secretária de Estado, que nos foi afirmado claramente, é que com este Governo, com este Governo, o material circulante do futuro não ia ser feito no exterior, o que é certo é que a BOMBARDIER ganhou agora, à

poucos dias mais trinta unidades do Metro do Porto, e vão ser feitos na Áustria, mas então em quê que ficamos, mas que é isto, então em que é que ficamos? Mas que raio! Ficamos em quê? Mas afinal nós somos uma cambada de calões, não queremos produzir, ou nós queremos trabalhar, o que é que se passa em relação a isto? Então não queremos que o país saia da situação económica difícil em que se encontra? Ou é preciso carregar cada vez mais naqueles que trabalham e naqueles que mais dificuldades têm como está a acontecer agora? Que até para irmos para o hospital já temos que pagar, mas que raio o que é isto? E depois alegando as dificuldades, quando nós devíamos estar numa situação diferente, temos capacidade para o fazer. O apelo que eu faço aqui, de facto à Câmara da Amadora é que a gente tire este argumento rapidamente ao Governo, que tire este argumento muito rapidamente, urgentemente ao Governo e que a Câmara da Amadora faça tudo o que tiver ao seu alcance, se é preciso fazer o destaque, que faça o destaque, se é preciso fazer seja o que for, que se faça rapidamente e o Governo que diga se quer ou não quer construir material ferroviário em Portugal, se quer ou não quer criar emprego, se quer ou não quer que a nossa economia tenha uma situação diferente e que se crie riqueza no raio deste país? E que se deixe estar no desemprego que é o que ao fim ao cabo é isso que está a acontecer. Tanto é o meu apelo que faço aqui sinceramente eu vos digo francamente, eu tenho vergonha, eu tenho vergonha de tanta aldrabice, tanto mentiroso ao longo deste tempo todo, porque de facto não tiveram coragem e não têm coragem dizer claramente aquilo que querem, se querem fechar que fechem de uma vez por todas mas tenham coragem de dizer que foram eles que fecharam, que não querem que se fabrique material ferroviário em Portugal como ao fim e ao cabo já aconteceu com a parte da energia.”

Senhora **Deputada Cláudia Cardoso**: “Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, ao Executivo, Colegas Deputados, Público boa noite. A propósito do referendo à despenalização da interrupção voluntária da gravidez até às dez semanas, gostaria o Bloco de Esquerda de fazer um apelo à participação no mesmo, dado que o último se realizou em mil novecentos e noventa e oito e por exemplo muitos cidadãos não tinha ainda idade para participar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

O que está em causa não é uma demagogia cara, mas sim, o respeito pelas mulheres. Qualquer mulher que faz um aborto sofre mazelas físicas e psíquicas, e não precisa de passar pela vergonha de passar três anos na cadeia. Quem defender o sim, não vai interferir nas opções morais e religiosas de quem quer que seja, o Estado Português defende a liberdade das pessoas e não impõe aos outros os preconceitos de cada um. O Bloco de Esquerda não vê esta questão como uma querela partidária, logo e em nome da dignidade das mulheres, em nome da saúde pública e em nome de um país moderno o Bloco de Esquerda apela a todos os Partidos que se empenhem para que quando formos a votos os níveis de abstenção diminuam drasticamente.”

Senhora **Deputada Dulce Pereira**: “Boa noite, o assunto que vos trago hoje é um elogio ao Executivo. A preocupação e o empenho e o carinho que a Amadora dedica à educação ficou bem visível na cerimónia de recepção à comunidade educativa. O evento teve a honra de acolher a Ministra da Educação e reuniu Presidentes Executivos, Professores, Auxiliares e Alunos e contou ainda com o testemunho de figuras públicas que nasceram e cresceram na Amadora, e que, nos relataram a importância que nas suas vidas teve o facto de andarem nas escolas da Amadora.

É que, além de mais, é ainda hoje visível nas suas profissões e no seu sucesso as influências que sofreram enquanto estavam nas nossas escolas, por parte dos professores e não só. Esta iniciativa decorreu no passado mês de Setembro, apresentou este ano um formato original, que visa a promoção e a valorização do sucesso educativo e que não se limitou apenas a dar as boas vindas ou a distinguir aqueles que agora se aposentam, que ano após ano trabalham para que as crianças da Amadora se desenvolvam a nível físico, intelectual e social.

Este ano foram mais longe ao homenagear os Presidentes dos Conselhos Executivos pelo seu empenho pessoal e profissional no ensino das nossas crianças, e ao distinguir os melhores alunos de cada escola com incentivos para eles muito apetecíveis. Computadores portáteis para os melhores das escolas secundárias e consolas de última geração para as EB2+3. A alegria dos jovens vencedores, a cara de satisfação dos professores e auxiliares, bem como, o ambiente que se viveu no auditório dos Recreios foi a melhor recompensa para todos os que

se dignaram aparecer. São de facto iniciativas como esta, que em tempos de mudança difíceis e conturbadas para a educação no nosso país marcam a diferença e contribuem para o sucesso do ensino na Amadora.

Só em nota final, e para quem não pode comparecer na ocasião, devo-vos dizer que foi assinado um protocolo entre a Câmara Municipal da Amadora e a Comissão do Plano Nacional de Leitura, cujo o objectivo é elevar os níveis de literatura da população em geral e dos jovens em especial.

Obrigada.”

Senhor **Deputado António Santos**: “Senhor Presidente muito boa noite, boa noite senhor Presidente da Câmara, palavra de honra que não imaginava que esta intervenção da nossa camarada deputada fosse antes da minha, porque o falar de educação, como vocês sabem é um dos pelouros da Câmara Municipal da Amadora, por quem o Bloco de Esquerda tem manifestado bastante apreço pelo trabalho que tem realizado, o que não significa que o apreço que nós mantemos pelo trabalho que tem sido realizado no campo da educação, nos obrigue a estarmos sempre de acordo ou muitas vezes não estarmos descontentes, e de facto, as cerimónias que, a cerimónia que aludiu é uma cerimónia importante, mas a preocupação que nós temos que ter, com as questões da educação na Amadora, não é só para dias de festa é também para os dias de concretos e por isso venho aqui referir duas questões concretas que me preocupam de uma forma directa. A primeira tem haver com o Jardim-de-infância Manuel Heleno, como vocês sabem é uma escola básica associada ao Grupo da Escola Manuel de Mello e que também tem Jardim-de-infância. Há quinze dias que o auxiliar de educação, portanto auxiliar educativo está de baixa, na primeira semana a escola através da Educadora ainda conseguiu garantir que as refeições fossem servidas aos meninos, a partir da semana passada a Educadora informou que não havia refeições enquanto a profissional auxiliar educativo não regressa-se de baixa. Evidentemente que isto cria um conjunto de incómodos a qualquer pai, qualquer pai que tenha que levar a criança à escola, que tenha que ir buscar à hora de almoço, que tenha que ir voltar a colocá-la depois de almoço e depois ter que ir voltá-la novamente ao fim do dia causa incómodos naturais, a que até a sua profissão e a quem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

trabalha a alguns quilómetros de distancia da Amadora. Evidentemente, evidentemente que nós sabemos que a Câmara Municipal não tem responsabilidade na contratação dos auxiliares educativos, evidentemente que nós sabemos, aliás a educadora informou os pais de crianças de que iria pedir auxilio à Câmara no sentido, nem que fosse de uma forma provisória, conseguisse solucionar esta questão, mas no entanto é uma situação que temos que registar.

No mesmo sentido, e porque tem exactamente com o mesmo assunto a questão do Pavilhão Gimnodesportivo da Escola Seomara é também da escola do mesmo Grupo que referi à bocado, é uma reclamação da Amadora e do Município da Amadora à mais de vinte anos, é uma proposta e é uma promessa eleitoral do Presidente Joaquim Raposo nas últimas eleições, o Pavilhão Gimnodesportivo foi concluído no último verão, mas está fechado, porque continua a não existir auxiliares de educação novamente o mesmo problema, não há auxiliares de acção educativa para garantir que o pavilhão esteja aberto, o que significa que os alunos da duas escolas sempre que está a chover, e isto vem-me à memória, porque como sabemos temos tido os últimos quinze dias um verdadeiro intempérie, não têm aulas de educação física. Porque que é que isto é importante? Importante, porque a resposta que este Município tem que dar, a resposta e a responsabilidade que temos sobre estas matérias, não é o de passar à bola sempre para o Poder Central.

O Poder Central acaba de aprovar um Orçamento Geral de Estado, ou de apresentar um Orçamento Geral de Estado em que só é exequível através do despedimento dos vários milhares de funcionários públicos. A existência de sectores da função pública com trabalhadores excedentários ou a existência de sectores da função pública em défice de funcionários para garantirem as condições mínimas e neste caso estamos a falar de serviço público tem o mesmo sinal. É a incompetência de ter funcionários a mais, é incompetência ter funcionários a menos. A resposta que o governo dá é de não fazer uma auditoria séria sobre os serviços públicos e os serviços necessários e que seja necessário garantir e reagrupar o funcionalismo público de forma a dar resposta a todos os problemas, portanto este é um problema que diz respeito a todos. Este é um tema aliás caro para o Senhor Presidente da Câmara Municipal, é um tema caro certamente para a Senhora Vereadora, nós sabemos que a educação é um ex-libris para o vosso executivo e penso que é altura de o Senhor Presidente

da Câmara relembrar os membros do executivo do Partido Socialista, já que tem boas relações com eles que o mais importante são as pessoas, até mesmo quando se fala das pessoas, se fala da falta de pessoas para garantir no serviço público que é fundamental para a educação na Amadora.”

Senhor **Deputado António Carixas**: “Muito obrigado, boa noite. Eu não resisto de facto aqui a comentar a intervenção da colega do Partido Socialista sobre esta homenagem, é irresistível de facto. Eu acho muito bem que o Partido Socialista faça esse elogio, acho muito bem, há áreas em que merece com certeza, com certeza que sim. Agora eu aconselhava, aconselhava ainda mais alguma coisa, já que nas próximas homenagens aos Conselhos Executivos, a Comunidade Escolar, porque já foi feita há muitos anos esta pratica, e foi abandonada depois, é uma achega apenas.

Antigamente, no tempo da CDU também se fazia uma visita de reconhecimento à Amadora, dar a conhecer aos novos professores, era interessante também fazer isso, porque os novos professores não conhecem a realidade social, histórica, do património da Amadora, também é interessante fazer isso. É de facto merecido que os Conselhos Executivos tenham sido homenageados, com certeza que sim, já que relativamente às outras questões de homenagem aos outros professores que se reformaram já também era feito antigamente, do tempo da CDU, mas também era feito o convite a todos os outros professores, e sei que, pelo menos um Agrupamento não foi convidado para esta homenagem, portanto os Professores também merecem que sejam convidados, e de facto, pelo menos um agrupamento escolar não foi convidado para esta recepção digamos assim à Senhora Ministra. Relativamente ainda à visita da Senhora Ministra e à homenagem aos Conselhos Executivos, com certeza que, com certeza que, é merecido como eu disse já que os Conselhos Executivos muitas vezes deparam-se com situações complicadíssimas vindos do Ministério da Educação, que têm grandes dificuldades às vezes de levarem há pratica, porque as decisões que muitas vezes vêm do Ministério têm às vezes notas, normas que de facto só me podem merecer a nossa contestação, e de facto, muitos professores têm contestado, e de facto os colegas às vezes dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Conselhos Executivos ficam em situações muito complicadas, muito difíceis de levarem à pratica essas medidas.”

Senhor **Deputado Luís Guarita**: “Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, antes de mais uma nota prévia, a intervenção que irei fazer não vincula o meu partido, vincula a mim enquanto cidadão, não representa aquilo que o meu partido defende, representa aquilo que eu defendo, aquilo que eu entendo e aquilo que são as minhas convicções.

Eu confesso, que venho aqui reiterar uma parte daquilo que a Senhora Deputada do Bloco de Esquerda aqui veio dizer, apelar que de facto todos aqueles que possam participem no referendo que se vai realizar em Janeiro em princípio.

Sobre a aquilo que se diz ser a interrupção voluntária da gravidez, eu quero no entanto deixar aqui algumas reservas e fazer algumas considerações sobre aquilo que se trata nesse referendo e sobre aquilo que está verdadeiramente em causa. Em primeiro uma pergunta: - Porque razão se diz despenalização e se fala de interrupção quando ambas as expressões não correspondem aquilo que efectivamente se vai passar? Interrupção no dicionário de português e qualquer um diz é uma paragem e a paragem significa algo temporário, que pode ser reassumido. Aquilo que se passa com o aborto é o contrário, é o acabar com algo, é o terminar algo, é o por fim a algo, há uma diferença, é o mistificar de palavras. Em segundo lugar, despenalizar não é a mesma coisa do que aquilo que se vai passar. Despenalizar é retirar a alguém uma penalização que sobre ele é exercido, o que se vai passar é o contrário, vai-se liberalizar. Pois eu pergunto, a primeira pergunta que eu vos deixo é: - Porque que é que não se faz a pergunta real? Porque que é que não se faz a pergunta, porque é que não se liberaliza o aborto? Porque a pergunta é: - Queremos ou não liberalizar o aborto até às dez semanas? Não é despenalizar a interrupção voluntária da gravidez, porque não é isso que se vai passar, é uma contradição nos termos. A segunda pergunta que eu vos faço é esta: Eu não ponho em causa as opções individuais, nem pessoais de ninguém, acho que cada um em consciência tem direito, efectivamente tem direito, porque essa é a democracia em que eu acredito, optar por aquilo que acha melhor para a sua vida. Eu só não percebo é porque é que

o Estado Português, porque é que todos nós, que não temos as mesmas opções, que vivemos na mesma democracia, que estamos sobre o mesmo céu ou no mesmo tecto e pagamos os mesmos impostos, somos obrigados a pagar por opções individuais de outros. Eu não percebo, porque razão é que numa opção que é individual, que é do foro da consciência e que trata de uma questão que é polémica, temos que ser todos nós a pagar. Porque a pergunta que eu vos faço é esta: - Na lei actual, qual das condições que são graves, não é permitida para que faça um aborto? A lei diz que se pode abortar em caso de má formação do feto, a lei diz que se pode abortar em caso de danos irreversíveis para a mulher, qual destas três questões é que não é tratada? Qual delas é que não é tratada? E quando se vai fazer um aborto até às dez semanas, não estando dentro destas três questões, que são as fundamentais, o que é que está verdadeiramente em causa? O que é que eu pergunto: - O que é que está verdadeiramente em causa? E portanto, a questão que eu vós deixo, é uma questão de consciência individual de cada um, e eu também vos digo, oh Senhores Deputados, se me deixarem concluir, é que na nossa democracia pelos vistos apenas vocês têm razão, apenas a modernidade está do vosso lado, não está do lado daqueles que discordam. E a pergunta que eu vos deixo também: É porque razão alguém que decida abortar até às dez semanas, sem estar dentro de nenhuma destas circunstâncias, tem que ser pago por todos nós? É que eu nem questiono que o faça de modo privado, mas não podia ser feito de outra forma, sem que fosse o Estado Português a pagá-lo nos Hospitais que são públicos e pagos por todos nós. Porque aquilo que discutimos meus caros amigos, oh Senhor Presidente, não sei se me é permitido concluir, ou continuar, ou se esta questão é apenas património de alguns?"

Senhor **Presidente da Assembleia**: "Senhor Deputado, eu ainda não vi ninguém a interrompe-lo. O Senhor tem direito a usar o seu tempo."

Retoma o orador: "A questão que eu vos deixo é esta: - Falamos de modernidade, falamos de vida, mas esquecemo-nos que a vida é antes de mais a vida que nós partilhamos com outros, e com outros concebemos. Não vale a pena fazer discussões porias, nem ter discussões porias sobre qual é o princípio ou não, eu não faço essa discussão, nem fale a pena trazer aqui à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

discussão, sobre se há ou não o direito de cada um fazer aquilo que entende da sua própria vida. O que vale a pena trazer à discussão, é se há ou não o direito de sermos todos nós a pagá-lo, se há ou não o direito de sermos todos nós a caucioná-lo, e se há ou não o direito de sermos todos nós a decidir sobre a vida de outros. Porque para terminar, deixo-vos uma nota, eu não concordo que as mulheres sejam criminalizadas, eu não concordo que as mulheres sejam levadas a tribunal, porque tomam uma decisão que é difícil para a sua vida, mas tal não se fazia desta forma, o que se está a fazer, é camuflar uma verdade, é mistificar com argumentos que não são válidos, e é alterar através de palavras que não correspondem à realidade, daquilo que realmente se vai passar, e aquilo que se vai decidir neste referendo, é a liberalização do aborto, não é a interrupção voluntária da gravidez, é a liberalização do aborto, e se têm coragem assumam a palavra, façam o referendo e façam campanha com ela, não ao contrário."

Senhor **Deputado Carlos Almeida** (pedido de esclarecimento): "Muito obrigado Senhor Presidente, muito boa noite Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Municípes, Senhores Deputados.

Oh Senhor Deputado, um ponto prévio, como sabe da nossa parte, da parte da CDU, não se coloca um ponto.... (mudança de cassette) ... desde há muitos anos, desde mesmo muitos anos, defende a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, e sempre entendemos que, os órgãos politicamente constituídos na nossa democracia têm todas as competências, todas as capacidades para assumir, cada partido assuma a responsabilidade e na sede própria que é o parlamento, o assunto se resolva. Sempre defendemos isto e vamos continuar a defendê-lo sempre, agora há referendo, vamos continuar sempre a manter a nossa posição que sempre mantivemos. A questão Senhor Deputado tem a haver com o seguinte: eu deixo de parte a sua discussão retórica sobre a diferença entre liberalização e despenalização, é evidente que se neste momento há uma pena de prisão sobre as mulheres, é isso que nós estamos a discutir Senhor Deputado, porque não sei se, se recorda quando houve o último referendo havia quem dizia que, oh mas os tribunais já não aplicam a pena, e portanto isto é só uma norma indicativa que expressa um sentido de conduta moral, etc., etc., etc., pelos

vistos os tribunais continuaram mesmo a aplicar, houve mulheres que continuaram a ir para o tribunal, continuaram a ver a sua intimidade e a sua vida devassada em nome da moral de alguns, em nome da moral de alguns. A questão que lhe quero colocar Senhor Deputado, tem haver com o seguinte: a interrupção involuntária da gravidez é um acto médico, Senhor Deputado, é um acto médico, não é, não é, uma operação que faz num vão de escada, infelizmente Senhor Deputado, é um acto médico, e se é um acto médico, merece toda a dignidade igual à de todos os actos médicos, ou seja, o Serviço Nacional de Saúde tem o dever e não pode haver nenhum tipo de álibi, seja sobre qualquer código odontológico, que se subverta o principio constitucional que é, uma lei é para cumprir e cabe ao Estado, cabe ao Serviço Nacional de Saúde garantir as condições para que todas as pessoas tenham esse direito, de ter, de ser praticado um acto médico.

Senhor Deputado todos os actos médicos, todos os actos médicos em última análise dependem da vontade individual, se eu não quiser ser operado ou o que quer que seja não sou, ponto final, nenhum médico me pode obrigar a fazer o que quer que seja, e portanto uma vez mais estamos a falar da interrupção voluntária da gravidez que é um acto médico, que depende evidentemente da decisão da mulher em causa, mas que, tem toda a dignidade exactamente, porque é um acto médico ser executado num Serviço Nacional de Saúde.”

Senhor **Presidente da Assembleia:** “Perante esta intervenção, a intervenção pedida de esclarecimento, eu agora ao minuto e meio passo a interromper os Senhores Deputados e dizer: - Senhores Deputados qual é a pergunta? Porque senão há aqui uma violação do Regimento, é toda a gente pedir a palavra para pedidos de esclarecimento e faz intervenções.”

Senhor **Deputado Luís Guarita** (resposta ao pedido de esclarecimento): “Antes de mais e naquilo que nos distingue não é de interrupção voluntária de gravidez que falamos é de aborto. É simples, é tão simples quanto isso, é tentar simplificar algo que não é simples, em segundo lugar não se trata de um acto médico, não se trata verdadeiramente de um acto médico, trata-se de algo que acontece em duas circunstâncias possíveis, ou porque a mulher por questões psíquicas que são do foro dela, aí se vê obrigada, ou então porque a mulher foi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

violentada, ou tem ou transporta em si um feto que não tem condições para nascer. Só nestas duas circunstâncias é que pode haver aborto, e o que eu lhe digo, é que na segunda eu concordo em absolutamente, e a lei actual permite-o, está claro é lê-la.

A nossa lei curiosamente é igual ao Estado da modernidade que está da fronteira para lá, esta fronteira que já não se vê, em que vivem os nossos vizinhos espanhóis têm uma lei igual à nossa. A diferença Senhor Deputado, e a diferença para que fique bem claro, é que nós não concordamos, eu não concordo e o Senhor Deputado tem razão. Eu não concordo que se criminalize mulheres por opções individuais, agora não venha aqui falar de moral e de conceitos e de ética de alguns, quando se diz que, com este referendo e com aquilo que efectivamente se vai passar, se vai permitir a que qualquer mulher se dirija a um hospital público, e até às dez semanas interrompa como dizem e aborte a sua gravidez, é disso que se trata, é disso tão simplesmente que se trata, porque não vai acontecer o contrário, não vai acontecer o contrário, e a pergunta que eu vos faço é: porque é que vocês falam de ética.”

Senhor **Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado agradecia que tenta-se sintetizar e concluirmos. Há limite, como sabe há limite, então não sabe que há limite, vota o Regimento e não sabe se há limite, por amor de Deus. Estou-lhe a dar uma indicação para concluir.”

Retoma o orador: “E portanto, o que nós achamos é algo de muito claro, trata-se efectivamente de descriminalizar uma situação que não pode continuar, isso é verdade, admitimo-lo, aceitamo-lo e achamos que é uma questão de justiça. Agora não podemos é aceitar que se liberalize o aborto, porque é isso que vai acontecer, e que até às dez semanas, o dinheiro de todos nós nos hospitais que são de todos nós, alguém possa decidir sobre a vida de alguém que tem dentro de si, sem qualquer justificação plausível é isso que se trata, oh Senhor Deputado é isso que se trata, e é contra isso que nós dizemos não, porque é isso que se vai passar, e aquilo que se trata aqui é de camuflar as coisas com palavras que não são verdadeiras.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

num dos pontos dizia, ainda diz que compete aos órgãos autárquicos promover a eleição de reuniões tendo em vista a análise desta problemática. Este é um ponto importante, nós quisemos por isto aqui nesta Assembleia, porque de facto é preciso conversar sobre isto, discutir sobre isto, porque esta lei vai marcar os próximos tempos naturalmente, pode não ser a que está em discussão na generalidade, mas na especialidade ela vai marcar, não sei se vai melhorar ou piorar, não sei, mas na resolução do Congresso da Associação Nacional de Municípios solicitava-se, sugeria-se isto, também dizia que, nessa resolução que, recomendar a todos os órgãos autárquicos questionem os Deputados eleitos do seu círculo e é isso que nós queremos fazer. Vou terminar dizendo que de facto não podemos estar de acordo com aquela Proposta que foi aprovada na generalidade, e é um apelo para que todos os partidos como diz a Moção, todos os partidos repensem esta lei, porque de facto vai diminuir a autonomia e a capacidade financeira das Autarquias.”

Senhor **Presidente da Câmara**: “Muito obrigado Senhor Presidente. O Deputado **António Tremoço**, oh senhor Deputado António Tremoço, que o meu amigo andou a ser enganado pelo Governo, eu acredito, acredito, que o Governo do PSD/CDS lhe tenha dito que a fabrica ia abrir em Setembro de dois mil e cinco e ia continuar a produzir material circulante também acredito, porque não ouvi nada a dizer o contrário, agora como o Senhor Deputado também sabe e eu também sei, nada do que foi feito até agora leva nesse sentido, nada, aliás basta ver, o Senhor Deputado também acompanhou tão bem quanto eu estas questões. Primeiro é o destaque, e depois em determinado momento já mudavam o destaque para outro, inclusivamente uma parte dum destaque em determinada altura chegaram a equacionar como sabe, já não era a parte onde havia a produção do material circulante, mas já era a parte da dita SOREFAME por exemplo, bom, e por isso, isto só demonstra, que do ponto de vista da responsabilidade do assumir com o Governo, e estamos a falar dos Governos, querem continuar a produzir material circulante, tenho as minhas dúvidas e tenho as minhas interrogações e espero estar enganado, mas, enfim, acredito infelizmente que não vou estar enganado, porque nunca foi intenção do Governo, nem quando criaram, na altura como o Senhor Deputado sabe, quando na altura criaram aquela Comissão, em que incluía a Câmara

Senhor **Presidente da Assembleia**: “Senhores Deputados, eu acho que a discussão é muito agradável mas é assim, os Senhores Deputados que têm de intervir ali, obviamente o altifalante, o microfone amplia o som, e sempre que o Senhor Deputado começa a usar da palavra, os outros Senhores Deputados que estão a falar aumentam para se ouvirem a eles próprios o som, é evidente que é impossível dirigir a Assembleia, ou vieram à Assembleia ou vieram a outra coisa qualquer, se vieram à Assembleia agradecia que respeitassem os oradores, se vieram a outra coisa qualquer agradecia que se fossem embora.”

Senhor **Deputado João Serrano**: “Senhor Presidente a minha intervenção tem haver com uma dúvida que este debate surgiu, acontece que o Grupo Municipal do Partido Socialista, eu próprio aguardei desde a última Assembleia Municipal, que houvesse o agendamento por parte de alguns Partidos da Oposição, relativamente à Lei das Finanças Locais. A mesma foi apresentada aqui pela CDU, mas decorrido o tempo do PAOD, não sei se a CDU estava inscrita, ninguém da CDU entreviu sobre a matéria, e o PSD resolveu abordar a questão do aborto. Por isso a questão que eu coloco, porque não compete obviamente a mim falar da bondade da lei, é que se, se a CDU eventualmente retirou a Moção de rejeição da Proposta de Lei do Governo, ou se a CDU já está conformada com a Proposta de Lei do Governo, daí não ter sequer introduzido, nem intervido nem sequer um minuto sobre esta matéria.”

Senhor **Presidente da Assembleia**: “Não, não está retirada Senhor Deputado, esta apresentada, foi lida por mim, e será votada no fim do debate.”

Senhor **Deputado António Carixas**: “Senhor Deputado João Serrano a CDU não retirou a Proposta, Proposta de Moção com certeza que não, estávamos à espera que de facto alguém pudesse intervir sobre ela e a conversa desviou-se para outro assunto, mas estávamos com certeza interessados em esclarecê-la. Mas ela, até penso que é clara, de qualquer maneira o que nós temos a dizer, do pouco tempo que temos ainda, o ponto de partida é digamos a resolução do congresso extraordinário da Associação Nacional de Municípios, que o Senhor Deputado com certeza que conhece as suas decisões, as suas deliberações por larga maioria, e

e o Instituto de Investimento, a REFER, a CP, etc., nunca funcionou como sabe, nem aí nunca se falou, nem nunca assumiram isso claramente, e até hoje o Senhor Deputado sabe, que não há nenhum documento nem na Câmara, em relação qual é a intenção da REFER em relação ao terreno, nenhum, eu próprio já questionei e espero que digam claramente qual é o objectivo, o que é que pretendem daquele espaço, é o mínimo que têm que informar as pessoas, têm que informar o mínimo das pessoas e no mínimo têm que informar a Câmara qual é o projecto que têm para ali, qual é o projecto? Porque não é indiferente, nem para mim, nem para si, nem para os trabalhadores, nem para o Concelho, nem para o País, se é uma oficina, se é produção, não é indiferente, e sobre essa matéria já à que tempos que disse: eu para o projecto, e vou para isso, em conjunto com os trabalhadores tivemos nesse projecto era continuar a produzir material circulante, não foi para transformar aquilo numa oficina que os outros não querem em Campolide, não é para isso que estou ganho e seguramente não é esse o objectivo. O que a Câmara não pode, Senhor Deputado, eu não estou a dizer que é você, também não pode é querer pôr a responsabilidade em cima da Câmara, vamos lá ver se a gente se entende, cada um tem que assumir a sua responsabilidade, cada um tem que assumir, e é isso, e por isso o que eu digo é assim, nós todos sabemos, nós todos sabemos, basta ver o que andaram com isto tudo, primeiro era destaque, depois já não era destaque, depois já era um loteamento como o Senhor Deputado viu, e nós já tivemos oportunidade de ver isso em conjunto, não só consigo mas com outros trabalhadores da SOREFAME, que não é preciso sequer ao menos loteamento para nada, e não vale a pena dizer que é a questão da linha, é uma falsa questão, já vimos isso, o Senhor Deputado teve oportunidade de verificar que os trabalhadores que têm experiência, conhecem qual é as dimensões que precisam, que aquilo é tudo uma falsa questão, porque ao fim e ao cabo o que eles não querem é isso, o que eles querem tem uma desculpa, para dizer malandros da Câmara não me aprovaram o loteamento e como tal a gente não pode por lá a EMEFE a funcionar, na produção, nunca vão ter a coragem de dizer isso, na produção do material circulante, e por isso, Senhor Deputado nós vamos encosta-los à parede, como é obvio, uma vez por todas vão ter de dizer claramente para quê que serve o espaço e para quê que o querem, como é evidente, como é evidente, e por isso sobre essa matéria, a mim tanto me faz que seja este Governo como seja outro. Eu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

em relação a este Governo nunca ouvi dizer que queriam lá fazer material circulante, ao outro ouvi como o Senhor Deputado ouviu, também ouvi, eu nunca ouvi não tive nessa reunião, não tive nessa reunião por isso a mim não tiveram coragem de me dizer, mas vou ter amanhã a oportunidade de na Câmara discutirmos essa matéria, oportunidade de amanhã receber a BOMBARDIER, mais uma vez vou receber a BOMBARDIER, e como já pedi uma reunião com a Secretária de Estado, com o Presidente da REFER e o Presidente da CP, que eu quero que me digam, digam mas eu quero que escrevam, porque eu também já não vou na conversa do dizer, escrever, eu escrevo, e a Câmara amanhã vai tomar uma posição escrita, escrita, não é de boca, é escrita, e eu acho que eles têm obrigação de tomar uma posição escrita, o que é que pretendem para ali, e digo claramente que se os Senhores escreverem que é apenas uma oficina para acabarem o ferro velho que está em Campolide quero-vos dizer que não concordo, se é para isso não concordo, e o Senhor Deputado também não concorda, não é isso? Senhor Deputado se não é igual ao da Campolide, é parecida com Campolide.

Senhor Deputado, você eu acredito que é assim, eu espero estar enganado, e espero que o Senhor Deputado, mais uma vez vocês, afinal você acredita mais nos Governos do que eu, é impressionante como é que isso acontece. O Senhor Deputado ainda acredita, que de facto vai haver ali um objectivo, uma estratégia para continuar a produzir material circulante, oh Senhor Deputado tenho, desculpe, espero estar eu enganado e o Senhor Deputado estar certo, espero! Mas olhe que não, há questões, quando se percebe isso as coisas são claras, esses projectos são claros, não se esconde nada, até agora ainda não vi nada, nenhum projecto concreto sobre aquela matéria, o que é que se pretende, para quê, não vi, não vi. Caso contrário como o Senhor Deputado sabe à que tempos que isto estava resolvido, à que tempos que isto estava resolvido, porque a questão do destaque por um lado, agora já não é destaque, já é loteamento é uma falsa questão, é uma falsa questão, aliás tive oportunidade de dizer que a Câmara está disposta a comprar o terreno, se o problema é esse comprar o terreno e a gora venha a EMEFE dizer o que é que quer. Agora não vamos pôr a questão do loteamento, o que eles querem também todos sabemos, aliás o que eles queriam é que a Câmara disse-se nunca haverá loteamento, era bom para a BOMBARDIER, ficavam todos satisfeitos e também era bom naturalmente para a EMEFE e para a CP, mas essa oportunidade não vão ter, porque nós

nisso não vamos colaborar, porque cada um vai ter que assumir a sua responsabilidade, e vão ter clarinhos a assumir a responsabilidade que nunca foi pensada, não era estratégia, na estratégia do Governo fazer material circulante em Portugal e nomeadamente naquele espaço. Sobre essa matéria, Senhor deputado cá estaremos e por isso se a estratégia for oficina do resto do ferro velho, o Senhor Deputado não me vê ao seu lado a defender a oficina, vê-me no lado contrário, contra.

Senhor Deputado **António Santos**, sobre estas questões que colocou será à Senhora Vereadora Carla que lhe irá responder, sobre a questão do pavilhão desportivo Seomara da Costa Primo/Francisco Manuel de Mello, eu agradeço ao Senhor Deputado ter referido que mais uma vez uma promessa que eu fiz está feita, está praticamente concluída, faltam uns problemas como sabe que não dependem da Câmara, porque felizmente o pavilhão que nós lançamos e que nós controlamos, foi os Mães de Água está pronto há muito tempo, como sabe, há muito tempo e a funcionar.

Há ali questões neste momento, que se prendem com um conjunto de deficiências e alguns acabamentos estão mal concluídos, e também não houve recepção provisória e também a empresa que foi escolhida num concurso, não foi por escolha, foi num concurso, é uma empresa que atravessa alguns problemas neste momento financeiros, bom esperemos que isso se possa resolver, pelo menos as questões de fundo, que a DREL possa depois aceitar a recepção provisória, fim dando um tempo se calhar para as correcções das anomalias que tem, e que também em relação à Escola, pelo menos tudo aponta, é que está programado pela própria Escola é poder fazer a abertura deste pavilhão no dia dez de Novembro que é o dia da Escola, era uma boa forma até de comemorar o dia da Escola, como sabe, esperemos que assim seja.

Sobre as outras questões, a Senhora Vereadora do Jardim-de-infância irá responder, mas também permita-me desde já dar um toque. Quero com toda a franqueza dizer-lhe isto, sabe estas questões de, a forma mais simples, muitas vezes excedemos, é dizer não temos, enfim não temos essa competência, não está no nosso estatuto, alguém tem que fazer isso, como não está ninguém para fazer isso fecha-se e manda-se as crianças para casa, acha-se que é a maneira mais fácil, no meu ponto de vista, e essa maneira permita-me dizer não é uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

maneira que eu partilho, não é uma maneira que eu partilho, e o Senhor Deputado também não partilha dessa maneira de ver. Mas há questões, há questões que a Senhora Vereadora já responderá sobre essa matéria, qual é o problema que temos ali, e o que é preciso resolver. Agora a maneira mais fácil de resolver, de facto, é dizer fecha, vou embora, eu acho que essa é uma maneira simplista de resolver o problema. Há outras formas de resolver e naturalmente já resolvemos vários problemas de natureza idêntica sem utilizar esses argumentos.

Senhor Deputado **António Carixas**, eu só foco a questão da Moção, porque tocou numa questão, e para esclarecer algumas questões. Eu sou daqueles que fui contra a posição da Associação Nacional de Municípios, contra, e fui contra por alguns motivos, o primeiro motivo é que eu acho que o processo da Associação Nacional de Municípios, foi mal conduzido e disse-o, mal conduzido, a questão de fundo não eram aquelas que foram colocadas e vieram para opinião pública eram outras, e também quero dizer sobre essa matéria é evidente, que reconheço que na lei tem partes positivas mas também tem partes negativas, também disse que se fosse eu a fazer a lei não seria aquela seguramente. Mas esta é uma lei que em relação ao Município da Amadora não tem penalizações, não tem penalizações, não tem, e por isso eu tenho que analisar do ponto de vista do município da Amadora, eu tenho que ser solidário com outros Municípios, mas também os outros Municípios deviam ser solidários com o Município da Amadora. O que não aceito é um princípio que se traduziu, que é malandro dos grandes contra os grandes marchar, marchar, esse princípio não! Aquilo não é um sindicato, aquilo é uma associação, e vamos lá ver se a gente se entende, nunca eu fui dirigente da associação como o Senhor Deputado sabe, nunca me viu ser, tomar uma posição contra os Municípios pequenos antes pelo contrário, nas posições deles sempre os defendi, até porque, são problemas para os quais eles sentem mais, melhor do que eu. Assim como espero que os Municípios pequenos, também não têm os problemas dos municípios grandes, também têm que dar esse benefício, como é óbvio, e o Senhor Deputado sabe que nós temos problemas que mais nenhum Município tem, e o Senhor deputado sabe que esta lei pela primeira vez, vem trazer uma questão que tem haver com o número de pessoas, com as pessoas, até agora nós éramos penalizados porque tínhamos muitas pessoas, mas tínhamos pouco território. Tem que haver aqui formas de

compensar também há aqui esforço financeiro, que é necessário fazer a mais em relação às pessoas. Por isso eu digo-lhe que não, assumi isso publicamente, já é sabido, enfim não fiz, não andei a mandar-me da janela abaixo como deve imaginar, e assumi na frontalidade e sem nenhuma reserva, mas também é bom uma vez por todas, porque já outro dia ouvi esse discurso, que apenas dois por cento estavam contra a lei. Senhor Deputado eu estive no congresso, uma coisa é dizer passaram por aqui oitocentos e tal pessoas, e com certeza votação passaram por aqui, conta como se tivessem votado a favor, Senhor Deputado desculpe lá, isto vale o que vale, mas não é bem a mesma coisa como a gente sabe, por isso não vamos por aí, eu dizer-lhe assim é evidente que em relação a esta lei, há questões que eu próprio fiz chegar e continuo a querer fazer chegar no sentido dos Grupos Parlamentares poderem fazer correcções, nomeadamente vou-lhe dar uma por exemplo, não estar incluído, está na Reabilitação Urbana mas não está o PER, deve lá estar, como é óbvio que existe um compromisso e como tal deve estar isento da capacidade de endividamento tal e qual como está a Reabilitação Urbana, porque PER não é a mesma coisa que Reabilitação Urbana, essa é uma das questões que é preciso introduzir como é evidente, porque as questões do endividamento vamos ser sinceros, nós Município da Amadora fomos penalizados pela forma como em determinado momento, nomeadamente a Ministra Ferreira Leite disse: agora a partir de agora, quer me tenham dito dinheiro não há, acho que é uma injustiça, nós tínhamos capacidade de pedir e ficamos impedidos, isso é que é injusto.

Eu acho que tem que haver, isso é discutível tem que ser aquele valor ou outro é discutível, agora tem que haver uma baliza tem que haver, porque de facto há Municípios que têm uma forma de gerir diferente, não podem ser penalizados por em determinado momento não ter utilizado, bom senão assim o crime compensa, por isso sobre essa matéria dizer-lhe que, e claro a minha posição é esta, o Senhor Deputado já sabia publicamente assumi, não fujo à minha responsabilidades e digo-lhe claramente que acho que a Associação podia ter ido mais longe, na discussão daquilo que são as questões mais importantes, nomeadamente com aquilo que tem haver com a distribuição de outros impostos de âmbito nacional, que podiam também passar a ser participação municipal.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Bom mas enganou-se, se calhar caiu-se naquela asneira de ir para aquela grande discussão, que é uma questão que é, que não é sensível para as pessoas antes pelo contrário, as pessoas reagem, lá vêm eles a querer mais dinheiro, mais empréstimo, é isso, acho que foi um erro, mas foi um erro estratégico, paciência está feito, e aquilo que eu espero no âmbito dos Grupos Parlamentares é que há algumas questões que possam melhorar e aprofundar, é esse naturalmente o sentido que existe.

Senhor Presidente se pudesse a Senhora Vereadora em relação ao António Santos a questão do Jardim-de-infância de Carenque, Senhora Vereadora.”

Senhora **Vereadora Carla Tavares**: “Muito obrigada Senhor Presidente, Senhor Deputado **António Santos** relativamente às questões que colocou EB/JI Manuel Heleno, penso como tem conhecimento EB/JI tem apenas uma sala de Jardim de Infância da Rede Pública, de facto há uma Assistente de Acção Educativa que está de ausência por baixa de doença à quinze dias, penso que também terá conhecimento que a colocação do pessoal não docente dos Jardins de Infância da Rede Pública é uma competência das Autarquias e por isso a Autarquia coloca e colocou a pessoa correspondente, tem sempre uma bolsa, e o que é que as Câmaras acordaram já o ano passado com a Direcção Geral de Educação, sempre que havia ausências por doença era muito difícil sempre a substituição, independentemente de nós termos uma bolsa de contratação, é muitas vezes difícil, porque quinze dias como deve imaginar, entretanto os concursos já decorreram, nós temos que ter sempre concursos válidos de pessoal auxiliar, e as pessoas tinham grande dificuldade muitas vezes em despedir-se dos sítios aonde estavam, para aceitarem virem para Jardins de Infância da Rede Pública, por oito dias, por quinze dias, isso era um processo que todas as Câmaras tinham uma enorme dificuldade. E o que foi acordado, e o que foi visto com a Direcção Regional é que sempre que há ausências, ou seja a substituição faz-se imediatamente, sempre que há ausências superiores a trinta dias e assim já é mais fácil conseguirmos de facto ter alguém que possa suprir essa dificuldade. De qualquer das formas deixe-me dar-lhe nota daquilo que é hábito, porque as pessoas dos Jardins-de-infância também adoecem, as senhoras auxiliares e assistentes de acção educativa e que deve ser o procedimento, sempre que há situações destas.

Há agora agrupamentos o que significa que os recursos de pessoal não docente devem se gerir em situações como esta, que são situações excepcionais naquilo que é um total dos recursos disponíveis no agrupamento, acresce de que falamos numa situação pontual, por isso a funcionária, que é funcionária da Câmara apresentou um atestado por quinze dias e por isso ainda não perfez o tempo para a sua substituição, e, as pessoas devem ser geridas na lógica dos recursos do agrupamento uma vez que estamos a falar de uma substituição temporária, situação essa que o agrupamento se tem recusado, ou seja, o que tem acontecido com esta senhora educadora e infelizmente, há bons e maus ou menos bons e maus em todas as profissões, é que sistematicamente é uma pessoa faltosa, já estive noutros Jardins de Infância sempre que isso acontece a senhora assistente de acção educativa fica na sala, por isso não só tem a guarda dos meninos para que as famílias não fiquem prejudicadas, como acompanha os períodos de almoço, é natural para que a criança não tenha que ir para casa e não seja um transtorno muito complicado para as famílias, a senhora educadora entende dispensar as crianças ao meio dia, porque entende que não tem condições para o momento do almoço, independentemente da empresa prestadora de serviços de alimentação já se ter disponibilizado para se encontrar uma solução, uma vez que é uma situação provisória relativamente a este período, e também por parte do agrupamento, é uma situação que eu conheço à duas semanas, não escondo, é uma realidade, já tive oportunidade de conversar com o Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento e com a representante do primeiro Ciclo, deverá gerir uma vez que é uma situação pontual, na lógica, na disponibilidade dos seus recursos pessoal não docentes no agrupamento, e não tem tido essa disponibilidade para o fazer e deveria fazê-lo, por isso é inadmissível, e isso sub escrevemos também aquilo que disse, que a senhora educadora neste momento ao meio dia, e tenho conhecimento que é ao meio-dia, esteja a enviar as crianças para casa, quando, quando a senhora educadora falta, nunca é isso que a senhora assistente ou auxiliar de acção educativa faz, fica com as crianças conforme já referi.

Relativamente também penso que foi o Senhor Deputado que colocou a questão dos recursos do pessoal não docente das escolas, penso que foi o Senhor Deputado também que colocou, é uma realidade de facto, o pessoal não docente dos estabelecimentos de ensino, é um pessoal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

de alguma forma já envelhecido, já, como alguns foram do meu tempo ou se calhar até do seu tempo ainda em escolas. Tem havido por parte das Câmaras Municipais, admito que o Senhor Deputado se calhar não tenha conhecimento, uma vez que o Bloco de Esquerda não tem a Presidência de nenhuma Câmara da Área Metropolitana, mas temos tido uma posição enquanto Vereadores da Educação, consonante relativamente a este processo, tivemos oportunidade de elaborar um documento que remetemos à Senhora Ministra, que é uma posição unânime dos Vereadores da Educação da Área Metropolitana, temos tido por parte da Direcção Regional a total disponibilidade, e é verdade, e a total abertura para ir resolvendo as situações mais graves que vão acontecendo em espaços escolares, e falo com outras Câmaras que têm a mesma situação relativamente à da Amadora, a mesma situação, relativamente à da Amadora é verdade, basta a tipologia do equipamento e a Amadora por isso tem sentido muito essa realidade, basta por exemplo a Sacadura Cabral mudar de uma realidade de edificado como era a realidade do ano passado e passar para uma nova realidade de edificado, com muito mais espaço para gerir em termos dos recreios, para que esta situação se coloque, é preciso agora também dar tempo para que seja feito a avaliação e possa ser feita uma equitativa e justa distribuição de pessoal a horas para se suprir, estas questões, e estes ajustamentos.

Penso que respondi a todas as questões que colocou. Senhor Deputado **António Carixas**, colocou algumas questões relativamente à Recepção à Comunidade Educativa, dar-lhe notas que se homenageou foi os presentes dos Conselhos Executivos do segundo e terceiro ciclos e secundário, que não são forçosamente Presidentes de Agrupamentos, Presidente de Agrupamentos em termos de secundária só a Azevedo Neves neste momento, não sei qual é o agrupamento que se está a referir, eu própria tive a oportunidade de estar com todos os Presidentes dos Conselhos Executivos nesse dia, e de, e todos os Presidentes dos Conselhos Executivos de Agrupamentos foram convidados a estar na recepção à Comunidade Educativa, nós temos dez agrupamentos, os dez tiveram representados, por isso o Senhor Deputado referiu que houve um agrupamento que não foi convidado, por isso todos os Senhores Professores são convidados, há um convitezinho, que por acaso tenho aqui um que vai para todas as escolas, tenho a certeza absoluta, tive a oportunidade de o ver nas escolas, o que

havia, relativamente ao dia da Recepção à Comunidade Educativa como o Senhor Deputado sabe com certeza, era alguma reacção dos Senhores Professores do primeiro ciclo pela presença da Senhora Ministra, e que, muitos deles optaram por primar pela ausência, um direito que lhes assiste, muito obrigada.”

Senhor Presidente da Assembleia: “Está esgotado o período antes da ordem do dia, antes disso, porém, vamos proceder à votação da Moção que aqui li no principio, apresentada pelo Grupo Parlamentar da CDU, vou passar à votação, não há campainha, portanto os Senhores Deputados têm que estar cá dentro, vamos lá passar à votação, foi aprovada rejeitada com 9 votos a favor e 21 votos contra e 7 abstenções (Documento anexo à presente Acta).

O Senhor **Presidente da Mesa** não havendo mais intervenções, encerrou este período.

VII – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – Apreciação, nos termos da alínea f) do n.º 2 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a “*Lançamento da Derrama para o Ano de 2007 (Proposta n.º 397/2006)*”

O Senhor **Presidente da Assembleia** informou que a Comissão de Desenvolvimento Económico, Finanças e Administração reuniu e emitiu parecer que vai ser lido pelo Senhor 1.º Secretário (Documento anexo à presente Acta).

O Senhor **Presidente da Câmara** prescindiui da palavra.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

O Senhor **Presidente da Assembleia** informa que o Grupo Parlamentar do CDS-PP entregou uma proposta de Alteração que foi admitida pela Mesa e que foi distribuída a todos os Senhores Deputados e que passou a ler (Documento anexo à presente Acta).

O Senhor **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições.

Senhor **Deputado João Serrano** (pedido de interpolação à mesa): “Eu sei Senhor Presidente que foi admitida pela Mesa, foi distribuída a mim na pasta aos Líderes, mas os meus colegas Deputados da Assembleia Municipal desconhecem o teor da proposta, porque não foi distribuída aos mesmos, e por isso a pergunta que eu faço é, se isto foi um lapso ou se efectivamente ela deu entrada na Mesa e nem sequer houve distribuição para os Deputados da proposta do CDS-PP.”

Senhor **Presidente da Assembleia:** “Entrou informalmente na reunião de ontem, colegas deixem, foi entregue informalmente, mas pronto.

Tenha a bondade João, por amor de Deus não vamos criar um incidente por causa disto, isto aqui é substância, é os sete ponto cinco, e se algum erro dos Serviços da Assembleia, eu assumo o erro em nome da Assembleia.”

Senhor **Deputado João Paulo Castanheira:** “Senhor Presidente só para que não fique aqui nenhum tipo de, digamos de interpretação errada daquilo que aconteceu, foi o seguinte: nós como é óbvio só tendo tido conhecimento da proposta da Câmara, soubemos se seria oportuno ou não, apresentar uma proposta alternativa, e quando tivemos conhecimento apresentamos. Levamos ontem para a reunião da Comissão a nossa proposta, o Senhor Presidente da Comissão entendeu, que não deveria receber formalmente na Comissão aquela proposta e portanto aquilo que eu fiz foi, durante a reunião entregar informalmente aos membros da Comissão a proposta, mas no final da Comissão entregar formalmente nos Serviços da Assembleia uma cópia da proposta para que pudesse ser distribuída, como a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Assembleia assim o entendesse, não disse que era para os Líderes, nem para ninguém em especial.”

Senhor **Presidente da Assembleia:** “Está esclarecida a questão, é evidente que, temos todos de aprender neste novo quadro de funcionamento regimental, e portanto é mais um dos casos que nós teremos de agilizar e nomeadamente nas reuniões com os Senhores Presidentes das Comissões para ver como é que tratamos disto, porque na verdade começa a haver aqui algumas questões que temos de agilizar, isto não pode funcionar assim.

Não sei se da parte do PS há alguma objecção que se discuta, a Comissão de Finanças toda teve cópia. Não teve cópia também a Comissão de Finanças? Então temos de agilizar isto, se algum partido entrega numa Comissão uma proposta, ou apresenta uma proposta, isto não pode ser assim, temos de pensar nisto.”

Senhor **Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente é só por uma questão da verdade. A Comissão não foi entregue, nenhuma proposta à Comissão, aliás foi dito pelo Senhor Deputado, eu estava presente, eu tive a oportunidade de receber uma cópia no final. O Senhor Deputado quis fazer a entrega, e o Senhor Presidente da Comissão disse que no ponto de vista dele, não era aquele local, que devia de ser entregue a proposta, mas que devia ser à Assembleia Municipal, e o que o Senhor Deputado fez foi no final, entregar uma cópia a cada um dos partidos e inclusivamente à Câmara e entregar a proposta aos Serviços da Assembleia Municipal, por isso são questões diferentes, ou seja, o PS como os outros partidos receberam informalmente, é assim que se diz, e como a Câmara recebeu a proposta que o CDS depois acabou de entregar à Assembleia Municipal, por isso, as questões foram estas.”

Senhor **Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado Senhor Presidente, mas é evidente que há aqui, um erro nosso, não é, dos Serviços, a partir do momento de que é entregue na Assembleia Municipal ou que é depositado nos Serviços, os Serviços tinham que me comunicar, porque eu também não tinha conhecimento, só tive conhecimento agora, tinham que me comunicar para efeitos da sua, de eu ponderar, porque ao fim e ao cabo os Serviços

também não têm aqui um grande erro, porque o João Serrano tem razão, qual é? É o problema da admissão, a proposta foi entregue nos Serviços, mas ela tem que ser admitida pela Mesa, não é por um partido entregar uma proposta nos Serviços da Assembleia que agora os Serviços se põem a fotocopiar a proposta, nem sequer estão autorizados para isso, portanto os Serviços também, não se lhe pode imputar assim essa responsabilidade de animo leve, podem depositar lá um documento mas obviamente que tem que haver a reunião da Mesa e tem de haver deliberação da Mesa para a sua admissão e a proposta só é proposta para ser apreciada em Assembleia a partir do momento em que a Mesa se pronuncia. A Mesa se pronunciou sobre a sua admissão, no princípio desta reunião e portanto também é normal, se algum dos Senhores Deputados quiser levantar aqui, o João Serrano levantou aqui este problema do conhecimento, eu lia, quanto muito pode-se fazer um, pode-se tentar fotocopiar a proposta durante a discussão, continua a discussão e depois entregar aos Senhores Deputados, vou pedir aos Serviços para tentar fazer isso.”

Senhor **Deputado João Serrano:** “Eu não vou colocar nenhuma objecção relativamente à matéria, só que eu volto a frisar aquilo que é um acordo que existe e que acho que todos os partidos têm que fazer um esforço, é que estas propostas têm que ser atempadamente distribuídas, para nós próprios fazermos um trabalho de reflexão sobre o mesmo. A proposta que eu saiba foi falada no final da reunião, foi distribuída, mas formalmente não deu entrada, isto tem que haver aqui um tempo, como aliás a Moção das Finanças Locais que acabamos de discutir, nós tínhamos feito um acordo de dar um tempo para nós, eu tomei conhecimento da proposta mesmo aqui. A vantagem foi que ela nem sequer foi apresentada e por isso não houve discussão sobre a matéria.”

Senhor **Presidente da Assembleia:** “Colega João Serrano, a questão é esta, nos termos da lei, vamos lá ver, eu também não estou aqui a fazer um bicho de sete cabeças, por causa desta proposta, sejamos claros, qualquer um dos Senhores Deputados, pode pedir a palavra, ir ali e dizer assim: Senhor Presidente, nos termos da lei, eu faço uma proposta de cinco por cento sobre a Derrama, está na lei, portanto não vamos aqui, já tentei resolver aqui esta questão,

agora essa não é a questão de fundo, nem a essência, nos termos da lei qualquer dos Senhores Deputados pode pedir a palavra e fazer aqui uma proposta alternativa à Câmara, nesta matéria, portanto vamos ver a lei, em termos de substância não há aqui nada que impeça a discussão desta matéria, nenhuma, não há nada.”

Senhor **Deputado António Santos**: “Senhor Presidente além de estar de acordo com aquilo que acabou de dizer, mas há outra coisa que eu gostava de referir, eu acho inacreditável que seja o Deputado João Serrano a levantar esta questão, na última Assembleia, foi o Deputado do Partido Socialista, e pela voz do Deputado João Serrano que apresentou uma proposta, no período antes da ordem do dia, não distribuída a ninguém sobre a política de realojamento da Câmara Municipal da Amadora, completamente de surpresa, e nem sequer tendo ao contrário desta vez do Deputado João Paulo Castanheira, eu estou radicalmente contra a proposta ... (interrompe o Senhor Presidente da Assembleia) ...”

Senhor **Presidente da Assembleia**: “António como eu ainda agora disse ao João para não falar sobre as propostas no período antes da ordem do dia, agradecia também que não falasse nisso porquê? Porque isso é no período antes da ordem do dia, não tem haver, não é a mesma matéria, não é, porque agora qualquer pessoa se pode levantar e pode apresentar uma proposta.”

Retoma o orador: “Claro que é, mas é uma questão de método, de princípios de comportamento. O Deputado João Paulo Castanheira apresentou uma proposta da qual eu estou em desacordo na Comissão correspondente, o Deputado João Serrano na última Assembleia apresentou de surpresa no período antes da ordem do dia uma proposta que ninguém tinha conhecimento, portanto eu acho que, não tem nem sequer do ponto de vista dos princípios o João Serrano tem razão para fazer esta chamada de atenção à Mesa.”

Senhor **Presidente da Assembleia**: “Colegas penso que, está esclarecido pela minha intervenção, que isto é uma matéria em que, nos termos da lei qualquer um dos Senhores



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Deputados, em Assembleia Municipal pode apresentar propostas alternativas, está na lei, não vale a pena.

Abriu as inscrições.”

Senhor **Deputado João Paulo Castanheira**: “Muito obrigado Senhor Presidente. Muito brevemente aquilo que eu queria dizer é o seguinte: nós entendemos que há uma verdadeira emergência municipal em relação à Amadora no que diz respeito à captação de novo investimento, à atracção de empresas e à criação de emprego. Todos sabemos, e isso é dito na Moção, que de facto faltam empregos na Amadora e que as pessoas têm que ir trabalhar para outros Municípios em redor da nossa cidade. Todos sabemos também, que têm encerrado cada vez mais empresas e que isso tem agravado os problemas de emprego que existem na nossa cidade.

Como é evidente isso foi matéria de discussão na Comissão que apreciou esta matéria, todos estamos de acordo que há outros factores, aquilo que podemos chamar de factores de primeira ordem na atracção de investimento, e que são seguramente mais importantes do que a questão da Derrama, e referimo-nos e eu refiro especificamente a questão da localização estratégica, que é de facto algo, que a Amadora tem e que é de facto se calhar o mais importante no sentido de poder atrair novo investimento. A questão das acessibilidades, o Município ter boas acessibilidades é uma questão absolutamente... (mudança de cassette) ...um instrumento ao dispor dos Municípios no sentido de facilitar a atracção de investimento, quando conjugado obviamente com outro tipo de medidas, e com outro tipo de iniciativas. É também dito que de facto, é cada vez maior a competitividade entre Municípios no sentido de, captar os novos investimentos, isto é uma realidade constatada pelos factos, ou seja, é cada vez maior o número de Municípios ou baixa a Derrama, ou até, não lança qualquer Derrama no sentido de, que as empresas escolham o seu território para se instalarem, e não estamos a falar unicamente quando falamos disto, eu fiz as contas de, eu fiz as contas e portanto de dois mil, para este ano houve quinze Municípios que baixaram a Derrama e houve cinco que eliminaram a Derrama, e não estamos a falar só de Municípios miseráveis do interior, estamos a falar de Municípios como Aveiro, como Barcelos, como Santarém, como outros

Municípios que não baixaram a Derrama no sentido de, de facto, promover a atracção de investimento, isto são factos, é uma realidade e portanto não é desmentível por nenhum tipo de argumentos. Por outro lado, aquilo que nós defendemos é que a Amadora pode assumir uma postura de facto, diferente no seio da área Metropolitana de Lisboa, onde praticamente todos os Municípios aplicam de facto a taxa máxima, e achamos que de facto, haver na Amadora um factor diferenciador em relação ao resto dos Municípios seria muito importante e seria de facto um sinal que se dava ao tecido empresarial no sentido de dizer: nós estamos interessados em investir em novos investimentos.

Eu vou terminar Senhor Presidente, portanto a nossa proposta é no sentido de não aplicar de facto a taxa de Derrama máxima e só para concluir dizer o seguinte: nós CDS-PP temos de facto, como compromisso político esta matéria, de, de facto reduzir a tributação fiscal quer sobre os contribuintes, quer sobre as empresas, quer sobre as pessoas, quer sobre as empresas, mas não está só inscrito nos nossos programas, está de facto colocado na pratica, portanto se vierem aí exemplos, como poderão verificar em Ponte de Lima por exemplo, não há lançamento de Derrama, a Derrama é zero. Dizer também, e houve um argumento, só para concluir penso que foi até do Deputado António Santos na Comissão, que isto era uma proposta de defender os fortes em relação aos fracos, bom, eu parece-me que isto é um argumento de facto insustentável, infelizmente noventa e nove por cento das nossas empresas não fortes, porque isto não se destina aos bancos, nós não temos bancos sedeados na Amadora, portanto nós obviamente contra os benefícios fiscais inaceitáveis que são oferecidos aos bancos, mas isto não se destina aos bancos, destina-se às empresas sedeadas no nosso Concelho e o tecido empresarial no nosso Concelho é infelizmente, lamentavelmente fraco e não forte. Por fim e mesmo para concluir, dizer que o argumento que com certeza irá aí é que a Câmara da Amadora precisará de dinheiro, portanto, é preciso dinheiro para cumprir o seu programa e para de facto levar a cabo as suas promessas, bom, se assim for, o que é que nós faremos? Aumentamos todos os impostos, também não se baixa o IML, isto é uma questão de opção política, é evidente que é necessário aos Municípios arrecadar receita, é evidente que é necessário aos Municípios ter de facto, cobrar impostos, mas é evidente também que há opções políticas e a nossa opção política é de facto, não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

sobrecarregar os contribuintes sejam eles pessoas ou sejam empresas e de facto dar aqui um sinal ao tecido empresarial que temos uma abertura no sentido de atracção de investimento, daí a nossa proposta alternativa em relação à Câmara.

Muito obrigada Senhor Presidente.”

Senhor **Deputado António Frade**: “Muito boa noite Senhor Presidente, Mesa, Vereadores, Caros Colegas e Público. Permitam-me que aborde este assunto por outro prisma que não aquele que acabei ou que acabamos de ouvir. Mas ver este imposto, é, é um meio portanto que é permitido pela legislação a todas os Municípios, é permitido através da Lei das Finanças Locais. E este meio tem que ser aproveitado, porque é uma das formas que as Câmaras têm portanto de se financiar para levar a bom termo as suas propostas, daí que, é um instrumento extremamente necessário e portanto há que aproveitar aquilo que efectivamente nos é posto ao nosso dispor. Certamente que o Presidente da Câmara e a Câmara seriam ou seria a pessoa menos interessada em lançar impostos sobre Municípios, empresas ou qualquer outro residente deste Concelho, de qualquer maneira a realidade não é essa portanto, e temos que, temos que concluir que de facto é uma necessidade e portanto à que encarar a realidade e assumir na hora da verdade cada uma dessas situações, porque há outras formas de captação dessas empresas e para isso e para captar essas empresas não é forçoso que seja diminuído a derrama por que há condições muito mais vantajosas, e certamente não há nenhuma empresa que vem ou não vem para o Município atendendo ao facto ou ver qual é a pontuação da derrama, se é dez, se é nove ou se é oito ou se é onze. Para que haja outras formas de captação tem que haver outras ofertas, diversas ofertas, e daí que, estas ofertas é criar condições que este financiamento permite, para nos, para permitir que haja transportes, que haja rede viária, que haja qualificação urbana, todas estas situações são casos concretos, que permitam que essas empresas se desloquem para aqui e por isso eu estava a dizer que este imposto tem uma direcção que é para grandes objectivos, que são fundamentais, que é qualificação urbana à coesão social e outras que estão enunciadas na própria proposta da Câmara. Eu arriscarei dizer que o valor total, global desta receita será digamos de um modo irrelevante para o conjunto das empresas, mas é substancialmente importante, para as receitas

da Câmara para poder levar por diante, a concretizar os seus investimentos e as suas propostas.

E também dizer que neste caso concreto, são empresas que tenham solidez, e que tenham lucros é que são as empresas que permitem portanto e que possam, que podem pagar este imposto. Certamente que as outras, outras que não pagam deveriam fazê-lo também seria um bom sinal, mas é da lei da vida. Por fim acho também que é justo num clima de contenção pedir algum esforço a quem melhor pode, certamente que não seria muito correcto pedir esse esforço a quem não tem possibilidades e desprezar de algum modo as empresas que mais solidez tem e que mais lucros pretendem, portanto esta é sinceramente a minha opinião sobre este aspecto e não vejo muito concretamente e muito sinceramente, que seja pelo baixar da taxa derrama que podemos portanto concretizar aquilo que a Câmara se pretende levar até ao fim. Tenho dito”

Senhor **Deputado António Santos**: “Não é a pedido do Deputado João Paulo Castanheira, mas eu já tencionava fazer uma intervenção sobre os fortes e os fracos. Não está escrito na moção apresentada pelo CDS, mas está na declaração de voto do PSD na Câmara Municipal para não votar favoravelmente a taxa da derrama a seguinte frase: “Não podemos apesar, não podemos ignorar, que no difícil contexto económico nacional, as empresas têm já carga fiscal demasiadamente elevada.” Infelizmente isto não é verdade, as grandes empresas e não é só a banca, multi-nacionais e empresas nacionais de capital financeiro como o caso da Sonae capaz de exercer uma opa sobre a PT com evidentes benefícios fiscais, aquilo que se tem passado com as grandes empresas em Portugal, é claramente uma ausência de contribuição fiscal, e uma ausência de exercício de justiça fiscal sobre os seus lucros e não o contrário. Em segundo lugar estamos a falar de um imposto que ao contrário do IMI, que é um imposto que vamos falar a seguir, e que é um imposto que na maior parte dos casos que é exercido sobre dividas contraídas pelos cidadãos junto das instituições de crédito para compra da sua própria habitação, este é um imposto que é exercido sobre a margem de lucro do saldo do exercício. Aquilo que nós temos visto em Portugal não é empresas a sair da Amadora e de outros concelhos por causa da derrama, aquilo que temos visto, é deslocalizações de multi-nacionais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

à procura de mercados de mão-de-obra mais barata, aquilo que nós temos visto é falências fraudulentas perante a total impunidade dos diversos governos que têm governado o País. Não é, nem nunca foi o encerramento de empresas, nem na Amadora, nem outro País o motivo ou a evocação por parte dos empresários foi a utilização da taxa da derrama. Por último, para terminar eu queria dizer-vos o seguinte: a aplicação, aquilo que me preocupa não é o impedimento que a aplicação da taxa de derrama, venha causar a empresas que eventualmente queiram estar sedeadas no município. Aquilo que me preocupa é a existência no município, de empresas que têm sede noutros concelhos, que têm margens de lucros fabulosas, como é o caso do Grupo Sonae, como é o caso do Grupo Auchan, como é o caso do Grupo Dolce Vita por não estarem neste concelho não têm contribuído para o município ou não têm que ser taxados municipalmente. Isso sim preocupa-me, e não o problema da derrama impedir a falta de atracção do estabelecimento de empresas no concelho.”

Senhor **Deputado Luís Sampaio**: “Boa noite a todos os presentes, sobre esta questão da derrama o PSD entende, que a derrama poderia ser utilizada para se criarem condições para atrair novas empresas para o concelho. Pode ser um factor para atrair novas empresas, e para se criar competitividade no concelho.

Todos nós sabemos, que ao contrário de outros concelhos como Oeiras que tem pólos tecnológicos, tem várias empresas, tem grandes empresas de prestígio, a Amadora apesar de ser uma cidade relativamente grande e situada junto a Lisboa, é um concelho dormitório, e portanto tem pouca ou nenhuma capacidade para atrair empresas, portanto esta é uma oportunidade para de facto se criarem condições para se reforçar a competitividade fraca da cidade da Amadora.

Por outro lado, entendemos também que as empresas já têm uma carga fiscal relativamente elevada, porque a taxa de IRC em Portugal como sabem é relativamente elevada, e portanto entendemos que, à medida que se vai melhorando a máquina fiscal, a forma de se arrecadar impostos, ela tem melhorado felizmente nos últimos anos, deve à medida que se consegue melhorar a eficácia da máquina fiscal, reduzir-se progressivamente às taxas que são aplicadas sobre as empresas, sobre os impostos. E portanto entendemos que, deste ponto de vista a

aplicação de uma taxa máxima de dez por cento é negativa, prejudica a competitividade das empresas, agrava uma situação já relativamente complicada que as empresas têm hoje em dia num clima económico desfavorável como sabemos, e, portanto deste ponto de vista, somos desfavoráveis que de facto se aplique a taxa máxima como é proposto pela Câmara Municipal.

Contudo, e porque o PSD entende, não defende na oposição coisas que depois não faria se tivesse no governo, entende que a oposição deve ser responsável, o PSD também é sensível a alguns argumentos que a Câmara Municipal apresenta e que estão espalhados na sua proposta.

Em primeiro lugar, todos nós sabemos que existe uma conjuntura desfavorável em termos orçamentais para a Câmara Municipal, conjuntura essa, que resulta da proposta do orçamento de estado, bastante restritiva em termos de, para as Câmaras Municipais, para o Poder Autárquico e sobretudo a proposta que está em discussão da Revisão da Lei das Finanças Locais, que irá a gravar esses constrangimentos orçamentais para as Câmaras Municipais, portanto entendemos que de facto as Câmaras Municipais têm que se precaver em termos orçamentais para fazerem face aos compromissos que têm assumidos e face enfim às propostas que fizeram nas últimas eleições autárquicas.

Entendemos também, e reconhecemos isso, está escrito na proposta que a Câmara apresentou que a receita da derrama tem vindo a decrescer nos últimos anos, especialmente a de 2005 e 2006 e que os compromissos assumidos pela Câmara em termos de investimento público em 2006 e que irão transitar para 2007, têm vindo a crescer e portanto é preciso ter receitas para fazer face a esses compromissos.

Por último, nós fizemos uma análise comparativa das taxas que são aplicadas, taxas de derrama que são aplicadas nos outros concelhos no distrito de Lisboa e em distritos limítrofes, e posso-vos dizer que, no distrito de Lisboa, dos dezasseis concelhos, catorze aplicam taxa máxima, incluindo a Amadora isto para 2006 e só dois aplicam uma taxa inferior, de oito e de nove por cento, no caso de um distrito limítrofe que é Setúbal, de todos os concelhos, dos treze concelhos do distrito de Setúbal todos eles aplicam a taxa máxima, dos doze aplicam taxa máxima desses treze, e só um é que aplica uma taxa inferior aos dez



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

por cento, que é o concelho de Grândola com nove por cento, portanto diríamos que em termos de comparação com distritos e concelhos limítrofes a Amadora não perderá a competitividade em relação a esses concelhos, porque também já eles aplicam ou a taxa máxima, quase todos eles aplicam a taxa máxima ou taxas muito próximas da taxa máxima, o que entendemos é que é uma oportunidade perdida para de facto se reforçar-se e o aumentar a competitividade para atrair empresas para o concelho da Amadora, e, portanto viamos com bons olhos de facto que se descesse um bocadinho a taxa da derrama, contudo entendemos também que a proposta que o Deputado do CDS-PP João Paulo Castanheira apresenta é demasiadamente radical, portanto diminuição de um ano, de um único ano de dez por cento para sete e meio, entendemos que é demasiadamente brusco, e portanto resolvemos abstermo-nos na proposta, proposta da Câmara Municipal, porque entendemos que deve haver um esforço na diminuição da taxa embora compreendamos as restrições orçamentais que a Câmara enfrente e resolvemo-nos também abstermo-nos na votação à proposta do CDS-PP por entendermos que embora ela se utilize do tal esforço de diminuição de taxa é demasiadamente radical para ser aplicada num ano.”

Senhor **Deputado Carlos Almeida**: “Muito obrigado Senhor Presidente, esta discussão e estes argumentos têm de facto aspectos curiosos, eu estava a ler, quando estava a ler os documentos, estava a ler a declaração política, a declaração de voto do PSD e há uma passagem que me parece particularmente útil para a discussão, quando se diz no parágrafo sexto que: “... a derrama, portanto constitui uma receita fiscal dos municípios prevista na lei de carácter facultativo, tal significando que os municípios não se encontram obrigados a adoptá-la, pelo que independentemente de considerações de ordem técnica a sua adopção representa sobretudo uma decisão política...”, tirando a la palisse da questão, evidentemente que é uma questão política, assim como o IMI também é uma decisão política, a questão coloca-se exactamente aí, no terreno da política, ou seja, a questão está em saber se no quadro da arrecadação de receitas se decidimos procurar receitas, de um lado nas receitas dos rendimentos do trabalho, por outro lado dos rendimentos das empresas, esta é a opção política que está em discussão.

Do nosso ponto de vista, devem ir buscar-se os rendimentos à produção do lucro e não aos rendimentos do trabalho, desse ponto de vista, evidentemente que consideramos que, se num quadro como se diz das finanças, num quadro da arrecadação de receitas nos parece que, é mais correcto, socialmente justo além de outros argumentos que entretanto aqui já foram aduzidos e com os quais nós concordamos, é evidentemente mais justo procurar receita onde ela existe do que num imposto que é cego e que incide exactamente sobre todas as pessoas e todos os cidadãos independentemente da sua condição social, daí que, como sempre em coerência com aquilo que sempre defendemos nos parece que, a taxa da derrama deve ser aplicada pela taxa máxima e evidentemente que, há uma consideração política de fundo relativamente à posição do CDS-PP e de alguma forma seguida também pelo PSD embora de uma forma mais mitigada, do nosso ponto de vista as receitas que é para serem arrecadadas devem ser do lado dos rendimentos das empresas e não do lado dos rendimentos do trabalho. Por outro lado, não deixo de sublinhar ou de registar esta contradição, se calhar não é contradição porque os respectivos partidos naturalmente resolverão, que é o facto de por um lado na Assembleia da República se defenderem propostas de Lei das Finanças Locais que acabam por limitar as capacidades e autonomia do Poder Local, se defenderem, e se aplicarem no governo políticas restritivas, políticas de penalização do trabalho dos trabalhadores, das condições de vida e depois nas autarquias se verem justificar esforços acrescidos, políticas de custos, de preços iguais a custos como é referida na proposta da Câmara que discutiremos a seguir, e portanto como é que isto se concilia na Assembleia da República? Importante é manter as restrições e sempre penalizar aqueles do costume e depois justificarmos nas autarquias uma política idêntica com o argumento que na Assembleia da República vejam lá, no governo vejam lá a situação tão difícil que o País está. Quem souber que resolva a contradição!”

Senhor Deputado Luís Guarita (pedido de esclarecimento): “Senhor Deputado quando aqui refere a declaração de voto do PSD, eu queria deixar aqui uma nota e um pedido de esclarecimento em relação ao mesmo. Eu fiquei a pensar do que aqui disse, que o tempo tem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

que voltar para trás, pelo que eu penso nas economias em que vivemos hoje em dia quem cria emprego são as empresas. Quem cria, fomenta emprego e por aí potencia desenvolvimento são as empresas, se nós achamos, se o Senhor Deputado acha, que afinal não e temos que regredir e que tem que ser o Estado a tentar encontrar esses meios, então algo faliu, porque esse modelo já faliu à muito.

Quem cria emprego são as empresas, quem tem capacidade para reinvestir e desenvolver as economias são as empresas, e o que nós dizemos é nem tanto ao mar nem tanto à terra, passo a expressão, permita-se às empresas terem capacidade de reinvestir os lucros que têm, não almejemos tanto essas empresas, para que esses lucros possam ser reanalisados para o tecido produtivo porque é lá que eles têm que estar, a gerar emprego, a gerar desenvolvimento e permitamos que estas empresas façam com que o concelho e os concelhos envolvidos possam crescer, é isso que nós dizemos. E o que eu me parece, e o esclarecimento que eu peço é que o Senhor Deputado quer exactamente o contrário.”

Senhor Deputado Carlos Almeida (resposta ao pedido de esclarecimento): “Deputado Luís Guarita, nós temos uma diferença, é que eu não acho que sejam as empresas a criar riqueza, na minha opinião quem cria riqueza é o trabalho! Quem cria riqueza é o trabalho Senhor Deputado! Não há volta a dar, quem cria riqueza é o trabalho senhor Deputado, e o que está em causa, ó Senhor Deputado é assim o que está em causa é saber se, se continua sempre a penalizar os rendimentos dos trabalhadores, que são sempre aqueles onde é mais fácil ir, são sempre aqueles que estão sempre à mão, sempre aqueles que não há forma para escapar ou se, e que, além disso não têm os bons advogados e os bons escritórios de fiscalistas para estudar as curvas e contra curvas do sistema legislativo, e do sistema fiscal para depois encontrarem-se soluções em offshores e em outros shores que por aí existem, portanto nos rendimentos do trabalho é sempre mais fácil ir buscar, porque esse discurso das empresas Senhor Deputado, isso é um discurso do século XIX, não é um discurso de moderno, é um discurso, esse discurso de que são as empresas que criam riqueza é um discurso de capitalismo de século XIX Senhor Deputado, verdadeiramente é isso que está em causa Senhor Deputado.

O que está em causa neste contexto e volto a sublinhar, tem a haver com o seguinte Senhor Deputado, são os trabalhadores que criam riqueza, é o trabalho que cria a riqueza, ponto um.

Ponto dois Senhor Deputado, ponto dois a opção política de fundo que está colocada é de saber, se o sistema de receitas da Administração Pública, do Estado, das Finanças Públicas deve ser procurado onde? No trabalho? Ou onde é produzido o lucro? Do nosso ponto de vista, deve ser onde é produzido o lucro Senhor Deputado, porque é isso que também está em causa Senhor Deputado, é isso que também está em causa.

Desculpe, vai às empresas Senhor Deputado, é aplicado sobre as empresas, não é aplicado sobre os cidadãos Senhor Deputado, é essa toda a diferença Senhor Deputado, o IMI é aplicado sobre todos os cidadãos indiferentemente, indiferentemente Senhor Deputado.”

Senhor **Deputado Rui Lourenço**: “Boa noite Senhor Presidente da Assembleia Municipal em substituição, boa noite Senhor Presidente da Câmara, boa noite Senhores e Senhoras Vereadores, boa noite caros colegas. Eu gostava de deixar aqui algumas questões simples, porque eu penso que a discussão até já extravasou para outros campos, até porque tanto quanto eu me apercebi na reunião das Comissão de Finanças, nós até chegamos a um consenso relativamente estas matérias, todos nós concordamos que a política fiscal tem um impacto positivo na criação de emprego, na atracção de empresas, mas também concordamos, penso que não estarei a faltar à verdade, que existem outros factores de igual ou maior importância, e o que eu queria trazer aqui, é que na situação em que nós estamos na Amadora, há outras situações de maior importância, que foram claramente esclarecidas na Comissão de Finanças, e eu penso que a política fiscal neste caso da derrama, qualquer alteração à taxa máxima teria um efeito que se chama em economia de rigidez, ou seja, por muito que nós descêssemos na taxa da derrama máxima, não teríamos qualquer tipo de efeito significativo. Passo a explicar porquê, porque as Áreas Metropolitanas onde nós estamos inseridos, no fundo as Áreas Metropolitanas concorrenciais, não somos nós que vamos concorrer, mas sim a Área Metropolitana do Porto, Área Metropolitana de Lisboa invariavelmente o que é aplicada é a taxa máxima, e não constituí à partida e é fácil de analisar, nenhum factor de negação ou de menor atracção de empresas, nós temos o caso do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

concelho de Oeiras, um concelho vizinho que tem um parque empresarial que é invejado por toda a gente e que tem a taxa máxima de derrama.

Posso falar de outro tipo de situações, isto não é nada pessoal acredite, o concelho de Ponte de Lima aplica uma taxa de derrama zero e não teve nenhum efeito positivo por ali além, a fábrica que tinha do queijo Limiano, abandonou o concelho e trocou por outra que até tem a taxa máxima de derrama, e nem aí os efeitos do Senhor Presidente de Câmara de ter feito greve às portas da Assembleia da República teve qualquer tipo de efeito, portanto esta questão da política fiscal tem que ser aplicada com alguma cautela e ponderação, sobretudo se nós analisarmos que é uma receita importante para o trabalho que esta Câmara tem que desenvolver em áreas importantes e que possivelmente condicionam mais a menor ou a maior atracção de empresas e de emprego, que representa vinte e cinco por cento do investimento.

Não queria vos maçar mais, penso que são as questões que queria cá trazer, não sei se algum colega meu querará trazer mais alguma situação, mas eu penso que está explícito por que é que a Câmara tem que assumir os dez por cento e a taxa de derrama máxima.”

Senhor **Deputado António Tremoço**: “É só para dizer que nós, como já foi dito vamos votar favoravelmente. Agora eu penso que nós, nenhum de nós acredita que se não houvesse derrama na Amadora, famos ter empresas aqui na Amadora, ninguém acredita numa coisa dessas, portanto vamos lá viver a realidade, e era bom se isso fosse assim eu era o primeiro defensor já se não houvesse derrama, e se calhar muitos de nós tínhamos, mas não é isso que estamos a discutir, até porque este imposto é sobre os lucros e também ninguém acredita nestes últimos anos se as empresas tivessem pegado nos lucros que têm ao longo dos anos e tivessem feito a modernização do tecido tecnológico, nós atravessávamos a situação tão grave que estamos a atravessar, exactamente foi ao contrario, tanto é bom que a gente analise a situação que temos. O problema do emprego de facto deve-se criar, devem-se criar condições para as empresas, se calhar agora vêm algumas situações, no futuro agora, com muito mais complicadas para as empresas, é este problema que estamos a olhar para cima, é muito mais complicado e outros, e se calhar por aí é que a gente se podia ajudar muitas empresas a resolverem parte dos seus problemas, portanto nós estamos de acordo que este imposto é um

imposto diferente sobre uma situação que nós já discutimos, já vimos como é, portanto estamos de acordo em votá-la favoravelmente, agora eu só chamava a atenção de uma outra situação. Interveio aqui o Senhor Deputado António Frade, e disse claramente isto era um imposto fundamental à Amadora, só é pena ele se ter esquecido aqui a uns anos, quando o Partido Socialista e outros Partidos aqui quando a CDU estava na Câmara votaram exactamente todos ao contrário nesse ano não houve derrama, porque votaram exactamente ao contrário daquilo que estão a votar hoje e daquilo que é tão necessário em termos do dinheiro para as Câmaras, é pena que a gente se esqueça dessa realidade e tenha feito aquilo exactamente ao contrário quando fez, nós não, nós pensamos que é importante e vamos votar favoravelmente.”

Senhor **Deputado Augusto Guedes**: “Muito boa noite! Eu só queria dar um testemunho, eu acho que esta dicotomia, que se deve tributar as empresas porque têm lucro, porque são as que mais podem, eu não sei se há aqui alguém que pague derrama! Como eu pago, as minhas empresas pagam, é evidente que nós gostaríamos de não pagar. Mas nós também achamos, que devemos ser solidários com o País e os trabalhadores também o devem ser e devemos pagar neste momento o máximo, porque o que verdadeiramente nos preocupa é que temos dois milhões de pobres, eu não sei se alguém dorme tranquilo, com dois milhões de pobres! Agora há outra coisa que é assim, essa história dos empresários, que os empresários ganham muito dinheiro e que se pode tributar, porque são os ricos, eu quero-vos dizer que é assim: há muitos empresários, e que têm empresas na Amadora, os que vão pagar a derrama são os que ganham pouco dinheiro, porque são as pequenas empresas e há muitos empresários destes que vão pagar derrama, que trabalham dez, doze, catorze horas por dia, e seguramente para manter os postos de trabalho, porque isso é que gera a riqueza, porque sem empresas não há emprego, nem há distribuição, nem redistribuição das empresas. E os lucros são para fazer reinvestimentos, também é verdade que há quem compre Porsches, mas isso que sejam tributados em sede fiscal, também há quem tenha muitas vivendas, que sejam tributados em sede fiscal.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

As empresas que têm as coisas em nome deles, e não sei o quê, que sejam tributados, os caríssimos concidadãos que fogem ao IMT, que colaboram e que não declaram verdadeiramente o que pagam, contribuindo para que as empresas não sejam tributadas em IRC, e as pessoas também poupam uns euros porque não; eu gostava se pudesse ser um dia possível anonimamente, fazermos um inquérito quem é que aqui pagou verdadeiramente a antiga Sisa pelo valor que, quantos? Isso era muito interessante, porque isso dava-nos autoridade moral. Agora a verdade, é verdade que não se consegue comprar uma casa, porque o sistema leva-nos a fugir, e, portanto o que eu digo aqui e na minha opinião e julgo que é a maioria da posição do Partido Socialista, é que se deve tributar pelo máximo neste momento as duas circunstâncias, porque devemos ser solidários com os dois milhões de pobres que nós temos no País e isso é que nos devia envergonhar. Muito obrigado.”

Senhor **Presidente da Câmara**: “Muito obrigado Senhor Presidente e Senhores Deputados. Eu tive a oportunidade de discutir esta proposta, não é uma moção mas é uma proposta apresentada pelo CDS-PP. Tive a oportunidade na discussão, de enfim falar sobre a matéria e também discutir aquilo que são os factores determinantes em relação à localização da empresa, fixação de empresas. E sobre essa matéria à bocado tivemos oportunidade de ver, o Deputado João Paulo Castanheira anunciá-los, enfim sobre essa matéria anunciou, a questão da localização estratégica, a questão das acessibilidades, não deu a questão dos transportes que é importante, mas penso que foi uma questão de lapso, mas concordamos ontem, e a questão naturalmente da, daquilo que tem a haver com a reabilitação do espaço público, estes são e depois a questão naturalmente da taxa. Estes são ao fim e ao cabo os cinco factores principais da fixação de empresas num determinado concelho.

Mas de facto há questões no nosso ponto de vista, que são primeiras do que a questão da redução, desde logo a questão da localização, está feita não é preciso mexe-la, está cá, a questão das acessibilidades é evidente que temos acessibilidades boas, vamos concluir o resto das acessibilidades que faltam, a questão dos transportes, os melhores transportes, podemos melhorar-los também está em marcha, a questão da reabilitação do espaço público temos

muito a fazer na questão da reabilitação do espaço público. E sobre essa matéria é necessário continuar a investir.

Eu não sou daqueles que entende que as empresas é que têm que pagar tudo, não sou desses, eu entendo que nós temos que fazer consoante tivermos as condições objectivas para permitir fazer reduções em relação aos impostos. E que a condição objectiva é esta, temos que olhar para os números, e neste momento os Senhores Deputados sabem que desde dois mil, tirando o ano de dois mil e quatro que foi um ano excepcional, nós sempre baixamos os impostos, a receita da derrama, sempre em quebra, o ano de dois mil e quatro foi um ano especial tivemos sete milhões, mas nos outros anos todos sempre a baixo, daquilo que foi os cinco milhões seiscentos e sessenta e oito no ano dois mil, e aquilo que é o resultado do ano de dois mil e seis, é pior do que o pior resultado de dois mil e cinco. Por isso aqui há uma tendência natural de queda e por isso em relação a esta matéria eu não partilho a opinião de que é preciso baixar tendo em conta que, teria e fortes e negativos em relação àquilo que tem haver com a política de investimento da Câmara. Se houvesse uma tendência, que se verificou no ano de dois mil sete de um aumento ou pelo menos uma estabilização deste valor de passarmos de cinco milhões trezentos e sessenta e sete para sete milhões e treze mil é evidente que, era um contra senso não termos atenção em relação a esta questão da redução da taxa. Por isso eles têm razão, porque nós temos muito que fazer nesta área e que eu acho que aquilo que temos que fazer, não chega sequer ao menos daquilo que tem haver, que vamos receber da derrama. E por isso Senhor Deputado eu acho que, sobre a questão da Área Metropolitana de Lisboa e dos concelhos já falamos que toda a gente aplica a taxa máxima, até mesmo aqueles que já têm muitas empresas, e parece que com isso podiam prescindir, daquilo que era a taxa máxima e por isso não prescindem. O único concelho aqui da Área Metropolitana de Lisboa, não estou a falar do sítio de Lisboa, nem dos sítios da Área Metropolitana de Lisboa, que tem uma proposta de baixar a taxa da derrama é o concelho de Odivelas para oito ponto cinco, é o único concelho. Eu quero dizer que, e digo isto com toda a franqueza, atendendo à situação financeira que o concelho tem eu acho que é um verdadeiro suicídio, no meu ponto de vista, mas cada um sabe da sua casa, porque de facto a situação que têm financeiramente isto irá provocar naturalmente uma outra recessão, e não é por causa de baixar que vai conseguir



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

atrair empresas no concelho da Amadora para o concelho de Odivelas. Não estamos a falar de localização, a localização é mais ou menos idêntica, mas estamos a falar de uma questão que é transportes, eles também têm transportes, têm o Metro, não têm o Comboio que nós temos, em acessibilidades é evidente que nós temos melhor acessibilidades. A nível de requalificação de espaço, enfim, nós temos problemas para resolver mas eles têm problemas para resolver, é uma decisão política como é evidente, que são decisões políticas, mas como eu digo: - eu não partilho aquela opinião, que as empresas paguem, só as empresas é que devem ser penalizadas, não partilho da redução deste imposto tendo em conta, que em relação aquilo que advém das receitas existe uma quebra e acentuada de redução permanente, tirando o ano de dois mil e cinco, como disse dois mil e quatro, todos os anos desde dois mil fora sempre em queda e a tendência mantém-se, vai-se manter, e por isso nós temos a responsabilização da gestão e que temos compromissos assumidos do ponto de vista de intervenção não podemos naturalmente esquecer estes números.

Por isso, Senhores Deputados esta é a razão, o Senhor Deputado partilha inclusivamente das minhas opiniões sobre aquilo que são os factores mais importantes para a fixação de empresas, também partilha, eu nunca disse e me disse que este factor da taxa é um factor, de cinco, dos quais quatro considero que são mais importantes, um grau a nível de graduação do que este último factor, mas não deixa de ser um factor naturalmente importante para também ele ser um contributo em relação à fixação de empresas. Maneira Senhores Deputados a proposta que está, tem haver com estas questões que eu disse, naturalmente não vale a pena estar a argumentar em relação àquilo que temos que fazer e muito do investimento, porque estaria certo, ficaria muito satisfeito que apenas basta-se esta questão de manter os dez por cento, para resolvermos todos os problemas que temos no nosso concelho, infelizmente não é assim, precisamos de muito mais para resolvermos os problemas que temos no concelho, nas diferentes áreas. Muito obrigado.”

Senhor **Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado Senhor Presidente. Senhores Deputados vamos então passar à votação, portanto nós temos uma proposta da Câmara, temos uma

proposta de alteração, proposta do CDS-PP, vou pôr à votação a proposta da Câmara em primeiro lugar.

Proposta da Câmara foi aprovada com trinta e seis votos a favor, dois votos contra e cinco abstenções (Documento anexo à presente Acta), e portanto, está prejudicada a proposta do CDS-PP e esgotado este ponto um da Ordem do Dia, vamos passar ao ponto dois.”

2 – Apreciação e votação, nos termos do n.º 4 do Artigo 112.º, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, publicado em Anexo ao Decreto Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“Lançamento do Imposto Municipal sobre Imóveis para o Ano 2007 (Proposta n.º 398/2006)”*.

O Senhor **Presidente da Assembleia** informou que foi recebida uma Declaração de Voto dos Senhores Vereadores do PSD e que a Comissão de Desenvolvimento Económico, Finanças e Administração reuniu e emitiu parecer que vai ser lido pelo Senhor 1.º Secretário (Documento anexo à presente Acta).

O Senhor **Presidente da Câmara** prescindiu da palavra.

O Senhor **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições.

Senhor **Deputado António Santos**: “Mais uma vez Boa noite! Ao contrário da proposta anteriormente, no que diz respeito à aplicação da derrama, nós vamos votar contra a proposta da aplicação das taxas do IMI, propostas pela Câmara Municipal.

Queria dizer-vos em primeiro lugar, que nós compreendemos algum constrangimento não desta Câmara mas no conjunto das Câmaras de todo o País, no eu diz respeito às limitações que são impostas pela actual Lei das Finanças Locais. A actual Lei das Finanças Locais continua a fazer as Câmaras depender das suas receitas, a dependerem basicamente de dois factores.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Primeiro, os impostos municipais directos e em segundo lugar, das contrapartidas negociadas com as empresas de construção em função de novos licenciamentos. Compreendemos esse constrangimento, agora, não consideramos que isto seja uma fatalidade. A alteração da Lei das Finanças Locais poderia permitir uma enorme necessidade de recorrência a impostos que neste caso, no que diz respeito ao IMI, sobre todos os cidadãos e todas as pessoas que normalmente e que na sua maioria dos casos e cerca de noventa por cento dos casos, portanto pagam imposto sobre a habitação que compraram através de recurso a crédito bancário e portanto não havia necessidade disso.

Desafiou-me o Senhor Presidente da Câmara a apresentar algumas ideias, que fazendo parte do Projecto-Lei de Finanças Locais que o Bloco de Esquerda apresentou na Assembleia da República podiam beneficiar a Amadora. Dou-lhe como exemplo, dois ou três questões que significativamente melhorariam a situação financeira da Câmara sobre esta matéria.

Primeiro lugar, o reforço do financiamento das freguesias através da passagem de dois e meio para três por cento da média aritmética do IRS, mais IRC e IVA;

Segunda possibilidade, criação do fundo de incentivo do desenvolvimento insustentável, que beneficiasse todos os concelhos que tivessem projectos e portanto, desenvolvimento em torno de prioridades sustentabilidade ambiental e reabilitação urbana;

Terceira questão, o fim da isenção do Estado Central relativa a impostos Municipais. Pensamos que é um escândalo, porque o Estado Central e as suas instalações não paguem imposto nas Câmaras onde têm as respectivas instalações. Portanto, não é, não é uma fatalidade, não é uma fatalidade o recurso da Câmara e esta dependência da Câmara, quer dos impostos Municipais directos, quer portanto de todos os impostos relacionados com o betão. Parte da discussão e parte das razões pelas quais nós não votamos a favor, desta taxa de IMI já foram mais ou menos abordados no ponto anterior, no argumentário utilizado sobre a questão da derrama.

Queria no entanto dizer o seguinte: - poderia eventualmente a proposta da Câmara introduzir alguns elementos que contribuíssem para a justiça tributária. O ano passado nós apresentamos propostas de minoração e majoração sobre o IMI, que em parte a bancada do Partido

Socialista reconheceu muitos méritos, mas que era impossível de aplicar em função dos dados que eram dados pela Administração Central à Câmara Municipal.

Foi prometido inclusivamente um estudo sério no caso da majoração sobre as casas devolutas, e pelo próprio Presidente da Câmara, em que em dois mil e sete, para dois mil e sete provavelmente quase com certeza a Câmara Municipal iria adoptar essa proposta de majoração, que penalizaria aqueles que, tendo casas no concelho da Amadora as mantêm devolutas. Nem isso durante um ano a Câmara Municipal da Amadora conseguiu assegurar.

A proposta da Câmara Municipal da Amadora perante a situação em que nos últimos dez anos, o aumento da colecta conseguida, primeiro com a Contribuição Autárquica e agora com o IMI, aumentou de uma forma muito superior àquilo que é a taxa da inflação e claramente àquilo que é o rendimento dos cidadãos residentes na Amadora, parece-nos que é mais do mesmo que é o de continuar a fazer suportar pelo trabalho as despesas necessárias para garantir o funcionamento da Câmara. Não há elementos nesta proposta que introduzem elementos de justiça tributária, o Bloco de Esquerda não pode perante esta circunstância ... (mudança de cassette) ... ”

Senhor Deputado Luís Sampaio: “O PSD vê com bons olhos o desagravamento das taxas do IMI, que é proposto pela Câmara, especialmente porque como sabemos os últimos anos tem sido anos em que a situação económica do País é difícil e portanto o desagravamento fiscal é como não poderia deixar de ser muito positivo para as empresas e para as famílias, e portanto vemos com bons olhos, de facto esse desagravamento fiscal seja feito, no fundo por forma a minorar as dificuldades económicas que as empresas e que as famílias já têm.

Por outro lado, como está espelhado na própria proposta do executivo, a receita fiscal tem vindo a crescer a uma taxa média de dez vírgula sete por cento ao ano, portanto claramente acima da inflação e portanto parece-nos que a continuar a aplicar taxas máximas do IMI seria completamente despropositado especialmente se atendermos à situação económica difícil em que o País vive, portanto vemos com bons olhos esse desagravamento fiscal.

Contudo, temos que fazer alguns reparos relativamente à proposta da Câmara. Em primeiro lugar, as taxas que são propostas continuam a ser elevadas, são taxas elevadas no caso dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

prédios urbanos avaliados é aplicada a taxa máxima, só nos prédios urbanos não avaliados é que não é aplicada a taxa máxima, em vez de ser aplicado os zero vírgula oito é aplicado os zero vírgula sete, portanto no caso dos prédios urbanos que já são avaliados são os que têm maior valor, a taxa aplicada é a máxima.

Por outro lado, como já disse a receita fiscal tem vindo a aumentar de forma muito significativa, aliás o governo prevê para este ano a nível nacional a receita cresça com o IMI quinze vírgula sete por cento, se a memória não me falha são quinze vírgula sete por cento, portanto é um aumento de facto muito significativo, havia no nosso entender condições para baixar mais a taxa do IMI.

Por último, entendemos também que o executivo deveria fazer um esforço ao nível dos coeficientes de zonamento, facto são bastante injustos, nós bem sabemos que o coeficientes de zonamento são fixados pela administração fiscal, mas também sabemos que existe um elemento da Câmara, que a Câmara designa, faz parte da Comissão, que fixa estes coeficientes de zonamento. E para dar um exemplo da injustiça, Freguesias como a Damaia, como a Brandoa e como Alfragide tem um coeficiente de zonamento idêntico à Freguesia do Restelo o que é perfeitamente injusto, porque se tivermos uma habitação com a mesma área, com a mesma qualidade de construção na Damaia seguramente a qualidade de vida é muito superior no Restelo, não falo pela vizinhança, pelo equipamentos sociais que existem, pela segurança que existe, e portanto, de facto, é verdade que as condições sociais são superiores e portanto o nível de vida das populações que vivem na Damaia é inferior, e portanto, vive-se num mundo muito melhor, mais cor de rosa no Restelo, será muito mais agradável viver nesse mundo cor de rosa diria eu, e portanto tem que ser, aliás o preço das casas reflectem isso mesmo, são muito mais baixas na Damaia do que são no Restelo. Claro, que não se pode é dizer que uma construção igual, com a mesma qualidade e com a mesma área, se aplica o mesmo coeficiente de zonamento, porque de facto é injusto. Penso que os Senhores Deputados concordarão comigo neste ponto. Portanto entendemos que de facto a Câmara devia fazer um esforço junto à Administração Central, para rever esta situação de injustiça para baixar os coeficientes de zonamento, e portanto, concluindo a minha intervenção, não me quero alongar, entendemos que é positivo o desagravamento do IMI, por isso vamos votar

favoravelmente a proposta que é apresentada pela Câmara, porque ela num quadro de situação económica difícil, num quadro em que existem restrições orçamentais aponta já no sentido da dedução da taxa do IMI, portanto isso é positivo, e portanto vamos votar favoravelmente por isso.

Queremos no entanto deixar estes dois reparos, as taxas são ainda elevadas, para o ano terminarão as clausulas de salvaguarda que impedem que o imposto cobrado em cada ano não aumente demasiado, as clausulas de salvaguarda diminuem para o ano, e portanto vai seguramente haver um aumento da receita fiscal, e portanto, queremos que, para o ano este reforço, que esta diminuição das taxas do IMI se continue a verificar e pedimos também ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que faça um esforço junto à Administração Central para ver os coeficientes de zonamento alterados.”

Senhor **Deputado António Borges**: “Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Colegas boa noite! Em relação a esta matéria que estamos a discutir em relação ao IMI, permitam-nos e penso que enfim, é do conhecimento geral que temos um entendimento diferente no que à derrama diz respeito, e à posição que tivemos à pouco.

Por um lado, por duas ou três questões que eu penso que são importantes, porque enquanto à pouco, quando estava-mos a discutir a questão da derrama para nós o apoiarmos enfim o valor máximo ou a taxa máxima a aplicar era uma questão, enfim de principio, que sempre a tivemos, em relação à questão do IMI, também já o aqui referimos, há aqui uma questão que para nós é importante, e que hoje aqui também já foi referida. É que tratasse de um imposto que é cego.

É um imposto que, independentemente de quem possa atingir, de quem atinge, não define, não distingue quem pode ou não pode pagar este aumento que a nosso ver é exagerado.

É um facto, tal como dizia aqui um colega que é um imposto que incide sobre o património, mas que a nosso ver prejudica gravemente a questão dos interesses, das condições económicas/financeiras da maior parte da população ou do nosso concelho.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Se a isto juntarmos algumas questões que penso para nós é importante, de referir aqui que, e à bem pouco tempo tivemos aqui essa discussão em termos da questão do arrendamento, da nova Lei do Arrendamento, quando todos nós chegamos à conclusão de que, a maior parte das habitações existentes no nosso concelho e não só, a nível nacional devemos ser o principal País que tem o maior índice de aquisição de habitações próprias, quando pensarmos que desde dois mil e cinco até agora a taxa de juro, a taxa de juro de referência já subiu cerca de dois por cento desde o principio do ano passado, principio de dois mil e cinco até agora, já subiu cerca de dois por cento, julgamos que há também por assim dizer aqui um agravamento substancial das condições de vida de muitos proprietários do nosso concelho.

Por outro lado, a juntar a esta questão as taxas de saneamento básico e existentes e ambiental existentes no nosso concelho. Sempre fomos e somos contra, aquilo que consideramos que é um escândalo por assim dizer, em relação à forma como somos taxados como habitantes desta Cidade, somos taxados pelos valores elevados em relação a estas taxas que a nível dos SMAS temos que pagar inevitavelmente.

Por isso, e porque julgamos que efectivamente é, não há justiça tributária, penso que o nosso colega aqui já o disse, é um imposto onde não existe qualquer tipo de justiça tributária, e referir o seguinte, que tem haver com a discussão que tivemos aqui o ano passado e que penso que todos nós estamos ainda recordados desta discussão. Desde de dois mil e três e penso que enfim, todos vocês deviam ter feito estas contas. Desde de dois mil e três se compararmos aquilo que a Câmara recebia em termos de receita da Contribuição Autárquica, e aquilo que começou a receber em termos de IMI, desde dois mil e três até este ano este imposto aumentou em termos de receitas arrecadadas pela Câmara aumentou cinquenta e três por cento.

Agora pergunto eu: - e foi esta discussão que nós tivemos aqui o ano passado, o ano passado fomos contra a imposição do imposto máximo, porque não tínhamos dados que nos permitissem, e foi um acordo de todos nós chegamos a essa conclusão, não havia dados que nos permitissem a nós e à Câmara também, é um facto, permitisse saber quais os valores que iriam ser arrecadados? Quais os valores tributários? Quais os valores patrimoniais, existentes a nível do património da nossa cidade? Portanto, julgamos porque efectivamente é um

imposto cego, que incide sobre aqueles que podem e aqueles que não podem e que por conseguinte não tem e não traz qualquer tipo de justiça social nós iremos votar contra.”

Senhor **Deputado João Paulo Castanheira**: “Muito obrigado Senhor Presidente. Nós nesta matéria do IMI como da derrama defendemos a mesma postura, que é uma postura de desagravamento fiscal para com os contribuintes sejam eles empresas, sejam eles os cidadãos. E nesse sentido aquilo que, a nossa apreciação em relação à proposta da Câmara, e por isso não apresentamos uma proposta alternativa, é que de facto é uma proposta que vai no sentido positivo, vai no sentido positivo, no sentido desagravamento fiscal. E parece-nos aliás que é uma proposta que, indo no sentido positivo revela prudência, não se pode de um ano para o outro baixar abruptamente as receitas fiscais do Município, e portanto entendemos essa questão.

Mais uma vez aquilo que dizemos aqui é que, esta questão da fixação das taxas é uma questão de opção política, quem defendeu aqui que não se poderia baixar a derrama porque ia reduzir as receitas do Município, bom, em termos de receitas do bolo global das receitas do Município, baixar o IMI também baixa as receitas do Município, portanto se o argumento é de facto não se poder baixar as receitas do Município, não baixamos um nem baixamos outro e portanto temos a lógica da tributação máxima, a lógica de que o Estado vive à conta dos impostos das pessoas, e que em vez de se reduzir as despesas, aumenta-se os impostos e tributa-se as pessoas e as empresas pelo máximo. Essa não é a nossa lógica, nem em sede de derrama, nem em sede de IMI.

É uma lógica, a nossa lógica de desagravamento fiscal seja qual for a sede que estejamos a falar, portanto trata-se de opções políticas. Aliás dizer que nesta matéria do IMI nem podia ser de outra forma, além de mais a colecta de IMI tem de facto subido substancialmente ao longo dos últimos anos, e portanto de outra forma não poderia a Câmara agir pensamos nós.

Há uma nota que queríamos deixar e que já foi aqui aliás falada à pouco pelo colega do PSD e que eu aliás já fiz nota disso na Comissão, e que tem haver com a aplicação da taxa máxima aos imóveis avaliados de acordo com o novo Código do IMI. O que significa que os imóveis avaliados mais recentemente e portanto com um valor patrimonial superior vão de facto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

continuar a pagar uma taxa máxima, o que nós consideramos que é uma injustiça fiscal, ou seja, vai haver aqui de facto a criação de uma situação de desigualdade entre os contribuintes, entre uns que vão pagar uma taxa inferior à taxa máxima, e outros que vão pagar, vão continuar a pagar a taxa máxima.

Foi-me explicado na Comissão que de facto havia aqui uma limitação em relação à informação, que é só nessa medida que eu entendo que assim seja, porque de facto se assim não fosse teríamos que baixar também digamos a taxa aplicável aos imóveis avaliados de acordo com o novo Código do IMI, nem haverá o argumento como é evidente de que não podíamos baixar todos, porque senão a receita cairia mais do que aquilo que podíamos suportar. Como é evidente, eu penso que, haver uma redução teria que haver uma redução por igual em todos e não uma redução digamos relativamente elevada nuns e de zeros noutros, portanto essa não poderá ser uma opção e esta é uma limitação e é de facto algo que eu penso que deverá ser corrigido nos próximos anos, e eu penso que é de facto uma limitação desta proposta, mas fundamental sobre o ponto de vista técnico.

De outra maneira, em relação ao resto nós de facto estamos, concordamos com a proposta e votaremos favoravelmente a proposta apresentada pela Câmara.”

Senhor **Presidente da Câmara**: “Obrigado Senhor Presidente, é uma questão de, é que ouvindo tantas intervenções a gente até se esquece de algumas intervenções de alguns. E para dizer de facto que concordo que o IMI é um imposto cego, mas é cego aqui, é cego em Setúbal, é cego no Barreiro, é cego em Almada, como é óbvio. Quer dizer não é só aqui que é cego, tem que ser cego em todo o lado, e de maneira que acho esse argumento, é um argumento que de facto não tem nenhum peso nem nenhum significado. E depois deixe-me dizer-lhe também, não, mas vou usar percentagens, quer as percentagens dos seus concelhos nomeadamente lá tenho-as aqui todas, e naturalmente provam que, o que é que uns são cegos e outros não são cegos.

Senhor Deputado vamos às questões que eu acho mais importantes do que esta questão, e vamos aquilo que interessa e tem haver com aquilo que o Senhor Deputado acabou de dizer. Eu por acaso renovo uma questão que eu acho que já fizeram bem as contas e já fizeram a

correção da Declaração de Voto, o que já importante e positivo, porque de facto Senhores Deputados, enfim, a precipitação dos milhões e de provarem que havia muitos milhões de aumento até fizeram um engano, que foi na mesma coluna dos milhões somarem as dezenas de milhares, as centenas de milhares, bom, e por isso nós vamos ser sérios sobre isto.

Nós temos que olhar esta questão em relação aos três anos, na Declaração de Voto, os Senhores Vereadores não devem ter máquina de calcular, temos que providenciar nesse sentido. Bom, mas vamos às questões, os Senhores Deputados, não me venham agora, também não sou ingénuo nem nasci ontem como devem de imaginar, como se isso fosse feito pelo Senhor Vereador António Nunes, não foi feito em consonância com o Partido, é evidente que a gente não somos ingénuos.

Bom, mas vamos às questões que interessam, nós só podemos olhar em relação àquilo que tem haver quando este imposto é criado. Porque este imposto foi criado como os Senhores Deputados sabem e teve implicações no ano de dois mil e quatro, e por isso nós temos que pegar na base dos dados de dois mil e quatro, e dois mil e quatro tivemos o IMI e tivemos a Contribuição Autárquica ainda como sabe. No ano de dois mil e cinco tivemos o IMI e ainda a Contribuição Autárquica, no ano de dois mil e seis tivemos o IMI e o resto da Contribuição Autárquica, é nesses valores que nós temos que naturalmente comparar.

É evidente que o IMI subiu, bom, mas não se esperava outra coisa, por vários motivos. Há um conjunto de majorações que foram acabando, ou seja, um conjunto de normas que tinham travão que foram acabando. Há um conjunto de fogos que deixaram de estar isentos, é normal, bom e também resulta naturalmente da aplicação do imposto como é óbvio, e por isso tudo isto é normal. E por isso Senhor Deputado vamos a estas questões e não vale a pena dizer que são na Declaração da Câmara dizer oitenta e três por cento virgula seis por cento de crescimento, à bocado já era cinquenta e não sei quantos, mas na realidade se quisermos ser sérios do ponto de vista do IMI até agora são trinta e dois virgula dois por cento. Ninguém disse que o IMI não cresceu, até porque se o IMI não crescesse não propunha uma redução do IMI, como é óbvio, e por isso fizemos isto no âmbito daquilo que é a seriedade, e por isso Senhor Deputado, quero-lhe dizer o seguinte: a questão da habitação e da aquisição de habitação própria é uma questão que se aplica em todos os Municípios e o Senhor Deputado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

acabou por dizer, é talvez dos países da Europa onde existe mais gente que se empenhou, empenhou é assim o termo na compra de aquisição própria. Mas é na Amadora, é na Moita, é no Montijo que é para não ficar maldisposto comigo, também é no Montijo em que isso se aplica também, e por isso penalização também é para todos e por isso nós não vamos de certeza, de certeza que o Senhor Deputado acredite que nenhum colega meu, eu não acredito, às vezes tenho dúvidas se alguns camaradas do meu Partido nos seus concelhos não façam este tipo de discurso dizendo que o IMI de facto é um imposto cego no concelho deles. Acredito que façam o mesmo, enfim a gente já está habituado a ver isto, agora acho que nós temos que ter uma noção exacta daquilo que é, nós propomos a redução do IMI tendo em conta que é nossa obrigação tentar reduzir impostos e foi o compromisso que eu assumi no passado dizendo vamos ver a evolução e consoante tivermos os dados vamos reduzir o IMI. Não reduzimos mais o IMI ou não reduzimos o IMI em relação aquilo que tem haver com os prédios recentemente avaliados, não é isso, porque não tínhamos dados, porque só oito dias antes de esta proposta ir à Câmara, é que nos libertaram do Ministério um conjunto de dados. Não é uma questão de incompetência dos funcionários da Câmara e dos sectores da Câmara, é que não tínhamos os dados, temos agora um conjunto de dados mas não temos todos sequer, temos que os trabalhar, e é nesse sentido que iremos fazer, porque naturalmente, digo à Municípios não muitos que em vez de reduzirem zero oito para zero sete, reduziram zero oito para sete e meio e outro cinco para quatro e meio. Foi uma opção, com isso nós perdíamos mais ou perdíamos menos, não sei, não conseguimos fazer esses cálculos, não é, foi o que ficou demonstrado, mas podíamos ter sido essa a posição, não me chocava nada se fosse assim, até acho que se calhar até era mais justiça que assim fosse, se calhar até era mais justiça, e por isso Senhor Deputado, agora há uma coisa que nós não fazemos é no ano antes das eleições reduzirmos o IMI, passado as eleições aumentar o IMI para o máximo, isso nós não fazemos, não fazemos, ouve quem o fizesse.

Senhor Deputado, enfim, eu acho que a situação não se agravou, as receitas não diminuíram por isso não há, aí é que não há nenhuma lógica, e aquilo que eu digo é que nós para o ano teremos que fazer análise, esperemos que possamos fazer a análise com dados objectivos e com os elementos que nós temos direito a ter acesso, nós temos direito a ter acesso. Dizer-lhe

uma coisa que aqui o, sobre a questão da majoração ou não majoração em relação à questão de haver alguma justiça também.

Nós temos neste momento praticamente as condições, ao fim e ao cabo não está a Senhora Vereadora Rita, de sabermos quais são os fogos devolutos que temos no concelho, esse trabalho neste momento está pronto ou está praticamente pronto, era isso que dizíamos na Comissão. O que nós vai permitir com base nestes dados de majorar, penalizar, com base nestes dados, mas temos que ter os dados, só agora é que vamos ter os dados objectivos de todos, e não é por os bons funcionários da Câmara, os Dirigentes da Câmara serem incompetentes, é que não os tínhamos, não nos foi fornecido, tivemos que andar à procura deles e só agora é que temos. E assim como devemos fazer outra coisa, o Senhor Deputado também sabe e fica a saber esses são os compromissos em relação ao próximo ano, não estou a dizer o compromisso de baixarmos o IMI, vamos ver, depende da evolução e dos dados, mas há duas coisas que temos de introduzir essa em relação aos fogos devolutos, até porque quanto mais agora há uma nova legislação de arrendamento que permite, também não temos já muitas desculpas, e outra em relação ao quê, àqueles que foram notificados para fazerem obras de recuperação dos edifícios não o façam, notificados, não é a questão em mau estado, que isso é relativo, essas são naturalmente que temos a obrigação de fazer. Até porque nós temos que fazer uma coisa que é, se contribuí para a reabilitação do espaço como sabe, e não se tem feito isso, e também contribuí porque se põe no mercado um conjunto de fogos para arrendamento.

Por isso Senhor Deputado, dizer-lhe que e também não vale a pena; Senhor Deputado António Borges, eu sei que V. Exas. defendem que nada se pague, quando são os outros a governar, quando não são os vossos Municípios, aliás vocês são contra a privatização dos serviços de limpeza quando são os outros. É a mesma coisa que dizer: - nós somos contra! O verdadeiro escândalo! Que é aquilo que se cobra em relação às taxas de saneamento, ou seja, da recolha do lixo e do tratamento de esgotos.

Senhor Deputado vamos ser sérios! O Senhor Deputado sabe bem, que aquilo que nós recebemos da taxa ambiental que é uma taxa que tem as duas componentes, saneamento e lixo, o que recebemos não dá para pagar trinta por cento do que pagamos só às empresas do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

sistema, quanto mais aquilo que nós gastamos com material, com equipamento, e com pessoal. Trinta por cento, sabe isso e sabe que isso é um problema que atravessa várias Câmaras independentemente dos Partidos que têm, como sabe, e sabe uma coisa que nós fazemos, nós não cobramos aos Municípios, e ficamos com o dinheiro em cofre como outros fazem, isso não fazemos, não fazemos! E quero-lhe dizer com toda a franqueza e para não dizer que é surpresa, nós estamos obrigados em relação a um conjunto de normas, aproximarmo-nos em relação aos valores reais deste tipo de serviço que prestam, e vamos ter que fazer isto gradualmente como é óbvio. Eu sei, que quando não havia taxa nenhuma não tinha problema nenhum, era cego, quando há uma criação de uma taxa é evidente que tem haver com isso.

Mas prefiro dizer-lhe, nós também temos obrigação naturalmente como o Senhor Deputado sabe de tratarmos do meio ambiente, essa é uma obrigação, é uma obrigação de todos, e por isso essa questão, não vale a pena dizer que as questões do ponto de vista sociais e solidariedade aplicam-se em relação a um conjunto de outras acções que devem ser feitas nomeadamente em relação aos mais desfavorecidos. Nomeadamente eram serviços que a própria Câmara através dos SMAS presta aos mais desfavorecidos, e veremos o efeito em Janeiro, como nós já tínhamos falado sobre esta matéria.

Por isso Senhor Deputado dizer-lhe que, o Senhor Deputado **António Santos**, não vou naturalmente, não vou falar sobre as propostas que apresentou aqui, é que essas questões, eu digo uma coisa, a Câmara da Amadora é a única Câmara, não tenho conhecimento de mais Câmara nenhuma transfira daquilo que era o seu fundo de equilíbrio financeiro recebido do Estado que transfere para as Juntas de Freguesia. A maior parte das Câmaras acabou com isso, não tem obrigação, porque isso vem directamente do Estado, nós mantemos isso como sabe, mantemos e vamos manter, porque também compreendemos a situação que as Juntas de Freguesia têm, e o retirar era asfixiar as Juntas de Freguesia nós não vamos fazer, não temos obrigação de lei de o fazer, mas mantemos aquilo que foi um compromisso assumido.

Sobre a questão dos impostos Municipais, as isenções é óbvio é uma situação que simpatizo. Em primeiro lugar o Estado não deve isentar impostos que não são dele, pode-o fazer mas tem que o pagar; em segundo lugar o Estado devia pagar os impostos legais, mas isso não

resolve o problema de acabar o IMI como sabe, não resolve o problema. E como sabe, o Senhor Deputado é assim, o Senhor Deputado sabe que é assim. Eu não vou, é mais do mesmo, são sempre os mesmos, mas os mesmos são aqui e são em Salvaterra de Magos, também são mais os mesmos Senhor Deputado. Muito obrigado!”

Senhor **Deputado António Carixas**: “Muito obrigado Senhor Presidente! Os números que o Senhor Presidente tem, são os seus números com certeza, são mais reais com certeza, tem mais elementos, tem outras fontes que nós não temos. Agora há uma coisa é certa Senhor Presidente, é que o ano passado nós fizemos uma proposta que foi recusada como bem se lembra, portanto dentro desta perspectiva, dessa sequência é natural que hoje, não é? Nós tenhamos o mesmo princípio, porquê? Porque no ano passado se bem me lembro, o Senhor Presidente e alguns Deputados disseram que não havia dados suficientes, aliás o Senhor Presidente disse-o ainda hoje, tem mais dados mas ainda não havia, exactamente. Mas há aqui um dado que é importante para a nossa avaliação, para o ano dois mil e cinco a Contribuição Autárquica estava, tinha uma estimativa de seiscentos e sete mil quatrocentos e noventa e sete, mas na realidade no mapa aparece setecentos e vinte e cinco mil setecentos e sessenta e nove, mais o IMI tinha uma previsão de doze mil, à volta disso, mas aqui no mapa aparece para dois mil e cinco o IMI treze mil quinhentos e quarenta e três, o que quer dizer que, a previsão está a baixo, e é esta questão que nós dizemos que a receita tem aumentado, tem havido mais receita, dentro dessa perspectiva é natural que a nossa posição de princípio seja que haja uma maior redução, se nós propusemos zero virgula sete o ano passado, é natural que na mesma sequência, se a receita continua a ser superior, é natural que estejamos hoje a propor ou melhor a nossa proposta seria zero virgula seis, porque a receita continua a ser elevada. E em relação à questão do cego ou não, há uma coisa que é bem viva Senhor Presidente, sabe isso também como eu. As taxas são diferentes de Município para Município, por exemplo Almada cobra zero virgula sete, cobra zero virgula sete, isso, pode ter a certeza que sim! Pode ter a certeza que sim! Senhor Presidente pode ter a certeza que sim! Senão eu mostro-lhe o documento da Câmara de Almada.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Queria aqui, uma pergunta, que me pudesse esclarecer, na penúltima página da proposta, quando fala que o impacto da redução de zero virgula um, isto implica naturalmente uma menor colecta na perspectiva da Câmara, com os seus números naturalmente, mas que apela para o procedimento de política de gestão rigorosa para contrabalançar penso eu esta redução, para o procedimento de gestão rigorosa que tem sido prosseguidas, e a necessidade é que é a minha dúvida: - Onde é que o Senhor Presidente quer chegar? E aliás o que me disse à pouco, confirma de certa maneira o que está aqui, relativamente ao tal imposto sobre os esgotos, ambiental, a necessidade de adopção de políticas, de preços dos serviços prestados pela Autarquia de acordo ou tendencialmente coincidente com os respectivos custos. Isto implica o quê? Aumento de taxas? É isso que está a pensar quando escreve isso? Pronto! Então se é nós também estamos contra, também é um princípio que estamos contra, não estamos de acordo com este aumento. Este é o nosso princípio, errado ou não é a nossa política.

Relativamente ao tal imposto ambiental, Senhor Presidente tem toda a razão relativamente a essas questões, pode dizer e acredito que o serviço que a Câmara preste ou os SMAS presta que é inferior ao custo dos lixos, que era inferior, eu acredito nisso, agora também tem de reconhecer estas injustiças, que há taxas e valores diferentes para imóveis com a mesma área e no mesmo prédio, isto é uma evidência, assim como também terá que reconhecer que há imóveis que utilizam o mesmo ramal e colectores de esgotos com taxas completamente diferentes. Não é verdade Senhor Vereador? É verdade, é verdade Senhor Vereador! Portanto, daí que nós achamos que isto agrava, é uma dupla tributação, é este um dos nossos princípios, muito obrigado.”

Senhor **Deputado Rafael Evaristo**: “Boa noite a todos! Antes de mais, gostaria de observar aqui o styling, só pode ser de alguma forma uma actualização, uma entrada no choque tecnológico aqui da CDU, porque se à pouco falávamos sobre aquilo que era um património ou a construção do mesmo, e na Derrama estávamos a favor do aumento ou seja a aplicação da taxa máxima, continuamos a falar de património, continuamos a falar sobre uma coisa que tem exactamente a ver com a posse e que tem a ver exactamente com aquilo que as pessoas de alguma forma é o seu património, ou seja, sim muito bem! E aquilo que podemos aqui

avancar também, é que não choca à CDU de alguma forma que as empresas utilizem o seu lucro para que possam adquirir o seu património, porque em sede de Derrama o lucro, esse deve ser tributado, no entanto tudo aquilo que seja património ou seja aquilo que aqui está de alguma forma a ser tributado em sede de IMI efectivamente deve ser reduzido, por isso das duas uma ou se trata aqui de uma adaptação que tem a ver com aquilo, com a questão da hora, tal como naquele conto da cinderela, a abóbora se transformava em coche e depois o coche em abóbora ou se trata aqui de alguma situação que eu sinceramente não estou a compreender. Por isso eu gostava por favor, que me elucidassem sobre isto, ou seja, quais são os princípios ideológicos que se mantêm aqui nesta situação, se é uma questão, se o património efectivamente continua a ser uma das bandeiras de luta do PCP ou se efectivamente já o aceitamos, já entramos no século vinte e um e estamos agora aceita-lo efectivamente como uma coisa natural. Muito obrigado!”

Senhor **Presidente da Câmara**: “Só uma nota em relação ao Senhor Deputado Luís Sampaio, em relação às questões que colocou. Em primeiro lugar em relação à questão de correcção do quociente de zonamento, como sabe, os zonamentos, não a Câmara praticamente não participou em nada, foi tudo feito através de um conjunto de peritos nomeados pela administração central, em que sem nenhum conhecimento, e aliás basta ver os quocientes de zonamento no nosso território para perceber que o conhecimento que eles tinham não era nenhum, não era nenhum, porque há aberrações autênticas, que é uma questão de nós andamos desde essa altura a falar com o Governo no sentido de fazermos uma alteração dessas, mas para isso é evidente que tem que entrar a Câmara, porque a Câmara ainda é aquela que conhece a realidade, é aquela que tem noção em relação a que dentro da mesma freguesia, deve de haver e há seguramente zonamentos diferentes como é óbvio. E também tem a ver com um conjunto de factores, desde logo os factores de acessibilidade, factores de transporte, etc., tudo isso tem, e também tem a ver com outros factores, que enfim devem ser mais aliviados tendo em conta que inclusivamente um conjunto de zonas que se situa nas zonas degradadas, que também é, são penalizantes e não são benéficos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Se há todo esse conjunto de questões, naturalmente compete, naturalmente ao Governo que fez o zonamento à que tempos que nós entendemos que o zonamento tem que ser revisto, mas tem que ser revestido como uma participação activa e determinante dos Municípios, não há outra forma de resolver isto, e por isso é essa a questão que estamos a fazer. Por isso eu digo, nós aquilo que em relação a esta matéria, que recebemos e que tivemos isso, eu não sei, eu ainda hoje tive a oportunidade de falar com alguns Municípios que ainda não receberam, não têm acesso àquilo que a gente tem acesso. Penso que é por não terem pedido a senha, deve ser essa a razão, porque se nós à oito dias antes disto é que recebemos uma parte dos acessos através do nosso código em relação a um conjunto de dados que até agora não tínhamos, como diz a Margarida, e há um conjunto de dados que ainda não estão disponíveis, penso que os outros que ainda não receberam, também não verifiquei se são todos, é naturalmente porque não têm os códigos, mas isso vai-lhes permitir fazer uma outra avaliação diferente em relação a esta matéria, e temos aqui sim, uma justiça social efectiva de igualdade para todos, é esse o objectivo, e por isso é como eu digo: a questão não pode passar naturalmente por meios termos em determinados momentos, se entendermos que há factores penalizantes em relação aos mesmos, e é aqui entendemos que nalguns casos, aliás vi agora a proposta da CDU, que a ideia até era apresentar zero seis, esperava com a coerência toda que têm, que nos Municípios que lideram que apresentassem esta proposta de zero seis. Muito obrigado!”

Não havendo mais intervenções, o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou a proposta a votação, sendo aprovada por maioria com 31 votos a favor e 11 votos contra (Documento anexo à presente Acta).

3 – Apreciação e votação, nos termos do n.º 6 do Artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de Junho, da proposta da C.M.A. relativa a **“Concurso Público para a Construção do Mercado da Brandoa - Reforço de Verba (Proposta n.º 396 /2006)”**.

O Senhor **Presidente da Assembleia** informou que a Comissão de Desenvolvimento Económico, Finanças e Administração reuniu e emitiu parecer que vai ser lido pelo Senhor 1.º Secretário (Documento anexo à presente Acta).

Senhor **Presidente da Câmara**: “Senhor Presidente só uma nota, penso que isto é muito simples.

O que se trata é que nós adjudicamos esta obra, em fim, já com o IVA num milhão novecentos e oitenta e quatro mil euros, e aquilo que tem a ver com a execução deste ano, em fim, nós para este ano apenas precisamos dos tais trezentos e oitenta e três mil, mas precisamos de ter mais verba no ano seguinte. De maneira que, tendo em conta que é um compromisso assumido para o ano que vem, é evidente que tem que vir à Assembleia, essa é a razão, porque se fosse uma mera alteração orçamental não precisava de vir à Assembleia. Por isso tem haver com isto. Do ponto de vista do concurso, o lançamento o que tínhamos a verba estipulada para este ano, o que estava inscrito para este ano é uma verba, e o que temos inscrito para o ano é diferencial, mas este ano não há do ponto de vista do planeamento do cronograma financeiro a possibilidade de gastar esse dinheiro, temos que o transportar para o ano, e de maneira, que isto tem haver pois com os vistos do Tribunal de Contas que se não tiver de acordo, é evidente que é um assumido, se tivéssemos já o Plano e Orçamento votado do ano que vem, não tinha este problema estava assumido, mas como ainda não temos a Assembleia tem que dar a sua autorização no sentido de assumirmos dívida para o ano 2007. É esta a nota, não se trata de mais encargos, se juntarmos o valor do que está este ano no Orçamento e do que estava para o ano quando aprovamos o Orçamento é o mesmo, aliás se calhar é menos, penso que os valores baixaram, mas o que é certo para este ano precisamos de cabimentar uma verba menor, mas para o ano temos que assumir uma dívida maior do que aquela que lá tínhamos.”

O Senhor **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Não havendo intervenções, o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade com 38 votos (Documento anexo à presente Acta).

Antes de dar por encerrados os trabalhos, e tendo em vista a eficácia externa, por proposta do Senhor Presidente da Assembleia, as minutas da deliberação da Ordem do Dia foi aprovada nos termos do n.º 3 do Art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, por unanimidade dos 38 membros presentes.

Devido ao adiantado da hora, o Senhor **Presidente da Assembleia** encerrou esta reunião à 24H00 e informou de que os Trabalhos continuariam no próximo dia 30 de Outubro, às 19h30m.

2.ª REUNIÃO

30 de Outubro de 2006

Os trabalhos foram iniciados às 20 horas.

Mesa da Assembleia: **Presidente, António Ramos Preto**

Primeiro Secretário, Rui Miguel Queirós Correia

Segundo Secretário, Elisabete da Silva Ferreira.

Membros presentes: Todos, com excepção dos Senhores António Manuel Candeias Coelho dos Santos, Catolino Mateiro Rogério Dias Pinto e Amílcar Gonçalves Martins, conforme constam da relação anexa.

Estiveram presentes por parte da Câmara Municipal, o Senhor Presidente, Joaquim Raposo e a Senhora Vereadora Clotilde Cunha e Silva e os Senhores Vereadores João Bernardino, Gabriel Oliveira, Carlos Reis, António Nunes, Filipe Ferreira e António Moreira.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

O Senhor **Presidente da Assembleia** informou que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Venteira se fazia representar, nesta Sessão, pelo substituto legal Senhor Rui Manuel Lopes Rego (Documento anexo à presente Acta).

Verificado o Quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a Sessão.

I – TOMADA DE POSSE

O Senhor **Presidente da Assembleia** informou que, ao abrigo do n.º 1 do Art.º 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, solicitaram a sua substituição, nesta Sessão, a Senhora Patrícia Alexandra Pedrinho Paula Ferreira, o Senhor António Carlos Ribeiro Costa da Silva Guedes, do PSD, para o dia trinta de Outubro (Documentos anexos à presente Acta), e do Senhor João Nuno Calado Pimenta Lopes, da CDU, para o período de trinta de Outubro a um de Novembro (Documento anexo à presente Acta).

De seguida informou ainda que, em conformidade com o Art.º 79.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, tomaram posse, pelo PSD os Senhores Luís Manuel de Almeida Sampaio e Paulo Miguel Oliveira Martins Torres (Documentos anexos à presente Acta), e pela CDU o Senhor Vasco Miguel Ricardo Aleixo (Documento anexo à presente Acta).

II - ORDEM DO DIA

Reiniciaram-se os trabalhos no ponto deixado na Reunião anterior.

4 – Apreciação, da proposta da C.M.A. relativa a “*Interpretação de Normas do Regulamento do Plano Director Municipal da Amadora (Proposta n.º 389/2006)*”.

O Senhor **Presidente da Assembleia** informou que a Comissão de Urbanismo, Habitação, Ambiente, Transportes e Comunicações reuniu e emitiu parecer que vai ser lido pelo Senhor 1.º Secretário (Documento anexo à presente Acta).

Senhor **Presidente da Câmara**: “Obrigado Senhor Presidente! Senhor Presidente, Senhores Deputados, aquilo que a Câmara hoje traz aqui tem haver com uma questão de clarificação em relação àquilo que é uma norma resultante, primeiro do PDM, e tem haver essencialmente com a questão dos lugares de estacionamento do PDM.

Nós aprovamos uma alteração ao PDM, a Assembleia Municipal, em um de Fevereiro de dois mil e um, e foi publicado em três de Março de dois mil e três.

Eu quero dizer que aquilo que se propõe, é desde que não haja nenhuma alteração dos parâmetros definidos no âmbito dos loteamentos e dos alvarás, ou seja, que não haja implicações, agravamento, ou seja, mais área de perímetro de implantação, mais área de construção, mais fogos e mais pisos, ou seja, desde que não haja esse agravamento, que em relação aos alvarás e loteamentos aprovados antes da publicação, que a questão das novas normas do PDM não se aplica tendo em conta, que de facto obedeciam àquilo que seriam as normas anteriores e não tenham agravamento. Quando houver agravamento é evidente que se aplica as novas normas do PDM entretanto aprovadas em dois mil e três, independentemente dos loteamentos e dos alvarás terem sido aprovados antes de três de Março de dois mil e três, por isso, quando não há agravamento muito bem, quando existe agravamento é óbvio que se aplicam todas as normas a que entretanto foram, entraram em vigor em três de Março de dois mil e três.

Isto tem haver que, muitas vezes nós temos no âmbito que confere uma alteração de loteamento, aquilo que tem haver muitas vezes com a área de construção, ou seja, se houver área de construção a menos em relação ao quadro que está é uma alteração de loteamento, mas não há agravamento, por isso eu tenho num drama, se houver número de fogos a menos, mesmo a menos é uma alteração de loteamento, mas aí não há agravamento, se houver número de pisos a menos também é uma alteração ao loteamento, ao alvará, mas também não

há agravamento. Por isso, tudo o que não tenha agravamentos, que não se considere, que entretanto as normas publicadas em dois mil e três em relação aos alvarás anteriores, emitidos anteriormente, tudo o que houver agravamento, mesmo que seja em relação a alvarás anteriores mas desde que haja agravamento se aplica as novas normas. Era esta a nota que eu queria deixar, obrigada Senhor Presidente.”

O Senhor **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições.

Senhor **Deputado Paulo Torres**: “Senhor Presidente da Câmara, Presidente da Assembleia, Senhores Vereadores, Senhores Membros Secretários da Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, restantes Membros da Assembleia Municipal, Senhoras e Senhores Múncipes, como sempre são poucos, mas são bons.

É com grande prazer que me estreio nesta tribuna, principalmente dado o assunto que me cabe pronunciar, que tem haver com uma área que me agrada especialmente, direito de urbanismo e sua dinâmica e principalmente a sua aplicação pratica e concreta ao governo autárquico.

Temos aqui uma proposta, dita de interpretação de normas do regulamento do Plano Director Municipal da Amadora, dita, porque na realidade as normas que são interpretadas não são as do regulamento do Plano Municipal mas sim do Regime Jurídico, os instrumentos de gestão territorial e do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação. A iniciativa é louvável, toda a boa doutrina defende, que actos de auto vinculação como diminuem a margem de discricionariedade são uma maior garantia da aplicação dos princípios da igualdade, da boa fé, e protecção da confiança, a toda a actividade administrativa.

A interpretação dada por esta deliberação da Câmara Municipal ao artigo vinte e sete do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, relativamente a alterações a licenças de loteamentos, não alvarás como está na proposta, mas a alteração é à licença. Em situações em que entra a licença ou a autorização de loteamento e a decisão do pedido tenha ocorrido uma alteração ao PDM. É normal acontecer, os trabalhos de urbanização são trabalhos morosos, e é fácil acontecer uma situação de colisão entre um Plano anterior, entre um Plano de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

loteamento anterior e os novos regulamentos. Também muitas vezes ocorrem estes pedidos por iniciativa dos promotores imobiliários, já que, muitas vezes os projectos inicialmente não são muito adaptados ao mercado, não tão a prever muito bem a evolução do mercado e temos esta situação, há um loteamento em vigor, é apresentado um pedido de alterações por razões normais do negócio imobiliário, e, o quê que se vai aplicar? Aí temos as tais dúvidas e perplexidades de que falam os pressupostos da proposta.

No caso de isto ser resolvido casuisticamente, poderia haver desigualdades, porque poderiam situações semelhantes ser resolvidas de forma desigual e isso provoca falta de segurança jurídica, que sendo um dos pilares do Estado de Direito não pode ocorrer.

Assim o PSD apoiará sempre qualquer deliberação de que resulte uma maior confiança nos particulares na actuação dos Órgãos Autárquicos e ao mesmo tempo diminua a possibilidade de ocorrerem injustiças, situações menos claras, ou decisões erradas que, poderiam por via de indemnização, depauperar o erário municipal, que como sabemos não atravessa bons dias.

De qualquer maneira esta deliberação em apreço, após uma análise cuidada levantou algumas questões. A primeira é óbvia, porquê prever apenas as alterações ao regulamento do PDM, porque não qualquer outro tipo de Plano de Ordenamento do Território? Como Planos de Pormenor, Planos de Urbanização! Quer dizer levam um pouco a crer que, embora a deliberação se revista de um carácter geral e abstracto, mas foi provocada por casos pontuais que os ia resolver, esquecendo algumas outras situações que poderiam aparecer no futuro.

Também, porquê só para alvarás de loteamento? Porque podem ocorrer situações destas, com licenças de construção em áreas consolidadas, ou outros casos em que seja dispensado o loteamento. Aqui, pronto, continua-se a ver que não há uma generalidade total.

A terceira e a principal questão, é outra, é que com a redacção que esta dada nesta deliberação existe uma renúncia ao exercício da faculdade concedida pelo artigo quarenta e oito do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação. Que é aquela situação, em que, mesmo sem terminação expressa do Plano, se poder por decisão da Câmara Municipal fazer aplicar a loteamentos em curso as novas posições desse Plano, mediante uma indemnização que será segundo as regras da responsabilidade para acto lícito, em que só há lugar a indemnização se o prejuízo for anormal e especial. Não é difícil prever situações em que se possa impor uma

alteração que não traga prejuízo ou traga um prejuízo diminuto ao urbanizador. E em situações pontuais de realmente uma necessidade de fazer cumprir o novo Plano, principalmente pela hipótese de poderem ser Planos específicos para uma determinada zona para poderem resolver problemas concretos, não deve ocorrer esta renúncia prévia ao exercício de competências, que além do mais não será permitida, penso que, não faria mal ter essa ressalva.

O parecer levantou algumas questões porque isto muitas vezes, o que leva à deliberação é toda a questão que está anterior, e o parecer era sobre alterações e renovações de licenças de loteamento. O problema das renovações é que, se precisa de ser renovado é porque já caducou, não é uma questão de direitos adquiridos, não vemos grande problema. De qualquer maneira o parecer resolve essa questão dizendo que a caducidade não é assim tão automática, e que existe sempre a hipótese de as obras estarem avançadas resolver pelo artigo oitenta e oito número três, que permite uma licença especial para a conclusão das obras. De qualquer maneira, não é tão líquido que a caducidade não seja tão automática, ela não é cem por cento automática, mas há casos onde não se pode fugir a decretar a caducidade, nem há hipótese de aplicação do artigo oitenta e oito no caso das obras estarem numa fase muito embrionária, ou nem sequer se terem iniciado, por isso, ou seja, poderemos continuar a ter aqui alguns problemas, com atrasos normais nos loteamentos. É assim e todo o parecer acentuando na premissa de que, as regras dos Planos de Ordenamento do Território só valem para o futuro, excepto previsões expressas, nesse caso vai gerar caducidade de licenciamentos anteriores e aí tem todos os mecanismos indemnizatórios, parece levar que, não muito em conta esta faculdade do artigo quarenta e oito do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, mais a mais porque a única referência que existe no parecer é uma nota de rodapé, que até está fora da página do texto que diz respeito e penso que é importante, já que, primeiro não há o problema de isto ser despoletado, esta situação ser despoletada por um pedido de alteração, não esta solução do artigo quarenta e oito é despoletada por iniciativa da Câmara Municipal. Daí o problema de, a Câmara Municipal ter uma deliberação a dizer que não está sujeito, está à partida a assumir de que não está sujeito. Isto pode gerar um problema por causa da questão da tutela da confiança, porque confiou e esta deliberação, depois quando a Câmara quiser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

impor o cumprimento da alteração ou do novo Plano poderá ter problemas, porque existe esta figura da tutela de confiança. De qualquer maneira, aceitamos a oportunidade, a assertividade da deliberação, louvamos o esforço de clarificação e transparência nas relações com os particulares, não podemos é de deixar de alertar para o facto de esta deliberação ser um pouco vaga, pouco abrangente e não salvaguardar o exercício de faculdades importantes no âmbito da política urbanística, o que no limite poderá criar algumas situações desconfortáveis para os Órgãos Autárquicos.

Apoiamos esta deliberação, mas instamos a Câmara Municipal da Amadora a aperfeiçoá-la sobre tema de se multiplicarem alguns maus exemplos que existem neste município.”

Senhor Presidente da Câmara: “Senhor Presidente eu agradeço naturalmente a intervenção do Senhor Deputado, e dizer-lhe duas questões.

Em primeiro lugar, é evidente que esta proposta tem como objectivo uma questão de igualdade de tratamento e uma questão de transparência, porque como o Senhor Deputado disse e bem podia haver o técnico A podia interpretar de uma maneira, e, o técnico B interpretar de outra. Penso que esta questão é importante porque toda a gente sabe quais são as regras e que as regras são iguais para todos em situações idênticas como é óbvio. Por isso esta questão diz a isso e penso que é salutar e resulta daquilo que foi um conjunto de análises que foram feitas e um conjunto de interpretações que técnicos vão fazendo de maneira diferente e não pode haver de facto para a mesma questão dois critérios e duas avaliações.

Sobre esta matéria dizer-lhe o seguinte: é evidente que isto só se aplica; a questão fundamental nesta matéria tem haver com a questão de lugares de estacionamento, essa é que é a questão de fundo, porque tudo o resto não tem nenhuma implicação.

Mas também é certo, que não é justo penalizar por exemplo quem faz menos áreas de construção do que aquela que tem no loteamento. Porque se eu fizer a mesma nada altera então não precisa de nada. Também é certo que quem faz menos fogos, carece menos lugares de estacionamento, por isso também não podemos penalizar quem faz menos. No caso por exemplo, vou dar um exemplo: um determinado loteamento, que tem um determinado lote, vinte fogos, por qualquer motivo, até por questões de mercado, como sabe pode definir que

em vez de fazer vinte, vai fazer dezoito, neste caso se aplicássemos aquela norma porque o loteamento é anterior mas a alteração é posterior, ele em vez de fazer dezoito lugares de estacionamento, tinha que fazer trinta e seis, ou seja, estávamos a penalizar quem reduz, porque se ele fizesse os mesmos vinte não tinha que fazer mais nada, e por isso penso que esta questão, que é uma questão de não penalizar quem não agrava os parâmetros e os parâmetros têm a ver como o Senhor Deputado sabe mais área de construção, mais área de implantação, mais fogos, mais números de piso acima da quota da soleira, se ele está a reduzir melhor porque beneficia nessa operação, se ele estivesse a ser penalizado, em fim, penso que não tinha. Agora é óbvio que se ele tiver vinte e se fizer vinte e dois fogos tem que ser penalizado no diferencial dos fogos em relação aos novos, ou seja, em vez de dois tem que fazer quatro, faz todo o sentido que assim seja.

Penso que esta questão sendo do conhecimento e haja uma norma interpretativa que sirva até de orientação para os serviços, e também em relação aos próprios naturalmente isto é tudo mais claro, é muito mais rápida a avaliação, e não permite a falsa questão da discriminação para uns a interpretação seja de uma forma e para outros seja de outra.

Em relação aquilo que tem haver com os licenciamentos posteriores a três de Março, mas há-de haver seguramente alguns licenciamentos posteriores, bom que são posteriores, mesmo que seja em zonas consolidadas aplica-se aquilo que tem haver com as novas normas, não se aplica as antigas, não era isso que queria dizer. Agora tudo o que tem haver seja em loteamentos, loteamentos em fim, que resulta naturalmente em aquilo que tem haver muitas vezes com alvarás, e não tem haver com, e esses loteamentos tanto fazem resultar de Planos de Pormenor como Planos de Urbanização, é a mesma coisa, como sem ter nenhuma destas figuras e recorrendo-se exclusivamente das próprias figuras jurídicas urbanísticas que existem, que nem são uma coisa nem são outra, em zonas consolidadas que não são uma coisa são outra é evidente que se são anteriores a esta alteração que introduzimos no PDM de entrada em vigor, não se devem aplicar desde que não haja agravamento dos parâmetros, se houverem agravamento dos Planos aplica-se, e aos novos é evidente que se aplica aquilo que está em vigor que é esta norma do PDM.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Ora penso que esta questão que o Senhor Deputado diz e bem, é uma questão de mais clareza na igualdade de tratamento e mais transparência na análise.”

Senhor **Deputado Paulo Torres** (pedido de esclarecimento): “A situação é a seguinte: esta deliberação depois de tomada vincula a Câmara Municipal, e vai haver alterações posteriores ao PDM, vai haver alterações posteriores a Planos de Pormenor, a Planos de Urbanização, e como esta deliberação vincula a Câmara Municipal, era uma questão de precaver não esta questão concreta que temos, a única alteração que houve teve haver com estacionamento, não há problema nenhum, agora podem ocorrer problemas futuros e isto era no sentido de clarificar mais esta deliberação, ou seja, dela ser mais, torná-la mais abrangente para situações similares que tenha a ver com outro tipo de alterações que poderão ser outro tipo de alterações que nesse caso até haja interesse em forçar a aplicação do tal artigo quarenta e oito, porque podem ser alterações de outro tipo no Plano, podem nem ser alterações do Regulamento, serem alterações de zonamento, ou de outra característica qualquer.

A questão que eu tinha posto nas zonas consideradas, não eram as posteriores alterações, é a questão de por exemplo: uma licença de construção, construção de edifício em zona consolidada que, tenha sido licenciado antes da alteração ao Regulamento do PDM, esteja em curso e queiram fazer agora alguma alteração, provavelmente nem sequer vai lá haver espaço para pôr os lugares de estacionamento previstos no novo Regulamento do PDM, mas quer dizer aí existe, ou seja, pode-se resolver logo à partida.

E depois a outra questão, é que, como a deliberação diz só o PDM, nestes termos só alterações que colidam com alterações do PDM é questão resolvida à partida, se for uma alteração, ou um novo Plano de Pormenor aí terá que ser resolvido casuisticamente, ou seja, vai provocar as mesmas dúvidas nos Serviços ou então também se calhar não havia necessidade de estar a fazer esta tão específica, porque isto basicamente é uma situação que se resolve numa deliberação da Câmara Municipal com instruções aos Serviços para interpretar e dizer que esta interpretação da Câmara Municipal.”

Senhor **Presidente da Câmara** (resposta ao pedido de esclarecimento): “Senhor Deputado vamos lá ver, nós chamamos isto uma questão de PDM, porque de facto aquilo que tem haver com esta matéria foi a alteração que fizemos do PDM nomeadamente em relação ao número de lugares de estacionamento por fogos ou por metros quadrados de construção e por isso é neste aspecto.

Porque tudo o resto, tudo o que seja uma alteração num âmbito de um Plano de Urbanização tem que se fazer as normas normais que estão previstas num Plano de Urbanização e nos Planos de Pormenor, é isso aliás, essa matéria é a norma interpretativa, o Regulamento, alterar um Regulamento de um Plano de Urbanização num Plano de Pormenor carece de todos os passos, de discussão pública, Assembleia Municipal, ir à tutela, etc., por isso essa questão não se aplica.

Em relação às zonas consolidadas que o Senhor Deputado diz é assim: podem haver um licenciamento que foi dado, existe uma licença de construção, mas eu estou certo que, as licenças de construção para edifícios a construir levantadas e que estejam em vigor, não são, serão seguramente posteriores a esta questão de dois mil e três, ou seja, de três de Março de dois mil e três, porque tudo o resto ou já caducaram ou estão construídas como sabe. As alterações previstas no PDM, aplica-se a mesma norma. Nós fizemos esta alteração ao PDM, se fizermos nova alteração ao PDM não pode ter efeitos retroactivos, tem que ter a partir daquele momento, mas vamos pôr a hipótese: para o ano num determinado momento alteramos o PDM, o Regulamento do PDM, é evidente que tudo o que estiver já cá licenciado com base no actual não tem efeitos retroactivos, e penso que esta questão, nós quando fizemos esta alteração, desta norma no PDM, que se tivéssemos na altura clarificado isto, a questão não se punha, mas como não ficou essa clarificação tivemos necessidade, até porque, aquilo que foi, a análise objectiva dos problemas que temos tido cá e que se colocam, que nos levou naturalmente a esta norma interpretativa. Porque como eu digo há, há técnicos que hajam que a leitura é de uma forma e há técnicos que hajam que a leitura é outra, e por isso acho que tem que haver uma questão que diga claramente, a interpretação é esta, e as regras são estas para que haja de facto.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Senhor Deputado a única questão que tem implicações é o estacionamento, mas estou a dizer neste momento, e é isso que nós temos que fazer, nós temos é, este é um objectivo na resolução de um conjunto de problemas que temos cá, que estão colocados, e para os quais temos que encontrar uma solução e uma clarificação de uma vez por todas, ou seja, que não pode ficar ao critério do A ou do B, é nesse objectivo. É óbvio que temos que dizer como é que isso se faz, ou seja, se houver alteração de algum parâmetro é evidente que se aplica aquela alteração que fizemos, se houver. Agora quando não há, ou se mantêm, ou antes pelo contrário há redução, há um desagravamento qualquer nos parâmetros nós não podemos penalizar quem faz desagravamento. Nestes casos não só podemos penalizar quem faz agravamentos e não o contrário, penso que esta questão; é evidente que há um conjunto de instrumentos e teremos oportunidade de daqui para a frente, de entrar em conta, temos de clarificar uma data de questões noutras áreas como é óbvio, agora não podemos querer fazer tudo, meter tudo no mesmo saco, resolver tudo de uma vez só com uma clarificação.”

Não havendo mais intervenções, o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade com 35 votos a favor (Documento anexo à presente Acta).

5 – Apreciação e votação, nos termos da alínea s) do n.º 2 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a “*Descentralização de Competências de Gestão do Polidesportivo da Cova da Moura para a Junta de Freguesia da Buraca (Proposta n.º 407/2006)*”.

O Senhor **Presidente da Assembleia** informou que a Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Juventude reuniu e emitiu parecer que vai ser lido pelo Senhor 1.º Secretário (Documento anexo à presente Acta).

O Senhor **Presidente da Câmara** prescindiui da palavra.

O Senhor **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições.

Senhor **Deputado Jaime Garcia**: “Boa noite à Mesa, boa noite Senhor Presidente, Senhores Vereadores, meus Caros Colegas, digníssimo Público.

È simples a minha intervenção aqui, está aqui uma prova que de facto mais uma vez o intercâmbio entre a Câmara e as Juntas de Freguesia é salutar, e é de realçar até porque tem objectivos muito definidos que é a salvaguarda do património Municipal dentro da medida do possível, é evidente que, desde que a Câmara assim o entenda nós também o entendemos que a gestão de proximidade terá seguramente maiores valias para a preservação desse património.

É evidente que cada um de nós está consciente do seu papel, a Junta de Freguesia tem consciência que de facto a descentralização por parte da Câmara visa isso mesmo, em fim os recursos também não são muito por ali além e seguramente a Câmara também terá consciência que a Junta de Freguesia também não terá possibilidade de vinte e quatro sobre vinte e quatro horas guardar um local daqueles, nem gerir um local daqueles. Em fim está num local que todos nós sabemos como é, mas de qualquer das maneiras todos nós num esforço conjunto entre a Junta de Freguesia e a Câmara envidaremos todos os esforços necessários para que efectivamente preservemos dentro da medida do possível aquilo que é o património, que é gasto com o dinheiro de todos nós e que é executado com o dinheiro de todos nós, e de facto tem que ser salvaguardado na medida do possível.

É isso que eu tinha para dizer e por isso espero que os Senhores Deputados Municipais acordem tal e qual como foi a Comissão votou com um voto favorável e por unanimidade.”

Senhora **Deputada Cláudia Cardoso**: “Boa noite Senhor Presidente, Senhores Secretários, ao Executivo, ao Público, Colegas Deputados.

Muito embora, muito embora não, foi de facto emitido um parecer favorável, no entanto não gostaríamos de deixar passar algumas questões que foram levantadas em sede de Comissão.

A primeira das quais tem haver com o equipamento; é referido na cláusula segunda que o Polidesportivo da Cova da Moura é constituído por um pequeno campo e que as respectivas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

instalações de apoio anexas vão ser construídas em breve. Portanto a primeira questão, penso que o Senhor Presidente da Junta estará capacitado para responder a esta questão, gostaríamos de saber então, o que é que significa este em breve.

Por outro lado, a segunda questão tem haver com o Regulamento de Utilização Polidesportivo da Cova da Moura. Em sede de Comissão foi questionado o Senhor Vereador Eduardo Rosa, que substituiu a Senhora Vereadora Carla Tavares e o que nos foi dito foi: que este Regulamento estava a ser elaborado. A pergunta é: se já foi elaborado este Regulamento? E porque é que nos interessa saber se já foi elaborado ou não? Obviamente que, nesse Regulamento nós vamos saber se estão garantidas as condições de igualdade, que também são referidas aqui neste, que eu vou; aqui está; se estão garantidas estas, na cláusula quinta, no ponto cinco, onde diz que: serão fixadas no Regulamento de Utilização, portanto a distribuição equitativa da utilização deste equipamento, portanto também esta questão, e finalmente, saber sobre o critério de recrutamento do funcionário que vai proceder, portanto ao apoio geral e à vigilância, sendo que em sede de Comissão nos foi dito que, seria algum com autoridade, ou que fosse conhecido portanto no Bairro.

No fundo o que se pretende saber, a pergunta concreta é: qual é o critério de recrutamento e o perfil adequado desta pessoa, portanto para proceder ao apoio geral e à vigilância.”

Senhor **Deputado Carlos Almeida**: “Muito boa noite Senhor Presidente, Senhores Vereadores, meus Caros Colegas Deputados da Assembleia, caros Múncipes.

Em relação a esta proposta, nós portanto queremos expressar a nossa concordância obviamente, parece-nos que é uma medida justa, pela natureza do equipamento parece-nos que será naturalmente mais bem gerido e de acordo com as necessidades da população se for pela Junta de Freguesia do que pela Câmara Municipal é óbvio.

De todo o modo não queríamos deixar de expressar, a nossa opinião relativamente ao seguinte: nós temos dito aqui várias vezes, relativamente a esta questão de descentralizações para a Junta de Freguesia, que nos parece que, as deliberações que dizem respeito aos protocolos de descentralização deveriam ser mais claras relativamente às disposições dos Regulamentos de Utilização.

Porventura neste caso talvez a questão nem se coloca-se, porque o equipamento tem uma função para a Freguesia, e portanto, será porventura a sede à Assembleia de Freguesia a melhor para discutir esta questão, mas recordo que já colocamos a mesma questão, quando falamos da Escola de Trânsito, e bem à pouco tempo também a propósito da descentralização do Fórum Luís de Camões para a Junta de Freguesia da Brandoa também colocamos esta questão.

Aliás a esse propósito, eu desconheço a que título com que fundamento legal é que está a ser cobrado um euro ou um BD que eu não sei o que é, para a utilização do Parque de estacionamento do Fórum Luís de Camões durante a Banda Desenhada, durante o Festival da Banda Desenhada, sendo que, de harmonia com a deliberação que esta Assembleia, que a Câmara e que a Assembleia tomou, competiria à Junta de Freguesia elaborar as propostas de Regulamentos de Utilização para o parque de estacionamento integrados no equipamento cuja a eficácia dependerá da aprovação por parte do primeiro outorgante. Como tanto quanto sei o Regulamento de Utilização dum parque de estacionamento estás em período de discussão pública, eu duvido e tenho as minhas dúvidas e que aqui deixo quanto à legalidade sequer desta cobrança, desta taxa.

Mas em fim, num Município onde até já, onde até a Câmara Municipal se permite violar um princípio constitucional elementar da liberdade de expressão e da propaganda política já nada nos vai admirando. De todo o modo relativamente a esta proposta estamos naturalmente de acordo com ela”

Senhora **Deputada Luísa Jubilado**: “Boa noite.

O PSD tal como referida em sede de Comissão não vê obstáculos à descentralização de competências de gestão do Polidesportivo da Cova da Moura para a Junta de Freguesia da Buraca, antes nos congratulamos com a decisão que representa e que desejamos que represente uma melhoria para a utilização deste equipamento.”

Senhor **Presidente da Câmara**: “Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente da Junta, naturalmente há aqui uma questão que lhe foi colocada não vou responder, tem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

haver com a questão dos funcionários, longe de mim ser eu a interferir nessa matéria, como deve imaginar, como é se o Senhor Presidente naturalmente se o quiser fará a explicação, mas dizer-lhe naturalmente, partilhando daquilo que foi a posição do Senhor Presidente, ou seja, que este equipamento e agradecer à Junta de Freguesia ter aceite esta descentralização.

Não é uma descentralização que vai dar um rendimento à Junta de Freguesia, não é nada disso, antes pelo contrário, ao fim e ao cabo trata-se de partilharmos um pouco aquilo que são as despesas. Mas com uma questão importante que quero preservar, penso que preservar e dentro de determinadas regras e permitir a utilização de toda a gente e não a degradação, penso que é importante isso que se faça, porque estamos a fazer um investimento que fizemos.

Aproveito para responder à Senhora Deputada **Cláudia**, que também em relação ao resto de investimento que falta está previsto, está neste momento para lançar um concurso que tem haver com a questão dos balneários e naturalmente esse equipamento depois de ser construído, ou ser implantado ficará também a ser gerido no seu todo pela Junta de Freguesia e naturalmente e terá outras condições do ponto de vista da utilização daquele espaço.

Também quero dizer e o Senhor Presidente também partilha disso, no âmbito daquilo que tem haver com o tal Programa Bairros Criativos, dos quais a Cova da Moura está inserido, é evidente que este equipamento também irá ser utilizado no âmbito deste programa, e vamos ver até do ponto de vista de um conjunto de iniciativas e de apoios também o que é que advêm daí para implementarmos maior actividade deste equipamento, tendo em conta esse mesmo programa, para isso também naturalmente está incluído, faz parte, agora resta saber como é que será formatado, e o que é que será? Que tipo de acções e que tipo de financiamento haverá para suportar aqui um conjunto destas questões.

Se um funcionário naturalmente se me permitirá, sobre o Regulamento de Utilização penso que é uma questão que me permite dizer, acho que faz todo o sentido que seja a Junta de Freguesia a defini-lo, até tendo em conta esta questão que é preciso ainda consertarmos, com esta questão, até que ponto ou qual é a utilização que vai ter? Que tipo de programas vai apoiar no âmbito dos bairros críticos também, porque também não é indiferente tendo em conta o próprio Regulamento, não é? Bom.

Senhor Deputado **Carlos Almeida**, sobre a questão do equipamento, penso que não; a questão de fundo que o Senhor Deputado queria abordar era duas questões, por isso vamos às duas questões, o resto, o resto em fim foi um pretexto para, exacto.

Um tem haver com a questão, o Senhor Deputado diz: não parece correcto nem legal numa altura em que se está a discutir o Regulamento do parque de estacionamento do Fórum Luís de Camões que se cobre. Eu quero-lhe dizer o seguinte: neste momento o equipamento não está entregue à Junta de Freguesia, o Fórum Luís de Camões não está entregue à Junta, não está entregue ainda. E por outro lado nós temos uma iniciativa lá, que é uma iniciativa importante no nosso ponto de vista e tendo em conta que existe estacionamento ninguém perceberia que nós não puséssemos o estacionamento ao serviço nomeadamente da Banda Desenhada.

Bom, é evidente que isto tem custos, porque não basta abrir a porta é preciso naturalmente verificar quem entra, ter condições que as pessoas deixam os carros e que não sejam vandalizados, etc., etc.. O que é que nós fizemos? Nem nós nem a Junta, devido a essa questão podíamos declarar qualquer valor, entendemos desafiar as Associações.

As Associações vão para o Fórum, mas todas as Associações, no sentido delas poderem assegurar isso, é evidente que tem custos, porque têm que lá pôr pessoal e que pudessem de alguma forma cobrar a eles um valor, que não é um valor que se destina a ter uma receita, mas é também uma forma de atenuar as despesas que eles têm, porque têm que lá pôr pessoal em funcionamento, e por isso neste momento esse valor está a ser cobrado pelas Associações, será repartido a receita pelas diferentes Associações, porque também é responsabilização das Associações manter lá as pessoas, no sentido de manter o parque com vigilância e que haja condições.

Preferimos tomar esta atitude, naturalmente do que deixar, fechar o parque não permitir a sua utilização, por isso Senhor Deputado não é a Junta, nem é a Câmara, foi feito com as Associações, foi feito com esta perspectiva, eles garantem naturalmente que têm lá pessoal e precisam de lá ter pessoal no tempo de funcionamento, não é, e nesse sentido também, também não era justo pedirmos às Associações, que suportassem elas aquilo que é o pagamento que têm que fazer a quem lá está. Penso que é, ao fim e ao cabo e atribui-se um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

valor de um euro, porque isso é correspondente praticamente àquilo que toda a gente quando estaciona na rua, onde não há lugares tarifados geralmente se não se der um euro, em fim, geralmente recebe, é recebido como o Senhor Deputado sabe.

Sobre a questão do direito de liberdade de expressão política Senhor Deputado, eu por acaso tive conhecimento disso, e quer-lhe dizer o seguinte: nada que tenha qualquer referência política foi retirada.

Aquilo que, me informaram que foi retirado tem haver com publicidade comercial, ou seja, alguém utilizou naturalmente um conjunto, nomeadamente dos vossos equipamentos, e colocando lá publicidade comercial.

Dou-lhe alguns exemplos: Pavilhão Atlântico é um deles, e também existem já outros até que são utilizados. Vou lhe dar um exemplo: ali no Bairro do Bosque, nomeadamente da óptica, que está lá, e está lá um grande cartaz da óptica que está bem grande ao lado, em fim como sendo uma publicidade em relação, bom, é evidente que aqueles equipamentos destinam-se de facto a utilização do ponto de vista da mensagem política e não do ponto de vista comercial, por isso tudo o que tenha mensagens políticas não tiramos nenhum, tudo o que tenha mensagens deste estilo comercial tiramos e temos nota disso e temos fotografias disso, e temos o material guardado como é evidente, também não podemos permitir que outros se sirvam desta artimanha no sentido também fugir àquilo que são normas do licenciamento em relação a publicidade comercial.”

Senhor Deputado **Carlos Almeida**: “Relativamente à questão da Brandoa Senhor Presidente, é assim, eu acho que o apoio às Associações deve ser feito no quadro de políticas claras de apoio às Associações.

Se aquele equipamento, é um equipamento Municipal e se está na posse da Câmara Municipal, Senhor Presidente deve ser a Câmara Municipal a administra-lo, e portanto, se entende cobrar alguma coisa, ser a Câmara Municipal a cobrar, senão não cobra, porque a explicação que o Senhor Presidente dá é: tem lá funcionários para guardar o estacionamento e portanto tem que pagar os funcionários que lá estão a guardar o estacionamento, então não haja, então que a Câmara assuma a guarda e a gestão daquele estacionamento e no período,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

propaganda política e comercial, nunca achemos que a política é que é má e que a comercial pode circular por aí à vontade, que até tem um sentido artístico dizem alguns, portanto isso não se coloca, quer dizer se há algum cartaz do PCP nesse espaço, eu por mim estou inteiramente de acordo que ele seja retirado, porque acho que, seja do ponto de vista legal, seja do ponto de vista evidentemente, digamos de um princípio moral da defesa do património, evidentemente não há lugar para que propaganda política, comercial ou outra qualquer seja colocada em espaços públicos, obras de arte, ou etc..”

Senhor **Deputado João Serrano** (pedido de esclarecimento): “A questão que eu colocava aqui, que aqui foi colocada, não sei se o Senhor Deputado Carlos Almeida me sabe responder, tem haver com o seguinte: eu conheço relativamente bem o país e conheço os Concelhos da Área Metropolitana e algo que me mete um pouco de confusão aqui na Amadora, é verificar, e em Alfragide agora isso existe, que a cidade é inundada de tempos em tempos com os placards de ferro, que são espetados nos postes, nos cruzamentos e nas vias, por exemplo em Alfragide é junto até a um jardim bem tratado que a Câmara tem levado a cabo, e que anunciam posições, manifestações, a última das quais eu penso que é uma semana de luta, eu já tentei ver duas vezes mas não percebi bem, porque diz semana de luta dia tal, mas nem diz aonde e nem diz quem é o autor.

Eu não sei sinceramente qual é a base legal da instalação disto na Amadora, mas é algo que é uma especificidade própria da Amadora. Eu obviamente sou das pessoas que defendo a liberdade de expressão, e, acho que todos os partidos devem ter espaços próprios para exprimir as suas opiniões, mas aquilo que me choca aqui é que, estes painéis são atentados completos ao urbanismo, e a uma visão da cidade, e que eu não encontro em mais nenhum Município.

Eu pedi à Câmara, por certo para analisar esta matéria, eh pá, e visse no fundo como contornar esta matéria, porque eu penso que a base legal disto, não vejo qual é, não me parece, e, por outro lado isto é um atentado.

Outra questão obviamente aqui colocada, também me parece mais pertinente, mas isso acho que quem se deve sentir mais vulnerável é os próprios partidos em causa, é o facto de

neste período que o parque de estacionamento seja utilizado, porque me parece uma explicação assim um pouco circular e da qual não se sai.

Relativamente à questão da propaganda política, Senhor Presidente, eu acho que era muito mais saudável, muito mais saudável e muito mais de acordo com a lei, que o Senhor Presidente a verificar isso que eu acho bem que tenha essa preocupação, aliás ficaremos particularmente atentos para se saber da forma como a Câmara Municipal vai acompanhado a propaganda comercial no Município e o modo como ela é feita, mas parecia-nos mais razoável que o Senhor Presidente informa-se a força política em questão dizendo: há painéis vossos que estão a ser utilizados indevidamente para propaganda comercial, queiram V. Exas. tomar providências senão tomaremos nós. Parecia-nos isto muito mais razoável, muito mais democrático, muito mais de acordo com a lei Senhor Presidente e parece-nos que, actuar desta forma assim não é nem democrático, nem saudável, nem de acordo com a lei.”

Senhor **Deputado Luís Guarita** (pedido de esclarecimento): “Senhor Presidente... (mudança de lado de cassete) ... existe na Amadora um edifício, que é público, que não é pertença da Câmara e que está decorado com um painel do Senhor Artur Bual, que todos nós conhecemos, alguém que é extremamente, foi conhecido, é uma pessoa que já faleceu, conhecido da arte, elogiado por todos. Esse edifício curiosamente está pejado, e esteve pejado durante muito tempo propaganda política.

A pergunta que eu faço é esta: faz sentido que um espaço público, que é público, que está tratado e trabalhado com um painel, independentemente das considerações artísticas que possamos fazer ao estético sobre o painel que lá está, mas independentemente disso faz sentido que esse edifício esteja pejado de propaganda política? E faz sentido que a Câmara por exemplo aí não retire a propaganda política? Por mim pode tirar, porque acho que o que ali está é um insulto à cidadania.”

Senhor **Deputado Carlos Almeida** (resposta ao pedido de esclarecimento): “Senhor Presidente muito obrigado, é só para dizer que: evidentemente existem disposições legais, municipais, posturas municipais que regulamentam os espaços que são preservados de

realmente constatarmos, que há partidos que colocam esses tais painéis, e depois há empresas que utilizam isto para seu próprio benefício. Eu acho que aí mais lesados de todos nós, que já somos lesados por painéis, é os próprios partidos, que por cima de semanas de luta vêm, digamos a divulgação do circo Chen que obviamente é desagradável.

Eu acho que, é preciso disciplinar esta matéria, eu nunca coloquei esta questão aqui mas ainda bem que isto é colocado, e acho que devemos encontrar uma solução, para acabar uma vez por todas com esta anarquia que existe de painéis que, ferem as nossas vistas e acima de tudo até são perigosos para as pessoas, os invisuais que por vezes por certo, além dos obstáculos que têm que transpor ainda têm mais este.

È esta chamada de atenção que eu deixava. Eu não sei se o Senhor Deputado Carlos Almeida sabe responder a esta questão, sabe dizer se estes painéis têm alguma base de sustentação legal para estarem instalados da forma que estão e ainda para mais sem qualquer tipo de identificação.”

Senhor **Deputado Carlos Almeida** (resposta ao pedido de esclarecimento): “Muito obrigado Senhor Presidente! Eu estranho a sua pergunta Senhor Deputado. Em primeiro lugar, o Senhor Deputado é além de Deputado da Assembleia Municipal, Deputado da Assembleia da República, portanto o Senhor Deputado sabe, sabe que em última análise a constituição da República nos seus direitos, liberdades e garantias consagra o principio da liberdade de expressão e de propaganda política, Senhor Deputado. E portanto esse é um principio, esse é um principio base inultrapassável, naturalmente quanto a outra legislação decorrente e acessória que, regulamenta o exercício dessa liberdade.

Relativamente a outra legislação que regulamenta o exercício desse direito, desse direito, naturalmente que estabelece os espaços, as condições em que a liberdade é exercida e não é exercida Senhor Deputado.

Esses placards existem na Amadora, existem em todos os sítios do país, Senhor Deputado! Existem em todos os Municípios do país, Senhor Deputado! Existem em todos os Municípios do país e não são exclusivos do PCP, Senhor Deputado! A Câmara Municipal também utiliza muitos placards, às vezes até em parques, em parque, em jardins e parques públicos, placards



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

também para informação, e digo-lhe, e digo-lhe legitimamente, o principio da liberdade e da informação, é um principio importante, que deve ser naturalmente salvaguardado, portanto não me parece, não percebo o sentido da sua exposição.”

Senhor **Deputado Armando Paulino**: “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados.

Eu já uma vez aqui transmiti um episódio sobre estes cartazes a quem chamei de acorrentados, as pessoas ficaram muito escandalizadas, ficaram até, muita gente aborrecida comigo e com a expressão, mas na verdade ainda bem que um tempo depois estamos de acordo, ninguém sabe a quem pertence em oficialmente, e o que está aqui em causa, é que obrigatoriamente e falamos tanto em legalidade, em constituição da república, em fim.

Arvoraram-nos aqui os direitos, e os direitos dos outros, daquelas pessoas que não querem ser, obstaculizadas por aqueles cartazes e quem o direito de saber a quem pertencem legitimamente. É obrigatório que estejam identificados e isso não estão, em legalidade não estão, é obrigatório! O Senhor Deputado se for ver um qualquer placard da Red ou de outra empresa qualquer tem informação em determinada zona do placard, não se pode rasgar Senhor Deputado, tem que ser uma coisa que seja fixa tal como o resto da estrutura. Até é tudo metálico, façam o favor de lá colocar uma chapa metálica a dizer: propriedade do Partido Comunista Português, e está ao abrigo do Decreto-lei não sei quantos ou do artigo não sei que mais da Constituição da República, e aí ficamos todos informados, que de facto quando o circo Chen, ou qualquer outro invento lá estiver anunciado está ilegalmente, está ilegalmente e a Câmara pode actuar, no sentido de actuar de uma forma direccionada, não é?, e os Senhores já não se sentem discriminados. E eu disse isso aqui na altura, de facto ficaram muito aborrecidos comigo, porque eu lhes chamei de acorrentados, mas na verdade, eu a única coisa que me incomoda é que, esta cidade está de facto inundada e não me venha dizer que é pelo país fora, porque eu posso-lhe dar aqui três ou quatro exemplos, onde as Câmaras foram extremamente radicais e aí não sei qual foi a posição dos meus amigos, mas onde as Câmaras mandaram retirar por e simplesmente, todos aqueles placards, consideraram de ilegal, e estão à espera das decisões do tribunal.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

A nossa Câmara aqui, foi um pouco mais cirúrgica, com certeza, se supostamente, com certeza que tem que ser, mas os Senhores é que têm que repor a legalidade nos vossos materiais, os placards não são vossos? Se os placards são dos meus amigos, os meus amigos identificam-nos e ficamos a saber logo quem é que está a utilizar ilegalmente, se são os circos, se são os concertos, se quem é! Agora aquilo, isto é uma mescla, um dia passamos por um placard daqueles e vimos jornada de luta do não sei quantos, Partido Comunista Português, no outro dia vimos Festival de Rock não sei de onde, quer dizer, tenham paciência! Não sei se rasgam, Senhor Deputado, eu nunca vi os dos circos rasgados, eu nunca vi, e posso pôr aqui em causa se de facto o que aqui está é, pode estar aqui encapotável um sistema qualquer semi-comercial, há aqui um consentimento do proprietário. No meu carro, na minha propriedade ninguém vai aplicar sem minha autorização qualquer publicidade de qualquer circo, não vão com certeza! Não vão! Não os Senhores é que estão a entrar, os Senhores é que estão a ficar incomodados com a situação. Aquilo que se reclama aqui, aquilo que se reclama é em termos; com certeza que a publicidade que lá está dos concertos, e dos outros inventos é publicidade comercial, ninguém cobra, ninguém cobra de certeza, ninguém cobra, com certeza que não!”

Senhor **Deputado António Carixas** (pedido de esclarecimento): “Sou obrigado a fazer um pedido de esclarecimento já que não posso fazer uma intervenção. O Senhor Deputado pôs aqui duas questões, ou várias questões, mas duas essenciais que vou reduzir em duas. E os meus direitos, os nossos direitos, ou dos nossos direitos neste capítulo, estão consagrados na Lei noventa e sete, oitenta e oito, de dezassete de Agosto.

Aconselho o Senhor Deputado, os Senhores Deputados, que acham que isto ultrapassa, não sei quê os nossos direitos, eu aconselho a ler a lei, e aconselho à pouco tempo, meia hora, meia hora não, mas à duas horas atrás a ler, estive a ler, estive a ler uma declaração da Comissão Nacional de Eleições sobre este problema, sobre esta questão. Tenho aqui o resumo se quiser do que diz, e, diz nomeadamente que a fixação de mensagens de propaganda eleitoral é livre, é livre, exactamente, exactamente...” (interrompe o Senhor Presidente da Assembleia)

O Senhor **Presidente da Assembleia**: “António eu peço desculpa! Colegas eu peço desculpa, peço desculpa, António sabes que não é meu timbre, se queres fazer uma intervenção tens tempo, no tempo do teu partido, se queres fazer um pedido de esclarecimento, faz favor, é que a partir de agora, o que toca aos pedidos de esclarecimento tenho de vos parar, porque senão vocês fazem intervenções sucessivas, todos vocês! Portanto agradecia que, fizesse o pedido de esclarecimento e se queres fazer uma intervenção tens tempo. Estou a sugerir, não é para ti, não é direccionado para ti, todos os Senhores Deputados, porque senão começamos a utilizar os pedidos de esclarecimento como segundas intervenções, terceiras intervenções e é impossível de gerir a Assembleia.”

Retoma o orador: “Portanto perguntei ou tentei perguntar ao Deputado, se sabe a lei, o que é que diz a lei noventa e sete, noventa e oito e declaração da Comissão Nacional de Eleições? Segunda questão, não acha possível que a propaganda política, seja de quem for, que está fixada, seja rasgada por outros, como por qualquer outra pessoa pode ir ali ao Jardim Delfim Guimarães e rasgar a propaganda, passo a expressão, vais ser, é um pouco violenta, admito que a Câmara Municipal que tem ali, eu posso chegar lá, não vou fazer isso, e rasgo e depois alguém coloca-la alguma coisa de publicidade, comercial. Não acha possível isto acontecer? Foi com certeza isso que aconteceu, não sei! Pergunto ao Senhor Deputado senão acha que isto é possível? Agora insinuar que nós fazemos isto, ou alguém faz isto, para ganhar alguma outra coisa a nível comercial é que eu acho lamentável.

Estamos aqui a lidar com questões sérias, sérias, Senhor Deputado e o Senhor Deputado entrou por caminhos que não parecem muito sérios, não me parecem.”

Senhor **Deputado Armando Paulino** (resposta ao pedido de esclarecimento): “Senhor Deputado Carixas, atenção a uma coisa, é que de facto o que aqui está em causa, vamos lá ver se os meus amigos conseguirem ouvir calmamente, se conseguirem ouvir calmamente, eu explico aqui mais uma vez.

O que está aqui em causa independentemente de nós de gostarmos ou não gostarmos, daqueles mamarrachos que estão espalhados pela cidade, agarrados aos postes, em cima dos cruzamentos, nalgumas situações que quebra visibilidade e que obstaculiza a circulação de peões, numa altura em que nós falamos de uma cidade; está nervosa minha amiga, tenha calma, pode vir aqui dizer o que lhe vai na alma, o Senhor Presidente deixa, tem tempo; naturalmente que cada um de nós tem o direito à indignação, e pode indignar-se daquilo que muito bem entender.

Agora para mim, e os meus amigos são de facto quem mais reclama da legalidade, não me parece de bem, que o vosso partido continue ater espalhado pela cidade uns cartazes que não estão devidamente identificados, porque a lei, não estamos a falar de rasgar coisa nenhuma, a lei obriga, a Câmara quando faz o licenciamento dos outdoors, a pessoa que requer o licenciamento, porque o meu amigo vem falar em campanha eleitoral, estamos sempre em campanha, estão sempre em festa! Há sempre campanha, pois há sempre possibilidades de um dia haver eleições, há sempre essa possibilidade, mas qual é o problema dos Senhores identificarem os cartazes? Não estão identificados! Os Senhores identificam os cartazes, os placards e as pessoas que se querem indignar pelo facto daquilo existir na via pública, sabem com quem se aonde indignar, ou nós andamos aqui a dormir, com certeza que os Senhores sabem que aquilo é uma matéria controversa, e não querem assumir o ónus por parte da população, de estarem a pulverizar a cidade, os Senhores não querem assumir o ónus, eu percebo isso, das pessoas olharem e dizerem: de quem é este mamarracho que aqui está? É do partido tal, estes gajos de facto, sinceramente, quem os ouve, não é verdade? Então façam o favor de identificar, identifiquem os cartazes tal e qual como é obrigatório, os Senhores não estão a quer perceber, vocês também têm essa habilidade! Eu reconheço, não vos interessa perceber.

É preciso que isto se perceba a quem pertencem aquelas coisas que estão acorrentadas aos postes, e que têm lá aquele tipo de mensagens. De facto, e em relação ao esquema publicitário, eu peço desculpa se o meu amigo interpretou por acaso, o Senhor Deputado interpretou o facto de estar aqui a insinuar algum tipo de negócio, os Senhores são incapazes disso, eu sei isso! Não, claro que sei! Tenho uma opinião formada, já ando cá a tantos anos,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

por amor de Deus, agora há alguém que se pode aproveitar disso! Não quer concordar? Claro que alguém se pode aproveitar, porque se forem afixar num edifício onde diz afixação proibida estão sujeitos à coima e à chatice, se forem afixar ali ninguém os chateia, nem os proprietários do placard. Muito Obrigado.”

Senhor **Deputado Carlos Almeida** (pedido de esclarecimento): “Eu imaginei quando o Senhor Presidente da Junta da Brandoa veio aqui falar, pensei que vinha invocar qual era a disposição legal ao abrigo da qual cobra estacionamento no Fórum Luís de Camões, mas pelos vistos não foi.

Mas, eu então reformulo a pergunta de outra maneira, não, isto é uma afirmação Senhor Deputado, eu não faço insinuações Senhor Deputado, eu não faço insinuações, eu o que tenho a dizer afirmo Senhor Deputado.

Mas então eu reformulo a pergunta de outra maneira, qual é a disposição legal, ao abrigo da qual, a Câmara Municipal entendeu dever remover da via pública propaganda política do PCP? E tem razão, foi uma operação cirúrgica e dirigida contra o PCP. A pergunta é esta: Qual é a disposição legal, ao abrigo da qual, o Senhor Deputado entende que a Câmara Municipal tem o direito de tirar da via pública propaganda eleitoral, propaganda política, Senhor Deputado? E já agora também gostava de saber, à pouco não sei se, o Senhor Presidente ainda não falou disso, mas já agora queria saber então quando é que o Senhor Presidente da Câmara, se disponibiliza a devolver o equipamento e o material de propaganda política, que é propriedade do PCP, e que foi indevidamente removido da via pública e com a qual a Câmara Municipal se, enviou não se sabe bem aonde. Muito obrigado.”

Senhor **Presidente da Assembleia**: “Está a ver como não lhe devia ter dado a palavra, não lhe devia ter dado a palavra, está a ver.

Não pode ser, porque é impossível gerir a Assembleia. Carlos é impossível gerirmos a Assembleia. Minha Senhora, estou a dar os alertas necessários, são com certeza, com certeza, mas o Senhor Deputado, não, é que fez uma pergunta ao Senhor Deputado, que o Senhor

Deputado não tem competência para responder, funcional, e portanto uma pergunta dessas que implica ter uma resposta, obviamente que eu sou obrigado a dar a palavra ao Senhor Presidente de Câmara para responder à pergunta que o Senhor formulou. Toda a gente invocou legislações, Carlos toda a gente invocou legislações.”

Senhor **Presidente de Câmara** (resposta ao pedido de esclarecimento): “Muito obrigado Senhor Presidente. Primeiro Senhor Deputado, a Câmara não retirou nenhuma propaganda política de nenhum partido, primeira questão. Não há nenhum painel com propaganda política seja anunciar o que for, seja a greve, a indignação contra o governo, o que quiser e que a Câmara retirou. O que a Câmara retirou foi painéis, não identificados, com publicidade pura e dura, ponto final.

O Senhor Deputado diga-me lá qual foi o painel que eu retirei onde tinha propaganda política? Nenhum. Até podia dizer: desconheço quem é o proprietário daqueles painéis. Até podia dizer desconheço, não desconheço porque sei que são vossos, eu sei, se calhar muita gente não sabe, mas eu sei, por isso sei, e por isso nós o que retiramos foi de facto painéis com publicidade comercial. E digo ao Senhor Deputado, que me diga um que não seja comercial que tenham retirado, e por isso os painéis são devolvidos a quem me provar pertencer como é evidente, os Senhores Deputados vão dizer que é vosso, e vão ter que atestar que retiramos X painéis e que vamos devolver.

Mas há uma questão que lhe quero dizer, ninguém é contra a questão da propaganda política, como é evidente, desculpe nunca me ouviu dizer que sou contra a propaganda política, agora também é preciso haver regras como o Senhor Deputado sabe, e estamos de acordo sobre isso, e há princípios onde as regras são definidas, regras de igualdade para toda a gente, e ter determinados princípios. E isso que eu acho, em tempos, e vou-lhe alertar a memória, em tempos, havia uma proposta, que eu acho que vale a pena se calhar voltarmos a discutir, no âmbito da própria Assembleia, em relação às regras de fixação, publicidade e propaganda política, onde haja regras claras, onde haja zonas se calhar como noutros Municípios, o Senhor Deputado também já sabe, em determinadas zonas não é permitido mas há zonas alternativas e espaços alternativos, totalmente definido. E não tem mal nenhum que seja todo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

o ano, porque é assim, eu acho que uma coisa é propaganda política, outra coisa é propaganda eleitoral, são questões diferentes. Agora, eu acho que os partidos também têm direito à propaganda política, independentemente de haver eleições ou não, mas também temos que definir as regras, eu acho que é bom, acho que era uma discussão e desafio a Assembleia, que acho que é uma altura que temos de sentarmos à Mesa, e de discutirmos isto seriamente, abertamente e sem nenhum complexo, e sem nenhuma paixão ou desapaixonadamente. Acho que é a altura, para sabermos quais são as regras para todos, acho que é importante que assim seja e era essa a nota que vos queria deixar.”

Senhor **Presidente da Assembleia**: “Senhor Presidente Jaime Garcia, tenha a bondade. Espero que vamos outra vez discutir descentralização de competências e de gestão do Polidesportivo da Cova da Moura para a Junta de Freguesia da Buraca, Senhor Presidente. É para esse efeito que lhe dou a palavra.”

Senhor **Presidente Jaime Garcia**: “Senhor Presidente, garanto-lhe que volto à matéria. Eu penso que este tema, será um tema que daria para uma Sessão total, e daria pano para mangas seguramente, e eu não vou entrar por essa via, vou ao tema actual, até porque tenho aqui alguma resposta para dar.

Agradeço ao Senhor Presidente, não é muito o meu género este trocadilhos aqui, de nos elogiarmos um ao outro, mas de facto também não foi menos verdade, que antes de eu vir para aqui, e antes deste protocolo vir à Assembleia, teve a concordância quer da Junta quer da Câmara, eu já expliquei isto, e foram analisados muitos prós e muitos contras. Evidente, até porque atendendo ao local, agora é evidente que, quando nos é perguntado: para quando o acabamento daquela situação? Já foi respondido. Evidente, mas também não é menos verdade que é preferível não estando aquilo acabo mas tendo alguma gestão de proximidade, como é o caso, que permitirá seguramente não tendo as condições plenas, mas tem pelo menos algumas condições para ser descentralizado. É preferível do estar votado ao abandono, seguramente a Câmara não o fará, como não tem feito até aqui, mas se temos de fazer a descentralização, até porque ele ainda tem de ir à Autarquia, não é? É evidente que, estas situações são situações

que, requerem que quanto mais tempo estiver abandonado pior para a destruição do equipamento.

O Regulamento vai ser elaborado, não tenha dúvidas e vais ser elaborado com os contornos normais e habituais que permitem igualdade de circunstâncias, as associações, às escolas, aliás as escolas até vão ter preferência em determinados horários como calcula, não é? Quanto ao recrutamento de pessoal isto é simples, não tem nada que saber, isto rege-se pela função pública, é feito um anúncio público, é feito, as pessoas concorrerem e aquele que achar que tem as melhores qualidades e valores mediante aquilo que for definido por um júri, que por sinal não faço parte, desde a primeira hora nunca fiz parte de júri nenhum, mas que farão parte pessoas que estão ligadas ao ramo, como técnicos inclusive que temos na própria Junta de Freguesia, isto não tem nada que saber, é claro, transparente, como tem sido todos os concursos públicos que são realizados. Quem quiser concorrer concorre, se a menina também quiser, se a Senhora Deputada quiser concorrer, se calhar não reunirá as condições, porque às vezes é preciso tomar ali posições drásticas, mas as mulheres agora já estão a tomar!”

Senhor **Deputada Cláudia Cardoso** (pedido de esclarecimento): “O pedido de esclarecimento é muito simples Senhor Presidente.

Em sede de comissão relativamente ao recrutamento desta pessoa, aquilo que acaba de dizer faz todo o sentido, acontece que, o que foi dito pelo Vereador Eduardo Rosa é que esta pessoa provavelmente iria ser alguém do bairro, com determinadas características de autoridade, e o que eu pergunto é então isso vai completamente, não vai de acordo que acabou de dizer. Aquilo que acabou de dizer a nós faz-nos todo o sentido, portanto o meu pedido de esclarecimento é: aquilo que foi dito de facto não faz sentido, é isso? Percebe a minha questão?”

Senhor **Presidente da Câmara**: “Era só a questão, porque eu acho que isto, permitam-me a expressão, não penso que essa pergunta e a forma devia ser dirigida ao Senhor Presidente da Junta, como é evidente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Aquilo que é a interpretação que foi feita é aquela que o Senhor Presidente fez aqui, não me parece e penso que não era esse o objectivo, sequer ou menos, que seja a Câmara Municipal a condicionar quem o Senhor Presidente da Junta vai admitir, ou quem é destinado, como é óbvio. Como eu não assisti à reunião, não sei em que contexto, como é que foi dito, mas se foi dito é evidente que não pode, porque uma entidade que compete fazer a admissão é Junta de Freguesia e não é a Câmara que deve direccionar para quem é, porque caso contrário não havia concurso. Muito obrigado.”

Senhor **Deputado Jorge Nunes**: “Sem querer-me desviar do tema, eu queria reivindicar aqui o meio direito à indignação, porque julgo que também está contemplado na Constituição da República, direitos, liberdades e garantias. Porque, a minha indignação tem haver, quando se discutem Regulamentos e estas questões da descentralização, vêm-se aqui apelar à questão dos Regulamentos, aqui não se apelou muito, porque era o caso da Buraca, passou-se um pouco pela rama e desviou-se ali para o lado da Brandoa, com uma situação muito concreta. Quando se vem discutir, somos todos muito bem comportadinhos, agora a relação, e eu acho que isso devia ser igual em todas as situações. Agora em relação à questão da propaganda, eu quero aqui dizer, que foi aqui dito que não houve condescendência por parte da Câmara, que a Câmara não teve o respeito por informar o partido, eu quero aqui lembrar da quando da inauguração do metro foram colocados várias placards destes, têm registado na vossa organização concelhia um ofício meu, no sentido da remoção daqueles painéis, eu estive lá directamente e até disse isto: do ponto de vista estético, até fica mal, não é? Disseram-me: isto é de propósito que é para chamar mesmo à atenção. E eu depois intercedi, porque tive uma resposta negativa e depois intercedi junto até do vosso camarada que na altura estava no executivo comigo no sentido de que realmente havia ali sítios que eram sítios de passagem, as pessoas caíam e isso tudo.

Agora, eu apelo aqui à Câmara que efectivamente isto seja regulamentado, porque a lei contempla efectivamente direito à propaganda política, em locais definidos pela Autarquia, pela Câmara, isto está na lei, eu não tenho agora aqui, mas posso-vos mandar, eu mando-vos, não é verdade, não esteja com o é verdade, vocês tem a vossa verdade, eu tenho a minha,

tenho a minha ou tenho a da lei, quero apelar aqui à Câmara, porque a Câmara tem que efectivamente regulamentar, porque estamos aqui numa situação a prolongar-se de uma situação de, caso um crime organizado do ponto de vista destes indivíduos que colocam esta publicidade em cima da propaganda do partido, porque vão ao pormenor das dimensões serem exactamente ao milímetro iguais às outras.”

Não havendo mais intervenções, o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade com 35 votos (Documento anexo à presente Acta).

6 – Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“Projecto de Regulamento dos Mercados Municipais e Venda Ambulante no Município da Amadora (Proposta n.º 418/2006)”*.

O Senhor **Presidente da Assembleia** informou que a Comissão de Desenvolvimento Económico, Finanças e Administração reuniu e emitiu parecer que vai ser lido pelo Senhor 1.º Secretário (Documento anexo à presente Acta).

O Senhor **Presidente da Câmara** prescindiu da palavra.

Senhor **Rita Guimarães**: “Boa noite a todos os presentes, em relação a este projecto de regulamento dos mercados municipais e da venda ambulante no Município da Amadora temos a dizer que: que estamos de acordo, no entanto parece-me importante colocar aqui algumas questões, nomeadamente sobre a falta de dinamização que tem ocorrido em alguns mercados, e, o que envolve de certa forma a política exercida em relação a esta questão no Município da Amadora.

E inclusive também a questão da, o fecho de alguns mercados que estão a ocorrer no nosso Município. Portanto este regulamento é importante até para a própria dinamização que se tem que imprimir a este tipo de estabelecimentos, no entanto parece-nos premente e questionar alguns casos que estão a acontecer no Município como por exemplo: neste momento o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

mercado da Buraca que também está a ter alguns conflitos e a própria dinamização, a falta de dinamização que as Juntas de Freguesia imprimem a estes estabelecimentos. Tenho dito.”

Senhor **Presidente da Câmara**: “Senhor Presidente, eu gostaria em primeiro lugar ... (interrompe o Senhor Presidente da Assembleia) ...”

Senhor **Presidente da Assembleia**: “Senhor Presidente, o Senhor Deputado Paulino também se inscreveu, não sei se quer falar só no fim, ou se quer falar já, uma a uma, como quiser Senhor Presidente.

Então dá-vamos a palavra, não tenho mais inscrições, só tenho o Senhor Deputado Paulino e o Senhor Presidente fechava, para não estar outra vez a responder.”

Senhor **Deputado Armando Paulino** (pedido de esclarecimento): “Senhor Presidente é mais para fazer uma interpolação à Senhora Deputada Rita.

Enquanto Presidente de Junta, e responsável pela gestão do mercado, senti-me aqui visado e gostava que fizesse o favor de explicar; e deixar no ar em termos de insinuação não me parece bem. O que é que se passa? O que é que tem a dizer sobre a gestão dos mercados que estão à responsabilidade das Juntas de Freguesia? Quais são as deficiências que encontrou? Para que nós pudéssemos aqui, não sermos julgados sem defesa, porque não é isso que pretende de certeza absoluta, mas naturalmente para fazermos a nossa defesa enquanto visados.

O meu colega da Buraca com certeza que também querará saber o que é que se passa, somo duas Juntas de Freguesia, que estamos a gerir dois mercados e queremos que conclua, queremos, o meu colega da Damaia por acaso não está, mas em fim, é uma questão que podem colocar também. Agora não ficaria bem, eu não ficaria satisfeito naturalmente e a Senhora Deputada também não é isso que quer, é que não houvesse aqui um esclarecimento cabal sobre aquilo que os Senhores entendem ser má gestão, e feita pelas Juntas de Freguesia num ataque natural, permita-me que assim o entenda, aquilo que é a gestão feita pelas Juntas

de Freguesia na área dos mercados, já começamos pelo Fórum e pelo parque de estacionamento, vamos para os mercados, naturalmente não vos estou a conhecer enquanto o ataque às Juntas de Freguesia e ao modelo de gestão. Muito obrigado.”

Senhora **Deputada Rita Guimarães** (resposta ao pedido de esclarecimento): “Não foi qualquer tipo de julgamento, deduzo que tenha sido mal interpretado, foi mesmo uma questão e concretamente dirigida à falta de dinamização dos espaços que existem nalguns mercados no Município da Amadora, e especifiquei o caso da Buraca, que nós temos conhecimento que tem havido alguns problemas, designadamente o próprio mercado está com falta, portanto não é colocada a leilão as próprias bancas, e tem havido alguns conflitos com os próprios comerciantes e uma vez que nós estamos a discutir este projecto e é importante para o Município da Amadora, acho que há uma série de questões que também estão inerentes a este próprio projecto.”

Senhor **Deputado Jaime Garcia**: “Senhora Deputada, a Senhora vai ter que me exemplificar aqui qual é o conflito que há com os comerciantes. A Senhora não estará errada? Não andará ali a acicatar os ânimos? Para que sejam entre eles a fazerem a cena? Desculpe lá, por amor de Deus, eu não gosto de ser tratado assim meu caro! Desculpe lá! É que quando fizerem aqui afirmações a meu respeito e sobre a minha Freguesia têm que o fazer com base fundamentadas, não as podem fazer apenas de ânimo leve, para vir aqui do “fait divers”, desculpe lá! Vamos tomar um conta, e agora vou-lhe responder sobre o mercado da Buraca. O mercado da Buraca como qualquer um dos outros todos minha querida, são mercados inoperacionais, não há, não existe, não paga sequer a despesa, não paga, por mais bancas que a Senhora licite, e mais, todas as pessoas que lá estão, só tem viabilidade porque pagam aquilo que pagam, porque se pagassem o justo valor, como paga por exemplo o mercado de Benfica, já todos eles tinham falido.

E é isso, que nós devíamos ter coragem para o fazer, para não passarmos ao plano B, percebe? Porque o plano B, como sucedem nos mercados onde têm presidência das suas Senhoras, está a perceber? Onde têm as presidências do PC, o caso concreto da Amora, por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

exemplo, o exemplo cabal, teve que ser transformado de outra forma e a Câmara de Almada teve a coragem para o fazer, que é o que se calhar surgirá com o mercado da Buraca, e se calhar a curto prazo terá novidades sobre essa matéria. Porque agora está preocupada com o mercado da Buraca, quando nós na Comissão Social de Freguesia temos na Comissão Social de Freguesia, na Junta de Freguesia, na Assembleia de Freguesia temos a consciência plena do que é que vale e o que é que pode ser feito no local. Isto não é gerido à distância e que tem a varinha de condão para resolver o problema, percebe? A questão que se põe ali é que, não há vendas, as pessoas não vão ao mercado, têm alternativas suficientes para não irem ao mercado, e por sua vez implica que, os comerciantes não tenham as vendas que desejariam ter. Não é por questões várias, e olhe que se investe muito dinheiro no mercado minha querida, percebe? Investe-se muito dinheiro e a Câmara investiu durante muito tempo, infelizmente a Junta agora está a investir algum, mas também vai parar a curto prazo, porque aquilo vai ter que passar ao plano B, não tenha dúvidas nenhuma. Agora não venha aqui por favor acusar que há conflitos com a Junta de Freguesia, olhe, ainda lhe vou dizer mais Senhora Deputada.

Desculpe Senhora Deputada, eu vou-lhe dizer ainda mais, quer ver? Olhe nós vamos ao ponto de quando há feriados não fechar o mercado, percebeu? Portanto o conflito que existe é tão só este. Sabe porquê? Porque normalmente pode-se negociar com os trabalhadores para que efectivamente cedam nessa conformidade, e se os trabalhadores acederem a essa conformidade até se faz, portanto não há conflito absolutamente nenhum, percebe? Portanto o que está aqui em causa é que de facto os mercados não têm viabilidade.”

Senhor **Deputado Carlos Almeida**: “Muito obrigada Senhor Presidente, Senhor Deputado Armando Paulino parece que nervosos não somos nós, parece que os Senhores Deputados é que estão nervosos. Vamos ver se nos entendemos, aquilo que a minha camarada Rita Guimarães aqui veio colocar foi, colocar à discussão desta Assembleia um problema que afinal, a intervenção do Senhor Presidente de Junta de Freguesia da Buraca confirma que existe. Existe um problema que tem haver com a imagem que os mercados têm e a necessidade que existe, de por um lado a Câmara e as Juntas de Freguesia e naturalmente os

órgãos do Município reequacionarem a função dos mercados, e projectaram a sua actividade. É evidente. Portanto se este problema existe, nada mais legítimo e nada mais correcto que o problema seja colocado para exame, à propósito e surge justamente da discussão do projecto de regulamento dos mercados municipais.

Aquilo que foi colocado tem haver exactamente com isso, e não se venha depois justificar com outros argumentos. De facto o problema existe e se o problema existe, interpela e responsabiliza todas as forças políticas, com responsabilidades nos órgãos do Município e das Juntas de Freguesia, e, portanto está colocado a todos a necessidade de responder a esse problema, é tão só isto.”

Senhor **Deputado António Carixas**: “Parece que quando nós levantamos alguma questão aqui, parece que há assim um levantamento de rancho ou coisa no género. Eu tenho ouvido hoje aqui coisas extraordinárias, tenho ouvido coisas extraordinárias, a sério, é a minha convicção se calhar o erro é meu, admito que o erro é meu, admito perfeitamente.

Agora, dizer, inventar leis como aqui um Deputado disse: a lei sou eu, ou quase disse que a lei sou eu. O que nós pretendemos aqui e estamos de acordo com o documento, estamos de acordo com o documento, é de facto levantar esta reflexão, e não é a primeira vez, aliás já à pouco tempo dissemos isto aqui ao Senhor Presidente da Câmara, era bom que se fizesse uma reflexão, e o Senhor Presidente da Câmara na altura manifestou alguma disponibilidade para fazer esta reflexão sobre o futuro dos mercados municipais. Penso eu que revelou essa disponibilidade.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Buraca, penso que interpretou mal as palavras da minha camarada, o que ela pretendeu dizer é que, é preciso reflectir sobre estas questões, e há coisas nas Juntas que de facto estão perante situações complicadas. Eu fui membro de uma Junta de Freguesia e foi a primeira Junta de Freguesia que geriu um mercado, um mercado na Amadora, portanto é bom que alguns Senhores Presidentes da Junta não venham agora argumentar outra coisa qualquer, também sei como o Senhor Presidente da Junta que de facto as dificuldades são imensas na gestão, são imensas. E foi neste sentido. É estamos a aprovar um documento e não reflectimos sobre esta questão fundamental, porque é o futuro dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

mercados municipais, e se há questões, há problemas, ó Senhores Presidentes de Junta, de facto há problemas e temos que admitir que há problemas, há sempre comerciantes que estão satisfeitos ou insatisfeitos. É natural que na Buraca ou na Venteira, que é outro mercado que está em grandes dificuldades, já o estava na gestão CDU, já o estava na gestão CDU, não é hoje na gestão PS/PSD, melhor PSD/PS, já no tempo da CDU era assim, era difícil e era bom reflectir sobre essas questões, e parece que os Senhores Presidentes de Junta, alguns pleno menos ficam um pouco preocupados com as nossas questões, não entendo, não entendo esta vossa posição, não consigo entender, era bom que fossemos mais abertos na discussão.”

Senhor **Presidente da Câmara**: “Senhor Presidente permita-me esta expressão: eu acho, permita-me a expressão em dizer isto à Senhora Deputada Rita, tem todo o direito de fazer a intervenção que fez, política que fez.

A propósito do regulamento não parece e quero dizer a minha opinião, não parece que fizesse sentido, podia o ter feito, e acho que o deve fazer, numa Assembleia quando o quiser fazer perante um tema qualquer, até período antes da ordem ou quando quiser, acho que estamos bem à vontade. Até porque dá a ideia, que nós durante um tempo, apenas nos preocupamos como os regulamentos esquecendo o resto.

Senhora Deputada, é assim, eu digo-lhe isto, e tenho pena de o dizer, porque não está aqui o Vereador João Bernardino.

A questão dos mercados, é uma questão que andamos a analisar à bastante tempo, e é uma questão para a qual naturalmente a Câmara tem uma opinião, tem uma opinião, e tem uma opinião que tem haver com a actual situação com os mercados que temos, e hoje em dia o que é a resposta que os mercados dão em relação às necessidades das pessoas. Isto é preciso muito trabalho, inclusivamente é preciso trabalho, um trabalho junto dos próprios, pessoas do próprio mercado, os vendedores, como sabe, e por isso sobre esta matéria definimos um conjunto de princípios, desde logo há mercados que vamos investir na recuperação dos mercados, tendo em conta que há mercados apesar dos problemas têm clientes, tem pessoas que vão todos os dias ao mercado, e por isso existe naturalmente uma procura e uma oferta, e vamos falar a sério, e a Senhora Deputada também conhece tão bem quanto eu, penso eu, que

9.

é o mercado dos salgados, da Falagueira e o mercado da Mina. Estes são dois mercados tendo em conta as características dos próprios utilizadores, em fim, que são pessoas mais idosas, mas são pessoas que todos os dias vão ao mercado, e por isso existe resposta e por isso não faz sentido acabar com esses mercados, nem de mudar a filosofia. Faz sentido investirmos do ponto de vista do espaço, no sentido de tornar o espaço com outras condições, melhores condições para quem lá está e também faz sentido tomarmos algumas medidas, nomeadamente como todos sabemos em relação aquilo que se passa com a venda ambulante, nalgumas zonas destes mercados e sobre isso estão a ser tomadas medidas que, inclusivamente já tinham sido vistas com o Vereador João Bernardino quando tinha o pelouro dos mercados.

Há mercados que estão descentralizados nas Juntas de Freguesia, e que estão, uns têm uma situação, outros têm outra. Eu vou-lhe dar alguns exemplos: um exemplo, mercado dos Moinhos da Funcheira, não está descentralizado em lado nenhum, o mercado da Damaia, da Damaia de Cima que não está descentralizado na Junta, mercado da Reboleira, são os três mercados que não estão descentralizados, tirando aqueles dois que já falei, e aliás eu acho que em relação ao mercado da Falagueira e ao mercado da Mina, depois de se fazer uma intervenção, que a Câmara tem que fazer de investimento, faz todo o sentido de criar condições para podermos descentralizar nas duas Juntas de Freguesia, estou-lhe a dizer isto com toda a franqueza, e com toda a abertura.

Em relação aos outros mercados, nomeadamente o mercado dos Moinhos da Funcheira só quem não conhece o mercado dos Moinhos da Funcheira, é que se atreve a dizer que aquilo é um bom espaço que aquilo é um espaço que serve a população nomeadamente qualidade não serve ... (mudança de cassete) ... e de facto não só dos produtos, mas também atendendo às características da população geralmente pode ir àquele mercado. E sobre isso há vários campos e sobre isso não temos que ter nenhum complexo, penso que nem nós nem os Senhores Deputados da CDU tal e qual como não têm noutros concelhos como é evidente, cada caso é um caso tem que ser analisado, e tem-se que encontrar soluções no sentido de servir melhor os interesses da população, é esse o objectivo. Esse é um dos casos que temos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

que analisar, digo-lhe já, porque por mais que se gaste não há solução em relação à fórmula, e em relação ao equipamento, como sabemos.

Outro mercado que vale a pena pensar que é o mercado da Reboleira. O mercado da Reboleira é um mercado, quem conhece, está ali o Senhor Presidente de Junta que não tem a descentralização, mas sabe qual é a oferta que dá o mercado da Reboleira em relação à população. E da oferta que faz qual é a qualidade dos produtos que faz a oferta à população. E todos sabemos os problemas estruturais que aquele edifício tem, por isso também sobre aquela matéria temos que nos debruçar seriamente e em relação aquele caso também encontrar a solução adequada, não sei qual é temos que a discutir, agora aquilo que lá está não serve nem a população nem as pessoas que lá estão, e também não serve os interesses da Câmara como deve imaginar.

Em relação ao mercado da Damaia de Cima, é óbvio que é um mercado que pode melhor do ponto de vista da intervenção, pode e deve, deve melhorar temos que fazer algumas obras, fazer alguma intervenção, mas tem condições, vamos ser sinceros, serve uma população que utiliza o mercado. O mercado da Damaia de Baixo está descentralizado, eu tenho essa questão, uma grande discussão se, se justifica existir aquele mercado naquelas condições, se calhar não se justifica, é uma discussão séria que temos que fazer, como está não serve os interesses, e também seguramente não serve a própria Junta de Freguesia do ponto de vista financeiro.

Em relação à Venteira tem problemas, também teve, sempre teve problemas de obras, de responsabilização, há várias ideias. O que eu acho é que nós temos que, por exemplo vamos fazer um mercado novo, como sabe o da Reboleira, por isso o sinal não é, eu acho que os mercados não servem, não! É evidente que o mercado da Reboleira vai ter características diferentes, vai ter uma outra arquitectura, uma outra distribuição do próprio espaço, que permite que aquele espaço possa continuar a funcionar mesmo para além de uma hora, que eu acho que é isso. E depois temos que fazer aqui um trabalho pedagógico e de formação com o conjunto dos próprios comerciantes dos mercados, eles próprios também têm-se que adaptar àquilo que é hoje a nova realidade, as novas necessidades, aquilo que hoje as pessoas têm.

Todos sabemos que a maior parte das pessoas trabalham, saem de manhã entram à noite, tirando o sábado é impossível ir ao mercado, e por isso temos que ver o que melhor serve. E penso que esta questão, e penso que não foi esta a questão, eu penso ao mesmo tempo como crítica que a Senhora Deputada tivesse feito uma crítica aqui, que agora não se faz nada nos mercados, não há uma política em relação à gestão dos mercados. Esta é uma questão que nós temos pensado e estou-lhe a dizer isto, porque o Senhor Vereador Bernardino teve no mandato passado este pelouro e é uma das questões que estamos a reflectir e isto vem daquilo que foi a reflexão que fizemos a longo tempo, mas não há soluções, quer dizer não há uma única solução tem que haver várias soluções e cada mercado tem que ser analisado no contexto da sua localização, do seu estado, da sua clientela, e também do serviço que presta, eu acho que é nessa perspectiva que temos que trabalhar.

Agora, que a maior parte dos mercados como estão não servem a população, é verdade que não servem, uns por uma razão outros por outra, e nós temos que colmatar isso, o que nos interessa é que a população seja mais bem servida como toda a gente sabe. E temos que ser exigentes, e a Câmara tem uma obrigação de ser exigente, e aquilo que se vende nos mercados tem que ser de qualidade, não pode ser produtos naturalmente muitas vezes estragados e nós estamos a intervir como os Senhores Deputados também sabem nessa matéria através dos nossos serviços, em relação inclusivamente à apreensão de determinados produtos alimentares que estão colocados à venda sem ter nenhumas condições e impróprias para consumo e nós temos que actuar sobre essa matéria e também temos a obrigação da defesa da saúde pública, também é uma função que temos.

Por isso Senhor Deputado dizer-lhe: é evidente que este regulamento é importante a nível dos mercados e da venda ambulante, para regulamentar umas coisas, definir algumas coisas, agora o regulamento em si não resolve os problemas que temos nos mercados como é óbvio, é um contributo valorizador do funcionamento, mas não é o que vai resolver os problemas que temos nos mercados, porque cada mercado é um caso e cada caso naturalmente deve ser equacionado de forma diferente tendo em conta as características.

Penso que é estas notas que queria deixar Senhor Presidente.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Não havendo mais intervenções, o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade com 37 votos (Documento anexo à presente Acta).

7 – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do n.º 1 do Artigo 87.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da *“Proposta de Recomendação – Informação à População Sobre os Níveis de Ozono no Município da Amadora”*.

O Senhor **Presidente da Assembleia** informou que o agendamento deste ponto resultou de um pedido apresentado pelo Grupo Municipal do CDS/PP.

Senhor **Deputado João Paulo Castanheira** (apresentação do tema): “Muito obrigada Senhor Presidente, esta nossa proposta trata de um assunto que é os níveis de ozono, o ozono é como sabem ao nível da estrato esfera o nosso aliado, uma vez que é um filtro à radiação ultravioleta, mas que ao nível troposférico, isto é um nível em que nós vivemos é um poluente atmosférico, e esta não é uma discussão embora possa parecer à primeira vista, não é uma discussão apesar desta introdução, não é uma discussão estratosférica digamos assim, porque se trata de um real problema de saúde pública.

Diversos estudos que eu tive ocasião de consultar dizem que, por ano, os elevados níveis de ozono aceleram ou tornam prematuras várias centenas de mortos no nosso país e fala-se mesmo em cerca de quinhentas mortes prematuras por ano no nosso país resultantes dos elevados níveis de ozono que são cada vez mais um problema de saúde pública.

Existem como nós escrevemos na nossa recomendação, existe uma obrigação de informação da parte das autoridades de informação à população, no sentido de que, quando se ultrapassava um determinado limiar de alerta, são cerca de cento e oitenta microgramas de ozono por metro cúbico de ar, haja de facto uma informação à população.

A verdade é que, ao longo do último verão, isto é um problema que se coloca sobretudo durante o verão devido às altas temperaturas, nós tivemos sistematicamente na Amadora uma ultrapassagem dos limiares de alerta da população em relação aos níveis de ozono e a verdade

também é que, uma pequena parte apenas da população não foi de facto informada em tempo útil da ocorrência deste problema.

A informação quanto a esta matéria é uma informação que está disponível aliás online num site, e em tempo real ou seja todos os dias é possível consultar esta informação e há postos de recolha da qualidade do ar no Município da Amadora, existem dois postos de recolha da qualidade do ar, e portanto aquilo que nós defendemos aqui é que haja uma participação activa da Câmara Municipal da Amadora no sentido de, não se sobrepor mas sim de complementar a informação que já é veiculada, ou que deveria ser veiculada por parte nomeadamente da CCDR em relação a esta matéria, portanto propomos que haja aqui de facto, da parte da Câmara Municipal da Amadora digamos, uma actuação paralela, e aquilo que propomos, e a nossa proposta não é limitativa em relação às medidas a tomar, é apenas um alerta e sugere algumas medidas, entre as quais destacamos, a utilização dos painéis electrónicos da Câmara, nomeadamente semelhantes aos que existem aqui à porta da Câmara Municipal e que são uma coisa que as pessoas quando passam olham, e de facto, que se usem estes painéis para informar, meus Senhores, Senhora população hoje os níveis de ozono na Amadora estão superiores àquilo que é de facto o limiar de segurança, e portanto devem ser tomadas medidas de precaução nomeadamente, evitar a exposição demasiada ao ozono, evitar o exercício físico nestas condições, e pensamos que é uma forma de facto eficiente de, passar a mensagem à população.

Também utilizar o próprio site da Câmara Municipal da Amadora, e também utilizar a comunidade educativa, uma vez que um dos grupos de risco é, a nossa juventude nomeadamente nas escolas, e por exemplo: não devem ser feitas aulas de educação física ao ar livre em dias em que os níveis de ozono sejam, ultrapassem determinados limites e portanto achamos que também aí é uma das vias a utilizar nesta matéria.

Mas como digo a nossa proposta, não é uma proposta limitativa, é uma proposta digamos mais no sentido de alertar e de levar que a Câmara participe neste esforço de informação que julgamos que é um esforço importante, porque estamos em presença de facto de um problema, que é um problema real, de saúde pública e que, todas as autoridades



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

nomeadamente as autarquias devem de facto participar, na resolução desse problema ou pelo menos na limitação dos danos decorrentes desse problema.

É esse o espírito da nossa proposta, pensamos, tentamos que a proposta fosse consensual, obviamente sem deturpar o espírito da nossa proposta, estamos abertos que haja algum contributo positivo nesta matéria, porque de facto o essencial é que haja uma melhoria na passagem da informação à população. Muito obrigado.”

Senhor **Deputado Carlos Jerónimo**: “Boa noite Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Público. A proposta de recomendação sobre os níveis de ozono no Município da Amadora, apresentada pelo CDS-PP, é um tema actualíssimo e de relevância superior, convenhamos. Por isso e face à importância do tema, o Grupo Municipal do PS entende que seria importante, que a Comissão, que em sede de Comissão, esta matéria pudesse ser abordada na segunda Comissão, pudesse ser abordada de forma a que pudesse naturalmente ser debatida, discutida, e sobre a mesma ser feito uma reflexão profunda, porque a matéria em si justifica.

Trata-se de facto de uma proposta que tem entre outros méritos, reconheçamos, o de nos obrigar a reflectir sobre um tema incontornável do nosso tempo. O que diz respeito ao contendo problema das alterações climáticas.

O Grupo Municipal do PS partilha no essencial das preocupações constantes do documento, ainda que não acompanhe por completo, as referências que o mesmo faz em relação às pretensamente sucessivas concentrações de ozono no nosso território, que segundo o CDS-PP ultrapassariam os valores limites legalmente estipulados.

Senhor Deputado, eu tenho aqui algumas notas, sei que o Senhor também tem, mas dizer-lhe por exemplo: não deixando de ser grave obviamente, dizer-lhe que no período de dois mil e dois, dois mil e seis, ou seja, em cinco anos as nossas duas estações e somos à excepção de Lisboa o único Concelho que tem mais do que uma estação como sabe, registaram níveis de excelência, digamos, ao limiar de informação ao público, de em cinco anos, cinquenta e uma horas e no total de vinte e três dias, ou seja, em cinco anos as nossas duas estações registaram estes valores, é mau, mas em fim não é assim digamos, por isso não acompanhamos, não é

realmente uma situação, em fim, de grande dramatismo, por isso não acompanhamos como digo por completo as referências que o CDS-PP faz relativamente às sucessivas concentrações de ozono.

Assumimos no entanto por inteiro, o facto do ozono se constituir enquanto poluente atmosférico de natureza antropogénica, ou seja, resultante da actividade humana, numa enorme fonte de preocupação, quer em termos ambientais, quer em termos de saúde pública, nomeadamente no que concerne às metrópoles mais densamente povoadas, e é exactamente por isso, que entendemos que a questão deve ser tratada de uma forma rigorosa e séria, evitando-se o recurso a alarmismos despropositados, e sobretudo, o impulso mais ou menos consciente de aproveitamento político. Sejam os claros, os índices de concentração de ozono, tais como de quaisquer outros poluentes atmosféricos, como o monóxido de carbono, como as partículas inaláveis, as chamadas PM10, que são gravíssimas como sabe para a saúde pública, não constituem obviamente, nem como exclusivo do nosso Município, nem sequer os índices de poluição atmosférica medidas pelas nossas duas estações, referem qualquer tipo de discrepância, qualquer discrepância de fundo, antes pelo contrário, relativamente aos índices médios de poluição registados noutras estações, e noutros Municípios da nossa área geográfica.

Deixe-me dizer por exemplo Senhor Deputado, em dois mil e cinco as nossas duas estações registaram quer no número de horas, quer no número de dias dos mais baixos níveis de excedência de toda a área metropolitana norte. São dados concretos e objectivos como deve calcular.

Deve isso deixar-nos descansados à espera que outros nos venham resolver os problemas? – Não, não deve. E é por isso, que muito embora conscientes da fortíssima componente exógena do fenómeno, temos vindo a avançar com um conjunto de medidas que apostam sobretudo em campanhas de prevenção ambiental e em programas de educação e sensibilização para uma cidadania mais activa, consciente e responsável, nomeadamente junto do meio escolar. Para além da proposta de estabelecimento de protocolos de cooperação com a CCDRLVT, que permitam a elaboração de planos de acção conjuntos, visando uma mais eficiente monitorização e gestão da qualidade do ar que todos respiramos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, dentro de todos os gigantescos desafios que com que este século que começa inquietante e sombrio que nós vai confrontar, as guerras infundas, as fomes endémicas, as doenças infecto contagiosas, as migrações em massa, os fundamentalismos sobretudo os religiosos, os terrorismos porque não há só um, acrescente escassez de recursos, o envelhecimento populacional, a acentuação das desigualdades, o retorno ao nuclear, etc., etc., talvez seja o desafio relativo às alterações climáticas e ao aquecimento global do planeta, até pela transversalidade de problemas que o mesmo incorpora, aquele que nos deve merecer a maior das atenções. E nesta matéria, como magistralmente resulta do documentário, uma verdade inconveniente de Al Gore sobretudo ao que respeita à metáfora do episódio da rã, as nossas escolhas são simples e claras, ou alteramos radicalmente o nosso paradigma de desenvolvimento, assente em elevadíssimos consumos de energia combustível, carvão, petróleo e gás natural, e com isso os nossos próprios padrões de vida, apostando seriamente numa maior poupança de energia e de eficiência energética à par do recurso intensivo à utilização de energias renováveis, ou se estivermos impotentes, à mais previsível acentuação dos fenómenos atmosféricos extremos, e cada vez mais devastadores, que porão em causa, não tínhamos ilusões, a sustentabilidade do nosso modelo de desenvolvimento, comprometendo o futuro das próprias gerações.

Chegou a hora da verdade, porque nunca como hoje tiveram reunidas tantas condições para o combate a este fenómeno. As provas científicas são cada vez mais irrefutáveis, acrescente consciencialização, percepção da opinião pública, quanto ao carácter finito das fontes de energia, e de recursos são vitais como a água, o aparente ainda que mitigado o acerto de rota da Administração Americana, assim como a entrada finalmente em velocidade de cruzeiro, desse instrumento de importância crucial, como é o protocolo de Quioto. São razões relevantes, ainda que eventualmente não suficientes para o sucesso no combate a este pesadelo. Internamente temos também à luz de Quioto, e dos compromissos aí assumidos, a limitação de emissões acima do patamar negociado, um desafio particularmente exigente se pensarmos que estamos já hoje bastante acima dos limites acordados.

Resta-nos encarar as dificuldades de cumprimento do protocolo, como um impulso e uma oportunidade, para através do programa adicional de alterações climáticas já em vigor,

proceder à implementação urgente de um conjunto de medidas que apostem nas tecnologias limpas, na inovação, nas compras públicas ecológicas, na criação de uma taxa de carbono, que desincentive o recurso ao transporte individual e, em última e inevitável instância à aquisição de créditos de emissões, seja por via dos investimentos chamado mecanismo de desenvolvimento limpo, seja através da própria e extremamente onerosa compra de emissões. Percebe-se que não será fácil, mas tem que ser possível, na Amadora à nossa escala, não deixaremos seguramente, governo da cidade e oposição de dar um poderoso contributo para a percussão de tão importante desiderato.

Permita-me só mesmo para terminar, que regresse a Al Gore e ao episódio da rã, que é no fundo um pequeno momento de humor em desenho animado, para quem conhece o filme, e que não é mais que uma metáfora para a forma como todos nós, decisores políticos, decisores empresariais, cidadão comum, tendemos reagir ao problema das alterações climáticas. Oçam e vejam senão se revêem: Mergulha-se uma rã numa tina de água morna, e a pouco e pouco vai-se aquecendo o recipiente, mas a rã tranquila e sorridente, nem se mexe, a temperatura aumenta, ela arrisca-se a ficar cozida mas nada, a única solução é arrancá-la de lá enquanto é tempo. Elucidativo.”

Senhor **Deputado Rafael Evaristo**: “Boa noite a todos, é importante e interessante ver, o chuto que aqui demos hoje nesta questão ambiental, aliás ao João Paulo agradeço isso mesmo, porque às vezes é preciso pequenos chutos ou grandes chutos, como foi o relatório de hoje, que foi revelado, que afinal isto do ambiente não é prosaico, mexe-nos no bolso, mexe-nos na economia, e mexe-nos na nossa maneira de viver e na nossa questão de industrialização. Ou seja, estamos a pôr em causa aquilo que é o nosso próprio desenvolvimento se continuarmos desta forma.

Aquilo que hoje aqui se falava, era de um pequeno passo, naturalmente que nem o João Paulo nem nenhum de nós, pensará que a informação, que a sugestão que é feita de colocar num painel de informação, ou revelar alguns valores, possa naturalmente de uma forma profunda abalar aquilo que são comportamentos, neste momento, e que têm haver com questões, naturalmente tem haver com educação, é isso que hoje aqui dizemos, é que é importante



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

iniciarmos este processo e apressarmo-nos neste processo. E digo que nos parece perfeitamente válida a sugestão que aqui é feita.

Ponto um: pelo Deputado Carlos Jerónimo para pudermos analisar mais profundamente aquilo que tem sido as próprias políticas e aquilo que sejam as políticas no sentido de ajudar a Câmara até, porque às vezes é preciso ideias novas, é preciso remexer e peso que no Fórum alargado, pode surgir daqui alguma iniciativa também mais interessante, além das que já existem, mas penso que isto não invalida a questão de, utilizarmos aquilo que neste momento são os painéis de informação para o pudermos passar à população.

Penso também que era importante nas escolas, a nível daquilo que é a própria actividade física e daquilo que são os professores, daquilo que são as próprias associações de pais alertarmos, talvez partir da edição de uma pequena brochura para esta questão do ozono, é importante. Nós temos que acautelar não só quando passamos os limites legais, mas quando estamos perto daquilo que achamos que é errado, ou seja não devemos apenas fazer a nossa obrigação, mas devemos precaver antes disso, penso que esta é a atitude correcta.

Outra situação tem haver com aquilo que seja a aquisição de novas viaturas ou possível aquisição ou conversão de viaturas, no sentido de que, as viaturas do parque das viaturas da Câmara possa de alguma forma ser requalificada ou em possíveis aquisições, novas aquisições de forma a utilizar combustíveis menos poluentes, como seja o biodiesel ou GPL ou seja aquilo que for.

Em fim, estes são pequenos passos, são pequenas situações, não vão estruturalmente resolver a questão, não. Isto é uma questão profunda, tem haver com a nossa educação, tem haver com o nosso comportamento, tem haver com aquilo que de alguma forma, é a despreocupação de anos, mas penso que é importante, é importante e temos que nos colocar ao caminho e é isso que hoje aqui queremos deixar.”

Senhor **Deputado João Paulo Castanheira**: “O Senhor Deputado Carlos Jerónimo sabe que eu tenho uma grande simpatia por si, eu sei que é, e portanto não leve a mal o termo, mas a ginástica que o Carlos Jerónimo acabou de fazer aqui, eu não a levo a mal porque vem do

Carlos Jerónimo, portanto acho que é genuína, genuína embora de facto eu acho que é verdadeiramente incompreensível.

Aquilo que nós assistimos aqui agora, aquilo que assistimos aqui agora não foi mais do que uma remake daquilo que assistimos cada vez que o CDS apresenta aqui uma proposta. Das duas uma, cada vez que o CDS apresenta aqui uma proposta ou a Câmara já tinha pensado no assunto, ou então ainda não tinha pensado, mas está mal pensado e temos que voltar a pensar todos juntos. Nós não admitimos isso, e não vamos retirar proposta nenhuma, não vamos retirar nenhuma proposta e portanto quem quiser votar contra a proposta vai ter que assumir aqui essa responsabilidade de votar contra a proposta.

Segundo aspecto, as confusões que se trouxeram aqui, em primeiro a questão do ozono, a questão da poluição troposférica provocada pelo ozono não tem rigorosamente nada haver com as alterações climáticas, nem com CO₂, nem com protocolo de Quioto, rigorosamente nada. Não tem rigorosamente nada, eu posso ter essa discussão consigo, repare eu trabalho nessa área, posso ter essa discussão consigo, acho que não interessa à generalidade das pessoas, eu vou-lhe explicar em duas palavras, não é tão professoral, é só para lhe explicar em duas palavras. A poluição provocada pelo ozono resulta das emissões de óxidos de azoto provocadas pelos transportes, maioritariamente, como sabemos. A questão das alterações climáticas resulta em grande medida das emissões de CO₂, também em grande medida resultante dos transportes mas não só, aliás são principalmente resultantes da produção de electricidade, como sabemos também.

São matérias que são paralelas, ocorrem com as mesmas origens mas que não têm rigorosamente nada a ver, quer dizer, quando se fala de ozono o problema não tem rigorosamente haver com alterações climáticas, não tem nada tecnicamente haver isso dado, é um facto, é matéria de facto.

Segunda confusão que tem haver com o seguinte: é evidente que passar ali no painel da Câmara uma mensagem a dizer os senhores por favor não venham fazer exercício físico hoje porque os níveis de ozono estão elevados, não vai resolver o problema estrutural ambiental, não vai. Mas não é esse o nosso objectivo, porque há aqui dois níveis de problema, há um problema estrutural, há um problema ambiental, que tem haver com as emissões poluentes, e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

há um problema de saúde pública, há pessoas que sofrem, porque não sabem deste problema, e portanto aquilo que nós defendemos aqui é que, haja para já como dizia muito bem o Rafael num primeiro passo, que haja para já uma informação à população, e isto não invalida nem limita nenhum tipo de discussão, e portanto, se era esse o contexto da intervenção do Partido Socialista, se era esse o contexto, ok, vamos hoje aprovar esta medida que é uma medida, simplesmente que dá um início à discussão, muito bem, e vamos discutir mais profundamente o assunto, muito bem, se é esse o objectivo, tubo bem, vamos discutir mais profundamente o assunto. Se o objectivo é, pois isto está mal fundamentado, isto não está bem explicado, não houve discussão, porque eu devo lembrar aqui uma coisa aos Senhores Deputados do Partido Socialista, é que esta matéria em reunião de Conferência de Líderes, foi agendada numa reunião de Conferência de Líderes, foi perguntado a mim, nós CDS enquanto subscritores da proposta, se considerávamos indispensável que houvesse uma reunião da comissão para analisar? Eu disse: por mim não, julgaria eu que estão mais ou menos consensual, porque estamos a falar só da saúde pública, e não da questão ambiental de fundo, questão de saúde pública, eu disse: não! Por mim não é essencial que haja uma comissão especializada sobre o assunto, se alguém o achar? Ninguém achou, nenhum Partido achou na Conferência de Líderes! Não sei se, se recordam disso, eu recordo-me! Eu acho de facto surpreendente esta matéria, vou concluir Senhor Presidente, e devo dizer que também acho surpreendente que se diga, que só houve ao longo dos últimos anos vinte e três dias em que se ultrapassaram os níveis de ozono. Senhor Deputado só houve vinte e três dias que se ultrapassaram os níveis de ozono? É que temos a noção da gravidade desta afirmação? O Senhor sabe o que é que se passou nestes vinte e três dias? E o problema não é serem vinte e três dias, como o Senhor bem sabe e isso decorre das alterações climáticas, é que cada vez que a temperatura aumenta, e cada vez que de facto temos um ambiente mais quente, maior é o problema, e portanto, o problema tem-se vindo a agravar ao longo dos anos.

Não é um problema acumulado, se fossemos ver ao longo dos últimos vinte anos foram os mesmos vinte e três dias, o problema é que cada vez são mais dias, cada vez são mais dias, e portanto esta é uma matéria de saúde pública, e portanto eu peço aqui aos Senhores Deputados do Partido Socialista, que sem prejuízo do aprofundamento da discussão, que

9

estamos todos disponíveis para aprofundar este problema e todos os problemas ambientais, mas que, não chumbei aqui por uma questão política ou partidária uma proposta só porque vem da bancada do CDS, porque já começamos a ficar cansados desta matéria, já começamos a ficar cansados. Muito obrigado.”

Senhor **Deputado João Serrano** (pedido de esclarecimento): “Senhor Deputado João Paulo Castanheira, eu confesso que acabei de assistir à intervenção mais sem sentido que o Senhor Deputado produziu nos últimos quatro anos. É que o senhor Deputado não percebeu, ou não ouviu nada do que o meu camarada disse relativamente à matéria. Aliás eu no meio da sua intervenção fiquei na dúvida, ou o Senhor não ouviu, ou realmente a sua moção se referia aqui como bandeira eventual de ataque ou de divergência e ficou irritado quando percebeu que o PS até está de acordo com a preocupação e até foi elogiado a sua iniciativa.

Nós uma vez falamos sobre a nossa posição relativamente à moção sobre o ponto de vista de rejeição, se nós quiséssemos rejeitar, rejeitávamos não tínhamos problemas nenhuns, não o dissemos, o Senhor Deputado é que parece que vinha de casa a pensar que a gente ia rejeitar, quero informar que não vamos rejeitar Senhor Deputado, pode estar ciente disso, porque achamos que este tema é um tema importante, é importante e merece a reflexão.

Quanto à questão da Comissão de Urbanismo, ó camaradas isso foi, vamos discutir esta matéria, vamos analisar estes dados dos tais vinte e três dias que não é só num ano, em cinco anos também não ouviu essa parte, vamos ouvir um conjunto de matérias e vamos trabalhar, por isso Senhor Deputado, eu lamento que o CDS-PP mais uma vez, aliás tem-nos habituado ultimamente, por vezes dispara não sei para onde, era algo que nós não esperávamos do CDS-PP, e nomeadamente esta matéria, é uma matéria que tem que ser trabalhada com serenidade, com consenso, com objectividade e para que, nós todos trabalhemos relativamente a esta matéria, que é uma matéria difícil e que obviamente estamos de acordo.”

Senhor **Deputado João Paulo Castanheira** (resposta ao pedido de esclarecimento): “Senhor Deputado João Serrano, eu ouvir ouvi! Ouvir, ouvi, portanto, das duas uma Senhor Deputado, ou eu não percebi, e farei a meia culpa ou então os Senhores não se explicaram e farão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

também a meia culpa, porque se de facto aquilo que, aquilo que ficou claro não só para mim, mas para as pessoas com quem eu troquei comentários sobre esta matéria, em que os Senhores estavam de facto a desvalorizar e a dizer que isto tinha de ser discutido mais profundamente noutro fórum, numa comissão, e portanto, isso deixava transparecer a ideia de que estavam contra a proposta de recomendação.”

Senhor **Deputado António Lourenço**: “Boa noite, eu vou ser muito breve. Eu primeiro gostava de começar com a questão processual. Parece-me que era interessante nós conseguirmos discutir isto de facto em sede de comissão, acho que, podíamos acrescentar aqui algum valor, vieram aqui algumas propostas, nomeadamente a aquisição das viaturas não poluentes, parece-me uma questão pertinente, acho que, ganhávamos alguma coisa com isso.

Do ponto de vista técnico, a proposta não merece nenhum reparo relativamente à informação, porque é de facto um problema de saúde pública. Contudo não aborda o tema em profundidade, portanto há, o problema vai-se manter, a questão indicada de que, nós não temos uma concentração de ozono preocupante, não corresponde exactamente à verdade, porque a concentração de ozono é medida tendo em conta outros gases poluentes, portanto eu posso dizer por exemplo que, a estação que registou um número de microgramas ...(interrompe o Senhor Presidente da Assembleia) ...”

Senhor **Presidente da Assembleia**: “Senhor Deputado, peço desculpa, eu agradecia que nos ouvíssimos, é que sinceramente não sei se estou a ficar surdo, mas cada vez tenho mais dificuldade em ouvir os Senhores Deputados, porque tenho, se calhar é um ruído de fundo; não, eu quando falo junto do microfone ou quando qualquer um dos Senhores Deputados fala, conseguimos ouvir todos, o problema são os ruídos de fundo. Tenha a bondade Senhor Deputado, porque acho que o tema é muito importante.”

Retoma o orador: “...como eu dizia, a estação que registou o valor mais elevado, foi a estação de Lamas de Olo em Vila Real, portanto num parque natural, e portanto esta medição

por si só pode às vezes sugerir aqui que na Amadora tudo está bem, quando de facto os níveis de ozono são medidos face a outros poluentes. Portanto, eu parece-me que depois, há de facto a necessidade de discutir o problema de fundo, o que é que nós vamos fazer para baixar efectivamente, porque o ozono troposférico é um poluente secundário, portanto que resulta da reacção em presença da luz solar de outros poluentes e portanto era importante discutir como é que vamos baixar os níveis de poluentes primários, porque, aí sim reside o problema, portanto eu espero que, possamos no futuro discutir esta questão com maior profundidade, mas obviamente que, a proposta de recomendação vai-nos, vai ter o nosso voto favorável. Muito obrigado.”

Senhor Deputado Carlos Jerónimo: “Senhor Deputado João Paulo Castanheira, o Senhor, eu sou directo e taxativo nestas coisas, já como é, não vamos aqui fazer jogos de cintura. O senhor não percebeu rigorosamente nada do que eu disse, mas o problema é seu. É seu, é claramente seu! Senhor Deputado quando o Senhor Deputado julga perceber que nós íamos votar desfavoravelmente a vossa proposta, quando eu não disse aqui rigorosamente nada do que o Senhor entendeu, é extraordinário. Não, não me expliquei mal, o Senhor é que percebeu mal Senhor Deputado, aliás o Senhor costuma perceber conforme lhe interessa e lhe dá jeito.

Senhor Deputado, eu quero-lhe dizer o seguinte: eu sei que o Senhor percebe muito destas coisas, que é engenheiro, em fim, e é muito prepositivo, é muito opinativo, tem muitos palcos, mas eu vou-lhe dizer o seguinte: o ozono Senhor Deputado, o ozono é de facto um dos gases com efeito de estufa, não sei se sabia, não sei se sabia? É um dos oito ou nove gases que digamos fazem parte do conjunto dos gases com efeito de estufa, é, e mais ó Senhor Deputado, isto serve também para o Senhor Deputado António Lourenço, nós quisemos e de facto o ozono é um problema do esférico secundário que deriva de processos fotoquímicos, digamos de outros gases. Mas Senhor Deputado nós não nos referimos aqui a outros gases, nós, a proposta de recomendação do CDS, eu é que alarguei o debate, julgando que, estávamos aqui a falar de coisas sérias, de coisas que são relevantíssimas para o futuro da humanidade e que deveríamos abordar com profundidade, e portanto como eu entendo, ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

contrário do Senhor Engenheiro, que o ozono é um dos gases, dos nove gases que produzem efeitos de estufa, eu realmente lembrei-me de falar aqui de uma matéria mais vasta e de aprofundar isto, é que o Senhor Deputado João Paulo Castanheira trouxe aqui apenas a questão do ozono. Eu sei que há outros gases de facto, que digamos, que não pairam estaticamente em cima da Amadora como sabemos, mas que há outros gases realmente relevantes, mas o que é facto é que o que se falou aqui é do ozono, e relativamente ao ozono, deixe-me dizer e reafirmar-lhe que, a nossa posição é grave, são os tais vinte e três dias, se fossem duzentos e trinta eram piores Senhor Deputado. Em milhares de dias são vinte e três, se fossem duzentos e trinta era realmente pior, convínhamos, mas estávamos a falar do ozono e nessa matéria, eu não sei se em Freixo de Espada à Cinta ou coisa que o valha se os gases são piores ou se são melhores, a única coisa que lhe posso dizer, é que na nossa zona, na nossa área geográfica, zona norte da área metropolitana de Lisboa, de facto, no ano dois mil e cinco as duas estações nossas, a Reboleira e Alfragide foram as duas estações, duas das estações desta área toda, Odivelas, Loures, Cascais, Lisboa como sabe, que registaram em termos do ozono, e é do ozono que estamos a falar, bom, se os Senhores não querem que eu fale em termos globais, eu também quero falar só sobre a questão do ozono, desculpem lá, não é? Não venha aqui trazer outro tipo, digamos de gases, não, não venha Senhor Deputado, não venha trazer outro tipo de gases.

Se querem falar sobre o ozono, falamos sobre o ozono e nessa matéria a nossa situação não é tão grave como a de outros Municípios, se querem falar de outros gases falemos. Agora, eu queria falar de uma questão realmente relevante para a sociedade, para a humanidade em geral e os Senhores vêm aqui, em fim, fazer realmente gato sapato de uma questão relevantíssima é pena, e é pena que não estejam aqui mais pessoas para vos ouvir falar sobre isso. E mais uma vez refiro Senhor Deputado ouviu mal.”

Senhor Deputado João Paulo Castanheira: “Senhor Deputado Carlos Jerónimo as suas considerações foram algumas delas deselegantes, como concordará, portanto eu tenho-lhe a dizer o seguinte: como o Senhor, não sei se terá tantos palcos como diz que eu tenho, mas sei

que quando lhe encomendam um assunto, o Senhor estuda bem as matérias e portanto deve ter estudado bem esta matéria.

Senhor Deputado e portanto a pergunta que lhe fazia é já que está tão esclarecido sobre a matéria, e já que o ozono de facto tem efeito de estufa, como sabe, exactamente, não vamos entrar em xicana, com certeza que não vamos, mas que me diga então aqui, qual é que é a proporção do problema das alterações climáticas e do efeito de estufa que é provocado pelo ozono troposférico? Qual é que é o número? Qual é que é o número exactamente?"

Senhor **Presidente da Assembleia:** "Senhores Deputados, eu acho que a gente tem que discutir isto seriamente, é que isto não é propriamente um circo, há aqui alguns Deputados que acham isto muita piada, acham muita piada a estas intervenções, eu não acho piada nenhuma confesso-vos, e eu acho que nós devíamos era discutir a proposta de recomendação do CDS, ver os seus pressupostos, se concordar com os seus pressupostos ou não, com a intensidade dos pressupostos, também posso me pronunciar, se calhar vou tomar uma atitude divergente do resto da Assembleia e farei uma declaração de voto, concordando com o principio. É a primeira vez que nesta Assembleia eu faço isso, e portanto acho que devíamos discutir é: os pressupostos, os considerandos e as conclusões, é isto que está aqui em discussão, não são outras coisas, outros fait divers, que não interessa nada, sinceramente a mim pessoalmente como Deputado desta Assembleia "

Senhora **Deputada Cláudia Cardoso:** "Relativamente a esta proposta, nós estamos de acordo com ela, pensamos que, mais do que reflectir é preciso acção e este é um ponto de partida, e o que aqui diz, que nós, que está aqui espelhado para nós é que isto é uma recomendação à Câmara para que assuma um papel activo, na divulgação da informação referente à problemática das elevadas concentrações de ozono. É evidente que este tema do aquecimento global e do ambiente não se esgota aqui, portanto como nós entendemos que isto é uma boa iniciativa, é uma iniciativa de ponto de partida para outras coisas e o simples facto de uma das sugestões ser a utilização dos painéis electrónicos de informação existentes no Município, para alertar os cidadãos, ora é evidente, que se os cidadãos passam por esses



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

painéis e vêem que a informação que lá está não é, nem de longe nem de perto a mais adequada isso vai automaticamente despertar a consciência crítica das pessoas, portanto nós estamos, vamos votar a favor desta recomendação por isso mesmo, disse."

Senhor **Deputado Paulo Torres:** "Eu vou ser muito rápido. Eu penso que a questão aqui por e simplesmente é uma questão de informação para proteger a saúde pública, e penso que mesmo que sejam poucos dias, vinte e três dias, nesses vinte e três dias algumas pessoas foram parar ao hospital com problemas respiratórios, principalmente crianças e idosos com doenças do foro respiratório subjacente. Se mediante informação, se puderem evitar que uma única pessoa vá para o hospital penso que não se está a criar nenhum alarmismo como foi referido pelo Senhor Deputado Jerónimo, e penso que, vale sempre a pena nem que seja impedir uma pessoa de ir para ao hospital por ter saído à rua para ir fazer exercícios nesse dia, valerá a pena haver informação."

Senhor **Presidente da Câmara:** "Senhor Presidente, Senhores Deputados, não vou entrar nesta discussão, até porque acho que não faria nenhum sentido, mas quero dizer o seguinte: a Câmara agradece naturalmente aquilo que é uma preocupação que têm os Deputados em relação a esta temática. E ainda bem que a Câmara, que a Assembleia faz uma proposta desta natureza, porque se fosse a Câmara a tomar a iniciativa, iam dizer lá está a Câmara a fazer publicidade e utilizar dos seus meios que tem para divulgar a imagem da Câmara.

Até acho que é importante, até do ponto de vista comparativo, eu acho que vinte e três dias, são vinte e três dias, como é óbvio, é grave, mas até é bom para os outros, se toda a gente se aperceber em relação aos outros Municípios como é que eles estão a trabalhar esta matéria e quais são as consequências que tem havido e quais são os problemas e até no sentido de eles próprios tomarem algumas medidas.

Quero dizer que esta iniciativa, em relação à Câmara parece-me uma iniciativa totalmente salutar, não há nenhuma reserva da parte da Câmara em relação a esta matéria, até porque nós temos vindo a trabalhar, por isso não estou nada preocupado com isso, ainda bem, e acho que aquilo que aponta em relação à proposta faz todo o sentido, independentemente das

9

discussões que deve haver sobre esta matéria, sobre outras matérias, que eu acho que há sempre um fórum próprio e a Câmara também está disponível a entrar nessa discussão e nesse aprofundamento, por isso não há aqui da parte da Câmara nenhum problema, antes pelo contrário só nos vem de alguma forma dar razões para utilizar o conjunto de meios que devem ser utilizados em relação aquilo que tem haver com esta problemática, de facto está em causa naturalmente a saúde pública. Muito obrigado.”

Senhor **Deputado Luís Guarita**: “Senhor Presidente muito obrigado. É que sobre esta matéria disseram-se aqui muitas coisas, e há coisa que confesso que não entendo. Disseram todos os intervenientes e sem excepção que tinha que ser feita uma discussão, mas eu continuo sem perceber o que é que vamos discutir, porque verdadeiramente sobre esta matéria do ozono nada podemos fazer, por haver mais medições elevadas na Avenida da Liberdade e menos elevadas numa rua da Amadora, nada tem haver connosco, nada podemos fazer no nosso dia à dia, nem a Câmara nada pode fazer que o altere, se me vierem dizer que quando queremos discutir alguma coisa relacionada com estas matérias e já estou a alargar o espectro da discussão, vamos discutir por exemplo uma das propostas que o PSD fez, porque é que a Câmara em futuras aquisições ao seu parque automóvel não procura ir na direcção, é uma proposta, porque é que a Câmara, e já sei que já o faz, naquilo que tem de intervenção junto dos agentes educativos não procura incentivar a educação ambiental, porque é que a Câmara não se discute quando se discute por exemplo problemas de urbanismo não força o tom e a nota em relação à certificação energética, aos problemas das novas construções e ao facto dessas construções estarem de acordo com essa mesma certificação, porque é que a Câmara não é mais eficaz, quando não é, e eu não ponho em causa que seja ou deixe de ser. Porque é que a Câmara por exemplo não fiscaliza muito mais emissões poluentes que existam no âmbito do seu Município? Mas de todas estas coisas que eu disse, em relação à matéria que aqui foi dita, haver ou não haver mais ozono na Avenida da Liberdade e menos na Amadora, nada, nada, nada, nada tem haver com o que nós fazemos no dia à dia, portanto é uma falsa questão, basta ler os manuais que existem.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Senhor **Presidente da Câmara**: “Senhor Presidente, eu acho esta intervenção do Luís Guarita, apesar do Luís Guarita interessantíssima de facto, ou seja não vale a pena fazer nada porque nada vamos conseguir melhorar, bom não parece que essa seja uma posição correcta. Aliás Senhor Deputado vale pena, até valia a pena o Senhor Deputado por exemplo não andar de carro, e andar de transporte público, porque mais não seja temos que fazer essa sensibilização.”

Senhor **Presidente da Assembleia**: “Peço desculpa colegas, peço desculpa, antes de pôr à votação. João Paulo Castanheira, antes de pôr à votação só por uma questão pessoal, minha, eu concordo ...(mudança de lado da cassete) ...conclusões, você esta disponível para; tem aqui uma afirmação no quarto paragrafo, que diz que: no Município da Amadora as concentrações têm sistematicamente ultrapassado o valor-limite legalmente estipulado. Eu tenho de me abster para não votar contra a sua moção, porque isto não é verdade, e se você está disponível a alterar isto ou não? A minha sugestão é que, as concentrações ao longo dos últimos anos, particularmente durante o verão, as concentrações de ozono ou verificam-se algumas concentrações de ozono podendo pôr em risco a saúde. O sistematicamente é que me parece que não corresponde à verdade, a todos os dados, não corresponde aos dados científicos que eu tive o trabalho de para mim próprio tirar junto das entidades oficiais, e portanto se retirarem isso eu voto a favor, se não retirarem não posso votar em consciência, porque não é verdade. Muito bem, então vou pôr à votação como retirando aqui esta sistematicamente ultrapassado, porque não é verdade, é muito residual. Muito bem, Senhores Deputados vou pôr à votação.”

Após a votação, o Senhor **Presidente da Assembleia** informou que a proposta foi aprovada por unanimidade dos 40 membros presentes. (Documento anexo à presente Acta).

Antes de dar por encerrados os trabalhos, e tendo em vista a eficácia externa, por proposta do senhor Presidente da Assembleia, a minuta da deliberação da Ordem do Dia foi aprovada nos

termos do n.º 3 do Artº. 92º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, por unanimidade dos 40 membros presentes.

Finda a discussão da Ordem do Dia, o Senhor **Presidente Assembleia** deu por encerrada a Sessão às 22H30M.

A presente Acta, depois de aprovada, vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Rui Miguel Queiroz Correia, 1º Secretário, que a redigiu.

António Ramos Preto
Rui Miguel Queiroz Correia

Auscultada e Dactilografada por:

F.R.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

RELAÇÃO DE CHAMADAS DA 2ª DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2006 - 24-10-06

PARTIDO	NOME	1ª. Chamada	2ª. Chamada
Presidente	António Ramos Preto	<i>António Ramos Preto</i>	
1º. Secretário	Rui Miguel Queiroz Correia	<i>Rui Miguel Queiroz Correia</i>	
2º. Secretário	Elisabete da Silva Ferreira	<i>Elisabete da Silva Ferreira</i>	
CDS-PP	Ismael António dos Santos Gomes Pimentel	<i>Ismael António dos Santos Gomes Pimentel</i>	
CDU	António José Tremoço de Brito	<i>António José Tremoço de Brito</i>	
PS	João Miguel M. Santos Taborda Serrano	<i>João Miguel M. Santos Taborda Serrano</i>	
PS	Ana Carla Carvalho Venâncio	<i>Ana Carla Carvalho Venâncio</i>	
PPD/PSD	Luís Manuel Isidro Guarita	<i>Luís Manuel Isidro Guarita</i>	
CDU	António Manuel Batista Borges	<i>António Manuel Batista Borges</i>	
PS	Rui André Mendes de Medeiros	<i>Rui André Mendes de Medeiros</i>	
BE	António Manuel Candeias Coelho dos Santos	<i>António Manuel Candeias Coelho dos Santos</i>	
PS	Augusto Ferreira Guedes	<i>Augusto Ferreira Guedes</i>	
PPD/PSD	Maria Luísa Jesus Mendes Jubilado	<i>Maria Luísa Jesus Mendes Jubilado</i>	
CDU	Rita Mafalda Oliveira Ribeiro Guimarães	<i>Rita Mafalda Oliveira Ribeiro Guimarães</i>	
PS	Sandra Cristina Rodrigues Azevedo	<i>Sandra Cristina Rodrigues Azevedo</i>	
PPD/PSD	Luís Manuel de Almeida Sampaio	<i>Luís Manuel de Almeida Sampaio</i>	
PS	Manuel António Torrinho Frade	<i>Manuel António Torrinho Frade</i>	
CDU	António João Tomatas Carixas	<i>António João Tomatas Carixas</i>	
PS	Carlos Manuel Gonçalves Jerónimo	<i>Carlos Manuel Gonçalves Jerónimo</i>	
CDS-PP	João Paulo da Graça Castanheira	<i>João Paulo da Graça Castanheira</i>	
PS	Dulce Jesus Nunes Pereira	<i>Dulce Jesus Nunes Pereira</i>	
BE	Belmiro Batalha Lopes	<i>Belmiro Batalha Lopes</i>	